

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS
INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA – RIO ARTE

**MEMÓRIA E HISTÓRIA POLÍTICA DE SANTA
CRUZ**

- VISTA ATRAVÉS DOS PEQUENOS JORNAIS DE BAIRRO -

ANTONIO NASCIMENTO SOUZA

Rio de Janeiro, 2005.

ANTONIO NASCIMENTO SOUZA

**MEMÓRIA E HISTÓRIA POLÍTICA DE SANTA
CRUZ**

- VISTA ATRAVÉS DOS PEQUENOS JORNAIS DE BAIRRO -

Trabalho apresentado ao Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIO ARTE como exigência contratual (Processo Administrativo n.º. 12/100.579. 2003) de prestação de serviços de projeto cultural mediante retribuição sob a forma de bolsa.

Rio de Janeiro, 2005.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPITULO 1

NOTICIA DE SANTA CRUZ

PRIMEIRA NOTICIA - Fidalgote é contemplado com sesmaria
SEGUNDA NOTÍCIA - Jesuítas expulsos de Santa Cruz
TERCEIRA NOTÍCIA - Santa Cruz é anexada ao Município Neutro
QUARTA NOTÍCIA – Imperador inaugura matadouro em Santa Cruz
QUINTA NOTÍCIA – Santa Cruz tem mais de 15 mil habitantes
SEXTA NOTÍCIA – Salvo condutos para japoneses em Santa Cruz
SÉTIMA NOTICIA – Generais assaltam o poder
OITAVA NOTÍCIA – O orgasmo feminino é notícia em Santa Cruz
NONA NOTÍCIA – Santa Cruz tem o pior IDH do Rio de Janeiro

CAPITULO 2

A IMPRENSA DE SANTA CRUZ

O PIONEIRISMO DO SANTACRUZENSE
METEOROS OU PASQUINS
O SANTA CRUZ REPUBLICANO
ARTICULISTA PROFESSORA AMÉLIA CHAGAS
A IMPRENSA ESTUDANTIL
A IMPRENSA RURAL
O JORNALISMO POLÍTICO E IDEOLÓGICO
O CHEFE POLÍTICO

CAPITULO 3

MEMÓRIAS DO JORNALISMO EM SANTA CRUZ

ENÉAS PEREIRA: PAIXÃO PELO JORNALISMO
SINVALDO: A HISTÓRIA DA IMPRENSA EM SANTA CRUZ
ROBERTO MELO: JORNALISMO POLÍTICO
TADEU DE FREITAS: O ATIVISMO CULTURAL
ALVACYR BELLIS: A PANFLETAGEM DO JORNAL
JOÃO DO INFERNINHO: O PODER DO CHEFE POLÍTICO
A GUIA DE CONCLUSÃO
A TRAJETÓRIA DO JORNALISMO DE BAIRRO EM SANTA CRUZ

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho que denominamos ensaio, pelas características de conteúdo e estilo percebidas *a posteriori* (essa introdução foi concebida só e somente depois da conclusão do texto), está relacionado com a história e a memória de uma imprensa nanica (jornal de bairro) e de uma comunidade (Santa Cruz, um bairro periférico do município do Rio de Janeiro). É o resultado da pesquisa feita graças à bolsa concedida pela RIO ARTE (001/03) para "notório saber".

Não se trata de um trabalho acadêmico. Aliás, não é nem para a Academia nem para o seu público restrito que escrevemos - note-se que não se trata aqui de discriminar senão no sentido de que não fizemos uso do discurso acadêmico e de suas regras de exposição. O próprio tema em si, caso fosse objeto de uma monografia ou de uma dissertação, atrairia muito pouco, pouquíssimo ou quase nenhum leitor fora de sua proximidade física (geográfica - Santa Cruz) e emocional (psicológica - leitores de jornal de bairro). Nada atraente, portanto. Por isso é um ensaio, no sentido preciso do termo, que usa da liberdade de expressão e faz largo uso também da capacidade de polemizar e problematizar.

Quiçá nossos destinatários sejam sobretudo pessoas interessadas num dos aspectos da história de Santa Cruz, a da sua quase que centenária imprensa. Por genealogia ou por afinidade: santacruzenses natos ou por eleição.

Da estrutura do ensaio há pouco a dizer, até mesmo para deixar que cada qual faça a sua leitura. No entanto, temos três capítulos e uma conclusão, segundo o modelo clássico de exposição de um tema que é apresentado pela primeira vez. No primeiro, as "notícias de Santa Cruz", escritas num estilo livre para caracterizar uma espécie de linguagem jornalística, se confundem com a história de Santa Cruz periodicizada. "A história da imprensa de Santa Cruz", capítulo 2, destaca o jornalismo político. As "memórias" de alguns agentes, entre editores e

personalidades atuantes no universo jornalístico de Santa Cruz, inclusive com atuação política, fazem o capítulo 3. A conclusão, por fim, resume o que foi a "trajetória da imprensa de Santa Cruz", dando talvez um pouco demais de ênfase à provável extinção do jornalismo de bairro, com a presença de concorrentes fortes, no que este tem de essencial.

Nossa memória e história política, considerando inclusive o pioneirismo dessa apreensão num caso típico, não é absolutamente a última palavra sobre o tema. Ao contrário, tudo está em aberto para que não só haja interpretações diferentes como também para que algum outro pesquisador possa desenvolvê-lo em outra direção. Assim, nos limitamos a falar de jornais que tiveram a redação no bairro, salvo exceção. Que o enfoque é de um jeito em que os jornais mais significativos representam uma tipologia real, ou o que é um jornal de bairro de Santa Cruz, significando uma escolha sobre o conteúdo político deles. E, também, mesmo não considerando *a priori* a cronologia da produção jornalística em Santa Cruz, quase sempre abordada por setores, épocas ou áreas de influência, o nosso método foi quase sempre diacrônico: visamos similitudes atemporais no jornalismo de bairro.

Essa pesquisa não teria sido levada a termo sem a interlocução e apoio, incalculável, de algumas pessoas, que aproveitamos para agradecer aqui. Sem a insistência para que eu apresentasse um projeto de bolsa à RIO ARTE nada teria existido: o Sinvaldo foi além disso, atuando como interlocutor dessa pesquisa. Somos gratos também ao engenheiro Jacob Gribbler, gestor em educação de ensino superior, por ter atestado nossa competência, no projeto de pesquisa. Na parte técnica, e também dialógica, contamos com os trabalhos de pesquisa de Alexandre, Renata, alunos de antropologia, e de Thayene, que fez a digitação, transcrição das fitas gravadas e ajudou na composição do texto. Com Gláucio, Cristiane e Silvia Mamede, todos do RIO ARTE, também tivemos dívida de gratidão por preciosas informações. De resto, eximindo-os, o texto que se segue é de minha inteira responsabilidade.

CAPITULO 1

NOTÍCIAS DE SANTA CRUZ

Há notícias que gostaríamos de poder ler num jornal, grande ou pequeno. Algumas, quando são publicadas, causam aquela comunicação empática com o leitor, fazendo-o reagir: escreve entusiasticamente ao jornal; divulga-as no seu círculo de relações sociais; faz delas uma idéia a ser defendida. Geralmente essas notícias que correspondem à realização de um desejo possuem um conteúdo de verdade que atinge um segmento específico de leitores. Um exemplo, entre tantos outros, é uma denúncia que desmascara a crueldade contra os animais feita por pessoas socialmente reconhecidas. (A farra do boi, em Santa Catarina, legalmente proibida, mas tolerada e que possui adeptos entre pessoas de prestígio social. O mesmo com as festas de rodeio, um grande negócio, mas que tortura o touro, por exemplo.)

Há também notícias que não poderiam ter sido publicadas, ainda que perfeitamente imaginadas. Há algum impedimento qualquer: não há jornais e portanto a notícia não pode sair; há jornais mas a censura impede que saia à luz; os editores não as publicam por algum motivo qualquer. Dessas, haveríamos de desenvolver uma espécie de jornalismo histórico, respeitando os fatos, mas com um estilo descritivo próprio: normalmente com uma variedade de tons, para não aborrecer o leitor: tons humoristas, sarcásticos, críticos ou enfáticos, dependendo do tema e das circunstâncias em que poderiam ter sido publicadas num jornal qualquer.

Vamos apresentar nove grandes notícias de Santa Cruz, relacionando cada uma delas a uma época ou acontecimento histórico relevante. Algumas gostaríamos que tivessem sido publicadas, justamente com a ocorrência do fato, como "Generais assaltam o poder". Outras são imaginadas a partir do contexto histórico como "Fidalgote é contemplado com sesmaria". Sétima e primeira "notícia" desse capítulo. Está claro que se trata de relacionar a história de um bairro com a produção jornalística que este veio a ter. Conforme se verá, um mínimo de conhecimento da história é *conditio sine qua non* para qualquer abordagem compreensiva sobre a produção jornalística de Santa Cruz.

PRIMEIRA NOTÍCIA: FIDALGOTE É CONTEMPLADO COM SESMARIA.

Essa notícia é do século XVI, quando os portugueses - invasores? - tratavam de consolidar suas posses distribuindo terras para serem povoadas. É uma notícia que se refere diretamente a Santa Cruz no Rio de Janeiro, cidade. É a partir daí que os historiadores começam suas histórias de Santa Cruz. São muitas histórias. Aqui contamos-las de forma analítica, como se fosse um comentário jornalístico sobre um fato histórico.

O fidalgo, que por aqui temos no depreciativo, era na verdade um "cavaleiro da Casa Real de Portugal" (Belchior, 1965), criado junto a nobreza. A sesmaria que ele obteve foi, como se tornou de praxe desde o início da colonização do Brasil, uma concessão *del Rey* de "terrenos abandonados ou incultos", visando a posse de fato — a rigor, havia índios na região e naturalmente cultura primitiva instalada. Conceder sesmaria sobre um espaço conquistado — fundação da cidade do Rio de Janeiro - não era um fato incomum. Ao contrário.

A notícia sobre o fidalgo e sua sesmaria não foi publicada. Pelo menos não no Rio de Janeiro, que sequer sonhava em ter um jornal — uma espera de mais de duzentos anos (o primeiro, feito em Londres, foi o *Correio Brasiliense* de 1808) —, por causa da política colonialista de Portugal, que evitou a todo custo o aparecimento da imprensa no Brasil. Talvez em Portugal, meses depois, um jornaleco ou folhetim qualquer anunciasse em tom crítico que um obscuro fidalgo recebeu uma generosa porção de terras na cidade do Rio de Janeiro. Mera suposição nossa, sobre o que poderia sair na imprensa.

Por aqui, os portugueses lutavam contra índios e franceses, contra índios canibais e fanáticos franceses calvinistas. (Pode-se ler sobre isso em Hans Staden (1972) e Jean de Lery (1974)). O nosso fidalgo esteve nessas lutas. Foi um vencedor nas tropas comandadas por Estácio

de Sá. Quis, portanto, ou fez juz a honrarias e terras. Foi nomeado a nove de março de 1568, como Ouvidor da Cidade pelo governador geral Mem de Sá e obteve a sua sesmaria.

O nosso fidalgo, todavia, não usufruiu da sesmaria de Santa Cruz. Para transformá-la em terra produtiva faltou-lhe a vocação — era militar — e tempo de vida. Deixou mulher e uma filha, que se desfizeram da sesmaria em prol dos jesuítas. Com essa benevolência, o fidalgo Cristóvão Monteiro — esse é o nome do nosso fidalgo — conseguiu muitas missas para aliviar o peso de suas culpas pela mortandade de índios nas terras de Santa Cruz (um dos nomes do Brasil). Também um bom pedaço de terra sob uma igreja católica, para o descanso eterno da carne.

Em "Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro", Belchior (1965:326s) cita o texto original que descreve a área da sesmaria, com acréscimo de que nosso fidalgo vai ajudar a guerrear "os nossos inimigos", os índios que erravam por aquelas bandas ou que faziam coleta de capim alto das beiras dos rios, o sapê - daí o nome de *Sapeagoera* da aldeia destruída². Os índios que viviam aqui, claro, não contavam. Os historiadores — quase todos — partem de pressuposto que índios do Novo Mundo é apenas parte da Natureza. Índios não possuem nada. É coisa. Incapazes, primitivos, bárbaros e selvagens.

Havia índios no baixadão do que depois seria denominada Santa Cruz? Sim, nos arredores mais altos. Próximos dos rios que desaguavam na Baía de Sepetiba (o lugar de muito sapê, de acordo com o étimo tupi — Leontsinis, 1992). Sabemos agora que esse baixadão era muito inundável. Os índios não seriam muitos. Coletores e pescadores adaptados ao regime de mares que dominam a região. Num texto antigo, Sousa e Silva (1855) descrevem índios da Província do Rio de Janeiro, que vale a pena ler, apesar dos vícios da hitoriografia da época.

Se esses índios pudessem expressar em palavras escritas seu repúdio à notícia sobre a posse do fidalgo diriam: essa sesmaria é *piranema*, terra de peixe podre ou de pescadores de

²Sapeagoera: Essa palavra é a junção de sapê ou Çepê, uma gramínea seca "que viceja nos mangues e paludes", usada pelos índios tamoios para a cobertura de suas ocas e de *goiore*, que é o capinsal que nasce próximo dos rios, no caso, de Santa Cruz. Ver Leontsinis, 1992.

peixe podre, por causa do fluxo e refluxo das marés que matavam os peixes retardatários (op. cit. 1992).

Claro que dominar essa região dos avanços e recuos permante das águas acabou por tornar Santa Cruz especial, singular. Não era tarefa para índios do neolítico brasileiro, fartos de terras a escolher. A eles bastava a coleta do capim sapê e frutos de rios e mar. *Piranema, Sepetiba e Sapeagoera* eram para ser aproveitada à medida da necessidade, de acordo com o modo indígena da época (comunismo primitivo). Mesmo quando a sesmaria do fidalgo virou fazenda de padres jesuítas.

Os pesquisadores falam quase nada dos índios santacruzenses ou dos que aqui passavam temporadas, na estação seca. Como seriam? Eram todos da grande nação Tupinambá? Belicosos? Atacavam os invasores da sua solidão? Aí temos lacunas que não cabe preencher aqui. Aliás, qual é a dessa história que ignora que os índios eram os donos da terra? Essa questão crítica se justifica para o caso do que se escreveu sobre a história de Santa Cruz, com referência aos índios. Geralmente narrativas lineares e acrílicas.

Uma olhada nos mais de cem títulos relacionados à história de Santa Cruz revelará muito pouco sobre os índios ². Indiretamente, ficamos sabendo que sua aldeia foi destruída. Nesse caso ofereceram resistência aos invasores, conforme se verifica na vontade do fidalgo de fazer guerras a eles. Que também não eram muitos e que viviam espalhados ou erradamente, por causa das inundações periódicas da região. E que atemorizavam os jesuítas ainda no século XVII, quando os poucos que restaram das dizimações foram migrando forçosamente para o sudeste.

² Há no Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH) de Santa Cruz uma extensa bibliografia selecionada pelo historiador Sinvaldo do Nascimento Souza, intitulada “O que é importante para conhecer a história de Santa Cruz”.

A história oral de Santa Cruz, antes da transformação em mega-bairro dormitório, conta a respeito do famoso túnel dos jesuítas. Este teria sido construído para a proteção e fuga, em caso de ataques de índios. Esse túnel teria sido escavado desde a sede da fazenda para permitir rotas de fugas em caso de sitio. Nunca se descobriu nada além de alguns buracos. Mas é certo que uns poucos índios faziam incursões sobre a fazenda, até pelo menos quando havia o valorizado capim sapê. Importa ressaltar que a sesmaria do fidalgote foi usurpada dos índios, que coletavam o sapê para os telhados de suas ocas e que aproveitavam o refluxo das marés para "pescar".

A história oral de Santa Cruz, antes da transformação em mega-bairro dormitório, conta a respeito do famoso tunel dos jesuítas. Este teria sido construído para a proteção e fuga, em caso de ataques de indios. Esse tunel teria sido escavado desde a sede da fazenda para permitir rotas de fugas em caso de sitio. Nunca se descobriu nada além de alguns buracos. Mas é certo que uns poucos índios faziam incursões sobre a fazenda, até pelo menos quando havia o valorizado capim sapê. Importa ressaltar que a sesmaria do fidalgote foi usurpada dos índios, que coletavam o sapê para os telhados de suas ocas e que aproveitavam o refluxo das marés para "pescar".

SEGUNDA NOTÍCIA: JESUÍTAS EXPULSOS DE SANTA CRUZ

Essa notícia também não deu em jornal no Brasil. É história, no entanto. O célebre Marquês de Pombal não tolerou que os jesuítas constituíssem "um Estado dentro do Estado", para usar uma expressão que traduz a completa autonomia dos padres inacianos. Essa notícia valeria para todo o Brasil (Terra da Santa Cruz), pelo menos. Aconteceu em 1759 e tornou flagrante que os jesuítas estavam além do seu tempo.

Em cento e setenta anos (1589-1759) os jesuítas puseram Santa Cruz na história. Fato singular e motivo de orgulho de todo santacruzense nato ou que escolheu Santa Cruz para viver.

Afinal, perguntamos: que outro bairro do Rio de Janeiro pode ostentar monumentos quase que tricentenários?

O que contamos antes sobre a sesmaria do fidalgo foi apenas uma referência primária ou primeira, no sentido do início da história de Santa Cruz. É realmente a partir da fazenda dos jesuítas que Santa Cruz passa a ser mais do que "um terreno abandonado e inculto", uma sesmaria, na ótica dos colonizadores.

Primeiro que fique clara a posição geográfica favorável de Santa Cruz. Por que os jesuítas se interessaram em instalar uma fazenda em Santa Cruz? Naturalmente esta oferecia diversas vantagens, muito bem avaliadas por um pessoal técnico altamente capaz — os jesuítas, em todo o Brasil, eram além de tudo pragmáticos na condução dos seus negócios, políticos, educacionais ou econômicos.

Santa Cruz no final do século XVI tinha vantagens geográficas consideráveis. Primeiro, permitia um fácil acesso por mar, já que estava à beira da baía de Sepetiba. Havia abundância de águas doces e rios navegáveis por pequenas e médias embarcações. A localização era próxima ao Rio de Janeiro e a meio caminho na direção sudeste para Angra dos Reis, Paraty e daí para Minas Gerais e também São Vicente, por meio de estrada aberta à passagem de tropas de burros. O terreno de baixada, por outro lado, era favorável para a lavoura e a criação de gado, principalmente este que veio a se tornar o melhor negócio.

O grande desafio dos jesuítas, que até hoje assombra e deslumbra os historiadores, era vencer as periódicas inundações na região, nos verões chuvosos, combinados com marés altas de lua cheia. Os rios transbordavam e poucas áreas de Santa Cruz escapavam do alagamento, haja vista que são poucos os terrenos mais elevados nesse imenso baixadão. Mesmo até bem pouco

tempo atrás não era incomum uma grande enchente. Nesses casos as perdas materiais e até mesmo humanas eram grandes³.

Para os jesuítas esse desafio representou a possibilidade de demonstrar também em Santa Cruz um grande conhecimento de arquitetura e engenharia hidráulica. Para alguns críticos dos jesuítas, a evidência ou a expressão da soberba que caracterizou o jesuitismo, com uma lógica temporal, implacável e nada cristã quanto aos fins perseguidos. O certo é que eles conseguiram equacionar o problema das inundações e tornar a fazenda um empreendimento que seria bem sucedido até mesmo para os padrões de hoje, sobretudo na pecuária, quando juntaram rebanho de mais de 15 mil cabeças de gado bovino (Saldanha da gama, 1870).

Abriam eles imensos canais para ordenar o em Santa Cruz o escoamento das águas de rios inundáveis, fizeram diques para conter o ímpeto das águas e comportas para regular a vazão das mesmas. São essas obras que sobreviveram por mais de duzentos e cinquenta anos para dar testemunho do seu engenho. Foram devidamente tombadas como patrimônio histórico e está lá como marcos históricos maior de Santa Cruz.

Esqueça-se muitas vezes como se fez a obra. Da massa, dos escravos, dos trabalhadores, do povo. De que os jesuítas usaram à larga o trabalho escravo de negros e de índios, como, aliás, todos os brancos invasores do "Novo Mundo". Para dominar as águas que alagavam aquele baixadão, pô-las de joelho, como no dístico orgulhoso que gravaram em pedra, construindo canais como se fossem rios artificiais, foi necessária uma imensa mão de obra, com muito suor e muito sangue. Nada digno de padres cristãos. O dístico famoso, referência obrigatória em Qualquer história de Santa Cruz diz, no latim de 1752, quando a ponte ficou pronta: "*flecte genu tanto sub nomine flecte viator. Hic etiam reflectitur amnis acqueua.*".

³ O ciclo de cheias nessa época entre Santa Cruz e Sepetiba, conhecida por Baixada de Sepetiba, foi sendo controlada por sucessivas obras, inclusive no governo Vargas, conforme verifica Goes (1942).

Sabe-se que os jesuítas, enquanto ordem religiosa desenvolveu um *modus operandi* autônomo não só em relação à Igreja como também em relação ao Estado. Eram pragmáticos em questão de fé e objetivos politicamente. Seu poder bateu de frente com a política colonial monopolista e predatória dos portugueses, como por exemplo, no Brasil. Foi preciso então que Pombal, o chefe do governo monárquico de Portugal, uma espécie de primeiro ministro também das colônias de além mar, pusesse fim as suas atividades econômicas no Brasil, sobretudo — as atividades estritamente religiosas e educacionais foram toleradas.

No caso da fazenda de Santa Cruz, a autonomia dos jesuítas era possível através de um pequeno porto em Sepetiba, capaz de proporcionar navegação tranqüila através das baías de Sepetiba e da Ilha Grande, com possibilidade de ligação com importantes portos coloniais do Rio de Janeiro, como os de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

Há autores que descrevem a monumentalidade da fazenda dos jesuítas apenas descrevendo os números da sua produção agro-pecuária. Ora, a fazenda era toda organizada para produzir riquezas e poder para a Companhia de Jesus. Não se tratava de padres benfeitores vivendo placidamente num paraíso. Era uma empresa, um agro negócio, como se diz hoje, que visava o lucro.

Geograficamente Santa Cruz foi perfeita para os jesuítas. Somente isso explicaria os vultosos recursos que eles certamente despenderam para dominar uma grande área inundável periodicamente. Também o esmero que demonstraram em tudo que fizeram e a solidez de suas construções, como são prova a "ponte dos jesuítas", segundo Lúcia Costa na sua "Arquitetura dos Jesuítas no Brasil".

Mar, rios e terrenos de planície favoráveis explicam, em última instância, o interesse dos jesuítas por Santa Cruz. Vimos também que a proximidade com o Rio de Janeiro, com o mercado, bem como e a dizimação ou expulsão dos índios também ajudaram muito na escolha das terras para a fazenda. Note-se que o que não faltava no século XVII e XVIII eram terras à vontade.

A presença dos jesuítas em Santa Cruz até 1759 constitui um fato histórico relevante. Considerando a história regional da cidade do Rio de Janeiro, tirando a zona do centro, pode-se afirmar com segurança que Santa Cruz destaca-se historicamente. Que outro bairro do Rio de Janeiro pode se orgulhar de ter monumentos de engenharia hidráulica, comprovando a eficiência da Companhia de Jesus, também na mais avançada técnica da época?

Bom, já fomos longe nessa reflexão histórica. Mas, como especular é uma função importante, perguntamos: (i) exceptuando a mortandade de índios, o branco invasor não dominou a natureza imprevisível das águas do extenso baixadão santacruzense? ; (ii) se Santa Cruz passou a existir historicamente com a presença física dos jesuítas, não seria interessante fazer uma análise da exploração da mão de obra escrava e indígena na fazenda, ao invés da descrição *ad nauseam* sobre a riqueza desta? ; (iii) a expulsão dos jesuítas não teria revelado de maneira insofismável que a política de colonização dos portugueses era predatória à manifestação de qualquer progresso técnico?

Pelo menos para a última questão temos uma resposta pronta. Os portugueses impediram o máximo possível a instalação da imprensa no Brasil — que daria impulso técnico e intelectual à Colônia. As manchetes que compõe esse capítulo nunca poderiam ser publicadas antes de 1808, no Brasil, com mais de trezentos anos de exploração colonial - é por isso que preferimos a versão popular do português “burro” à do português colonialista singular e positivo de Gilberto Freyre em "Casa Grande e Senzala". Sabemos, é claro, que de “burro”, o português não tem nada. Sua produção colonial se explica antes por causa da exiguidade de sua população.

Então, a expulsão dos jesuítas, de Santa Cruz, conforme noticiamos numa provável manchete, significa apenas um fato histórico *em si*, sem possibilidade de conotação positiva ou negativa *a priori* — Kant, filósofo alemão desse período, talvez não concordasse com o uso que fizemos desses dois conceitos-chave da sua obra. Dos jesuítas, em síntese, diríamos que possuíram a fazenda, entre outras inúmeras propriedades no Brasil, fizeram benfeitorias para que ela se tornasse rentável e, *last but not least*, inscreveram seu nome na primeira página da história de Santa Cruz.

TERCEIRA NOTÍCIA: SANTA CRUZ É ANEXADA AO MUNICÍPIO NEUTRO.

Essa notícia talvez tenha sido publicada no *Correio Oficial*, uma espécie de diário oficial do império brasileiro. Considerando que esse órgão de divulgação da monarquia começou a ser editado em 1833, é bem provável que tenha sido inserido na edição de dezembro o “Decreto da Regência do Segundo Império”, do mesmo ano, sobre a anexação de Santa Cruz ao Município Neutro, depois Distrito Federal dos Estados Unidos do Brasil e, hoje, município da Cidade do Rio de Janeiro.

Em 1833 a imprensa nacional desabrochava com o aparecimento de inúmeros jornais ⁴ O *Correio Oficial* foi apenas uma resposta do governo monárquico ao *boom* noticioso dos países democráticos da época - o Brasil, nessa quadra, era positivamente democrático, como o prova a instituição da regência numa ex-colônia, no contexto da luta pelo poder da época. O *Correio Oficial* era então uma publicação insípida, como costuma ser todo jornal atrelado ao poder constituído em todas as épocas. A anexação de Santa Cruz, com data de 30.12.1833, na virada do ano, foi então apenas um ato de poder da Regência, sob a batuta de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Também é possível que outros jornais e jornalecos tenham dada a notícia sobre a anexação de Santa Cruz. *A Mutuca Picante*, um jornaleco do cônego (padreco) Januário da Cunha Barbosa pode ter se aproveitado para, através do ato, "meter o pau" nos Andradistas que compunham o grupo no poder. Já *O Burro Magro*, lançado em 1833 deve ter sugerido que algum prócer do império, magro e com certeza burro, conforme a alcunha pudesse vir a pastar nos extensos campos de Santa Cruz, agora anexada à capital do império brasileiro.

⁴ Gondin da Fonseca cita só nesse ano 63 publicações que surgiram no Rio de Janeiro. Entre outros títulos curiosos, vemos: “O Brasileiro Pardo”, “O Grito dos Oprimidos”, e “O Sete de Abril”, 1833 – 1939 que tiveram seus redatores processados por “abuso de liberdade de imprensa”cf. Gondin, 1941.

Para uma Corte centrada no seu próprio umbigo, no entanto, é possível que a anexação tão grata aos ou pelos santacruzenses tenha passado despercebida. Tirando a fazenda, já sem a mesma posição econômica da época dos jesuítas, Santa Cruz apresentava poucos atrativos. Pedro I parece que aproveitou o lugar para encobrir seus casos amorosos. O filho preferia o ambiente europeizado de Petrópolis (a cidade de Pedro). A neta, por fim, é que dedicou uma especial atenção por Santa Cruz. Volta e meia, porém, um evento qualquer trazia toda a corte e visitantes para Santa Cruz, inclusive os ilustres estudiosos europeus que descreveram cientificamente nossas diversidades.

Ao ser anexado à capital, Santa Cruz desligou-se da vila (depois cidade) de *Itaguahy*, que lhe faz atualmente fronteira. Para os santacruzenses é esse o fato que importa ressaltar. Estar atrelada a Itaguaí significava ter uma posição insignificante numa vila já insuficiente em si. Daí o júbilo, comemorado com orgulho por gerações posteriores, da anexação à capital do império. Convenhamos que ser parte de uma capital, mesma a parte mais pobre, valeu para realçar a auto-estima dos moradores de Santa Cruz, pelo menos dos que formaram a identidade do bairro. Maria Graham descreve com detalhes sua viagem da Corte, no Rio de Janeiro, até a Fazenda Imperial.

Uma rua central e um casario esparso. Era isso Santa Cruz no ano da sua anexação. É de se supor que esses moradores estavam de alguma forma ligada à fazenda imperial, provavelmente como pequenos arrendatários e fornecedores dos trabalhadores assalariados que existiam no local. O regime geral de trabalho, claro, era escravista. Os trabalhadores livres eram prestadores de serviços ou membros de alguma corporação. Serviam, esses trabalhadores livres, pretos de ganho e serviçais, aos nobres e visitantes que vinham a Santa Cruz.

Uma questão que deve ficar clara, a despeito da ignorância de alguns pesquisadores locais que não cabe citar aqui, é a velha questão de se atribuir à luta popular até mesmo um ato jurídico. Referimos-nos, nesse caso, aos que escreveram por acasão do centenário do fato, principalmente. No bom sentido, é que a anexação não teve nada a ver com o desejo, vontade ou luta de moradores locais. Isso é óbvio. O decreto referenciado acima foi apenas para regularizar a condição legal da fazenda imperial dentro do município neutro. Ou seja: fê-la pertencente às

despesas gerais da Coroa. O que veio a ser Santa Cruz depois dependeu desse ato jurídico, conforme o decreto de dezembro de 1833.

Cem anos depois da anexação, portanto em 1933, foi editada uma revista comemorativa, em capa dura, com um trabalho editorial primoroso para a época e para Santa Cruz, com excelentes matérias e fotos dos homenageados. Trata-se da *Polianthea de Santa Cruz*. Dessa revista raríssima e fundamental para se compreender a história de Santa Cruz há apenas dois exemplares para a pesquisa: uma do pesquisador Sinvaldo do Nascimento Souza e a outra no acervo do patrono da Casa da Cultura de Santa Cruz, Dr. Antônio Nicolau Jorge.

A *Polianthea de Santa Cruz*, não sei se naturalmente, é mais provável que sim, foi uma publicação elitista. Seria realmente raro que uma revista que se intitula *Polianthea de Santa Cruz* tivesse entre os seus homenageados gente que não fosse políticos, militares de patente e empresários. De gente que em bairros ou cidades pequenas se consideram os maiorais. Que sua visão histórica não fosse à da elite, da história feita por personagens de destaque no âmbito do poder político e econômico.

Tirando o rosário de figuras, figurinhas e figurações homenageadas - Barão de Taquara, Coronel Honório Pimentel e Getúlio Vargas são exemplos típicos —, que desfilam com suas fotos estampadas na revista, tirando o tom excessivamente laudatório mesmo para um polianthéia, e tirando uma visão equivocada e servil da história, a-crítica e personalista, trata-se de uma publicação de grande valor histórico. É aí que se encontra em forma de manchete uma grande notícia sobre a história de Santa Cruz: a anexação à capital imperial.

Claro que *A Mutuca Picante* e *O Burro Magro*, jornais satíricos de 1833 e 1834 poderiam ter feito glosa sobre o decreto regencial que ditava os termos da anexação. Outros também podem ter comentado a edição de *O Correio Oficial* sobre a anexação - um fato insignificante no contexto da época, convenhamos. No caso da especulação histórica que fazemos sobre a notícia, a sátira seria a tônica da matéria, até mesmo para ficar de acordo com os

jornalecos supracitados. Uma especulação que a *Polianthea de Santa Cruz* nos permite, contados cem anos do fato histórico e setenta e dois anos desde sua celebração.

A edição de 1933 da *Polianthea de Santa Cruz*, aliás, edição única e portanto rara, tenta refletir o júbilo do santacruzense, pelo menos da elite local, por sua história. É por aí que ela é mais significativa, pois mais ou menos reforça a idéia de que Santa Cruz é um bairro singular, com uma história que retrocede ao tempo do Brasil Colônia e que todo santacruzense deve se sentir orgulhoso etc. Com efeito, ainda que diluída pela ação dos anos, essa idéia continua embalando o sonho de quem gosta de história em geral e da história de Santa Cruz em particular.

Na edição há uma série de artigos, seis no total, que discorrem explicitamente sobre a história de Santa Cruz nos períodos colonial, império e republicano. São quase todos repetitivos quantos aos dados históricos apresentados. Comparativamente, todavia, são artigos que compõem uma espécie de "subsídios para a história de Santa Cruz", título que o autor Almeida Reis deu para a sua matéria. Outros aspectos particulares da história de Santa Cruz também merecem destaque, como a de suas bandas de música e a do seu carnaval, mas aí se trata de uma história recente ou contemporânea à edição do centenário da anexação de Santa Cruz ao município neutro.

No editorial da revista dizia-se que a anexação feita em 1833 foi "uma aspiração popular". Retórica de editorialista. Ele escreve como se a anexação não tivesse cem anos passados e que Santa Cruz não era mais que um pequeno povoado incrustado nas terras da fazenda imperial. Ele, o editorialista, distorce o passado e confunde-o com o presente. Na verdade a anexação tornou-se não "uma aspiração popular" no momento em que foi feita, mas um motivo de júbilo, de orgulho e até mesmo de ufanismo na sua data centenária. Aí temos um claro exemplo de que a notícia sobre a anexação de 1833 ganhou valorização histórica em 1933 e, por nosso lado, uma interpretação à luz de uma pesquisa concluída em 2005.

QUARTA NOTÍCIA: IMPERADOR INAUGURA MATADOURO EM SANTA CRUZ.

O xodó de Santa Cruz, por décadas, sempre foi o Matadouro Industrial de Santa Cruz. Símbolo da industrialização do bairro (atraiu empresas de transformação de produtos animais). Símbolo da corrupção em Santa Cruz (atraiu toda sorte de nepotismo, empreguismo e clientelismo político). Símbolo da identidade comunitária (trabalhar no Matadouro significava ter *status*). O xodozinho de Santa Cruz é hoje uma escola técnica. Mas, antes, vamos a alguns pontos da história da notícia acima.

Só quem morou em bairro com matadouro, sob baixa condição de tecnologia ambiental, sabe dos problemas que esses geram. Quando, então, nos últimos anos da monarquia imperial no Brasil houve uma pressão para acabar com o Matadouro de São Cristóvão, transferir o abate e o processamento de produtos animais para outro local, a opção por Santa Cruz não chega a surpreender.

(Vou usar esse parêntesis para relatar uma experiência que se remete a minha infância. Eu morava, lá pelos meus dez anos, a mais de cinco quilômetros do Matadouro de Santa Cruz. Minha casa, minha escola, enfim, todo o meu mundo ficava numa posição a noroeste do Matadouro. De lá soprava a brisa do mar, invariavelmente à tarde, trazendo com ela os gases fedorentos de ossos queimados, sebos animais, todos processados industrialmente e lançados na atmosfera. Não sei o que tinha de mais nesses gases espalhados pelo vento por todo o bairro. Só sei que era um cheiro nauseabundo. Que estava associado ao Matadouro. Um cheiro que, como outros moradores em maioria, eu nunca pude ignorar.)

Era uma questão de saúde pública. Urgia, conforme se pode verificar nas atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro desde 1868, a transferência do Matadouro de São Cristóvão, o único existente, para um outro lugar: devido a sua "localização imprópria no centro da cidade, e, a sua má higiene". Essas atas (Poleanthéa, 1933), especificamente a partir de 1881, quando Santa Cruz já havia sido escolhida para a localização do novo matadouro municipal, foram

transcritas em detalhes pela revista comemorativa do centenário da anexação de Santa Cruz ao Município Neutro ou capital do império do Brasil, citada acima.

Lá em São Cristóvão e aqui em Santa Cruz o problema foi sempre o mesmo: como abafar o fedor (não havia ainda filtros) e o que fazer do sangue e restos de vísceras de animais abatidos e que não foram aproveitados? Bom, transferir o matadouro municipal para Santa Cruz poderia significar "mandar a coisa para o mais longe possível", na ótica dos formadores de opinião que faziam estardalhaços sobre a "fedentina e às vísceras expostas" num "rio de sangue" gerado pelo Matadouro de São Cristóvão, especialmente quando chovia. Lá, naquela época histórica, como agora, havia, é claro, os exageros da imprensa, ávida de notícias ruins e escandalosas. A campanha para acabar com o Matadouro de São Cristóvão foi vitoriosa.

O Imperador veio a Santa Cruz em 30 de dezembro de 1881 para finalmente inaugurar o Matadouro de Santa Cruz. A lenga-lenga de testes de viabilidade sanitária e econômica está toda nas atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, citadas acima, à espera de um pesquisador paciente para ser esmiuçada — é um exemplo de que a burocracia governamental, para imcobrir corrupção, não era incomum no Império.

Fica claro que os nobilíssimos políticos, técnicos e autoridades estavam se centrando em dois pontos essenciais: o transporte em condições razoáveis das carnes de bovinos, ovinos, suínos e caprinos para a capital, via vagão ferroviário adequado — a malha ferroviária foi estendida em cerca de uns dois quilômetros, de Santa Cruz até o Matadouro — ; as condições de higiene no local do abate, que dependia de bastante água, obrigando portanto a construção de grandes tanques, para lavar e escoar o sangue das vítimas (a crueldade no abate era tanta que não é exagero chamar os animais de vítimas).

O fedor associado à transformação industrial de restos animais não foi levado em conta, pois Santa Cruz era uma espécie de ermo da cidade do Rio de Janeiro, seu último bairro e que também pesou na escolha do matadouro, pois era preciso "mandar a coisa para o mais longe possível". Idem para o sangue e restos de pelos e vísceras, pois um canal artificial, construído

propositadamente, levaria esses incômodos para longe das vistas da "sociedade". Dessa decisão celebrada pela elite de Santa Cruz, que logicamente morava a léguas do Matadouro, como prova inegável de progresso, surgiu os dois grandes estigmas que assombraram o bairro por décadas: o fedor de fim de tarde trazido pela brisa marinha e a vala do sangue, símbolos das nossas vergonhas expostas, como se fora uma menstruação ininterrupta.

(A vala do sangue bem merece um parêntesis. Não como disse o rei agnóstico sobre "Paris bem vale uma missa". A vala, que resistiu à canalização e asfaltamento até bem pouco tempo, ficou alí como uma chaga exposta da parte podre de Santa Cruz. Sujeira. Pobreza. Corrupção. Canalhice. Ignorância. Para quem não é morador antigo de Santa Cruz, nem dá para imaginar o que foi aquele escoadouro de sangue de animais abatidos no Matadouro, tudo misturado com restos não aproveitados ou desperdiçados. Tentemos uma imagem: um corte na terra nua de uns três metros de largura por dois de profundidade numa extensão de uns mil metros, até o escoadouro ou canal artificial construído pelos jesuítas no século XVIII chamado "Rio Itá", rasgando terras e matos. Em ambas margens, barracos miseráveis, à guisa de casa ou habitação humana, exparsos, dividindo a paisagem com centenas de urubús. Pois bem, para a imprensa crítica de Santa Cruz, que dedicou inúmeros artigos à vala do sangue, esse era o "cartão postal" do bairro.)

O imperador, certamente entediado por ter sido incomodado às vésperas do ano novo de 1882, viu apenas as instalações novinhas em folha e partiu apressado para o clima europeu de Petrópolis - Pedro II "puxou" o avô Dom João VI, não tinha vocação para o poder, mais preocupado com questões científicas da época, que curiosamente lhe deu entre os historiadores a fama de um homem além do seu tempo; na verdade Pedro II foi um "frouxo" que fugiu para o exílio às escondidas, de madrugada, do cais *Pharoux*, sem emitir um único protesto, isso segundo os críticos republicanos. A augusta presença de "V.M. Imperial" na inauguração do Matadouro de Santa Cruz consta da Ata da Primeira Sessão em 5 de Janeiro de 1882 da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

O fato é que com o Matadouro Santa Cruz pode se consolidar no Rio de Janeiro como um bairro importante, onde passou a circular capital associados ao abate de bois: marchantes endinheirados, boiadeiros, comerciantes, pequenos industriais e assalariados afins; além é claro dos funcionários públicos municipais acomodados em torno, todos favorecendo a circulação de bens de capital, consumo e produção no bairro. Apesar de ser, pelo menos até a década de 70 do século passado, considerado como um bairro de zona rural, Santa Cruz teve um *status* de bairro com potencial industrial por causa do Matadouro.

Um aspecto negativo, além dos problemas de natureza ambiental, foi a generalização da corrupção em Santa Cruz com a vinda do Matadouro Municipal. É claro que sempre houve corrupção por esse Brasil afora até os dias de hoje. Santa Cruz não foi exceção. Mas o Matadouro inchou com o excesso de funcionários necessários e inventados para satisfazer a máquina eleitoral. O déficit crônico do Matadouro sempre esteve ligado aos excessos de corrupção nepótica, empreguista e clientelista. A desculpa, ao longo dos anos, foi e continua sendo a mesma para casos parecidos: trata-se de uma empresa pública, com fins sociais, etc.

Paralelamente, e aqui podemos dizer como testemunha ocular, criou-se uma série de benesses, mordomias e apadrinhamentos. Favorecia-se a concessão de boxes para a venda a varejo de carnes e derivados no terreno contíguo ao Matadouro. Carnes, vísceras e miúdos eram desviados pelos funcionários, que os davam a título de amizade ou favorecimento pessoal ou até sexual: muitas mulheres "davam plantão" depois do abate, cobrando também sua parte no botim público, numa tremenda farra com a coisa pública. Era o tal de "todos nos locupletamos", na prática.

É evidente que essa farra haveria de tornar o Matadouro de Santa Cruz inviável economicamente e incorrigível moralmente. Teve, no entanto, uma morte lenta, espasmódica, graças às reviravoltas das políticas clientelistas dos governos corruptos no Rio de Janeiro. Por aqui, conforme veremos na parte propriamente política que seguirá esse capítulo sobre NOTÍCIAS DE SANTA CRUZ, basta dizer que o fim se deu de fato no governo de Chagas

Freitas - o chaguismo, como ficou conhecido esse nefasto período - e que dois dos seus maiores beneficiários políticos, já falecidos, foram o deputado Pedro Ferreira e o vereador Itagoré Barreto.

Nem tudo são males. Como tudo na vida. O Matadouro de Santa Cruz foi um dos fatores que favoreceram a formação de uma identidade comunitária. Quase tudo girava em torno do Matadouro. A população era pequena e a economia idem. Até o fedor de fim de tarde nos fazia lembrar que havia um matadouro e que milhares de pessoas dependiam dele. Trabalhar no Matadouro virou sinônimo de *status*, mesmo para os trabalhadores mais humildes. Sobre a importância do Matadouro de Santa Cruz, ainda que com um enfoque mais para o elogio do que para uma visão imparcial, pode se ler o livro do pesquisador maior da história de Santa Cruz, Benedito de Freitas (1977) sobre “O Matadouro de Santa Cruz – Cem anos a serviço de uma comunidade”.

Em torno do Matadouro havia uma vila operária, hoje descaracterizada da sua arquitetura original, que tinha inclusive telhas importadas da França. Cruzava-se com vaqueiros ou boiadeiros, do interior do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, orgulhosos das suas roupas de brim e chapéu de couro. Muitos desses boiadeiros acabaram conhecendo alguma moça e ficaram a viver em Santa Cruz. Havia também prostitutas tímidas que faziam no Largo do Bodegão, uma espécie de praça central na área do Matadouro, seu habitual *trottoir* para atrair clientes, indiferentes aos "benze-me Deus" das beatas que às vezes cruzavam com elas, algumas até invejosas do vigor físico e dos ares de fêmea fatal das prostitutas. Acontecia de um boi fujão criar um tremendo alvoroço ou rebuliço, como se dizia na época. O trenzinho chegava perto, na estação hoje em ruínas e ocupada por sem tetos. E, disse-nos um ancião que pudemos entrevistar: "era tudo motivo para ser feliz".

Diríamos que a existência centenária do Matadouro - desde sua inauguração em 1881 pela Vossa Majestade Imperial, conforme a etiqueta, até o início da década dos anos 80 passados, quando sucumbiu à corrupção de Sua Excelência o Governador do Estado — tornou Santa Cruz um bairro conhecido no aspecto econômico, portanto cem anos depois. Afinal toda a carne consumida pelos cariocas provinha do Matadouro local. Também no aspecto político, pois

constantes escândalos, roubalheiras e clientelismo em época eleitoral faziam a graça dos jornais de oposição. Inclusive dos locais, conforme veremos adiante, no capítulo 2.

No pico dos abates, de acordo com estatísticas, matava-se anualmente, em 1932, mais de duzentos mil animais, especialmente bovinos em maioria. Mas isso foi no tempo em que o monopólio sobre o abate era do poder público, fundado municipalmente no Distrito Federal. O definhamento se deu com a proliferação de abatedouros clandestinos, inclusive em Santa Cruz - a tradição de comer uma carne fresca ainda persiste em Santa Cruz, sobretudo entre os mais antigos, que se abastece em alguns açolgues com bois e porcos de abatedouros particulares, cuja existência representa uma espécie de resistência à burocracia e à carne congelada dos supermercados.

O xodozinho de Santa Cruz teve um destino nobre. Em parte de sua área foi instalada uma escola técnica de excelente qualidade. Também se construiu escolas de ensino fundamental e médio, creche e um centro de zoonose, bem como quadras esportivas abertas à comunidade. Foi uma boa solução, apesar da grande área ainda inaproveitada e que está em ruínas. Com a rápida urbanização de Santa Cruz e, claro, da economia brasileira como um todo, matadouros devem estar rigorosamente adequados a condições de higiene, ambientais e econômicas. Não era o caso do Matadouro Industrial de Santa Cruz. .

QUINTA NOTÍCIA: SANTA CRUZ TEM MAIS DE 15 MIL HABITANTES.

Essa manchete está num estilo bem atual: clara e direta quanto ao fato. Não foi e nem poderia ter sido publicada, inclusive porque o nosso jornalzinho mais antigo - *O Santacruzense* - ainda não havia aparecido quando houve o recenseamento sobre os distritos (bairros) da capital federal. Os 15.380 habitantes contados pelo recenseamento de 1906 para o 24º Distrito, o de Santa Cruz, precedem em dois anos o aparecimento d' *O Santacruzense*. Esse senso de 1906 (20-

09-1906) feito pela Officina da Estatística, é reproduzido com mais detalhes no Grande Recenseamento do Brazil, de 1920, dois vol., referente ao Rio de Janeiro.

Em 1906, 99 anos atrás e ano 17 da República dos Estados Unidos do Brasil vivíamos na Primeira República, depois pejorativamente alcunhada de República Velha. A monarquia ficara para trás - *vade retro!* - deixando apenas no imaginário popular um sonho de realeza, presente na cultura através de nomeações de "rei disso", "princesa ou rainha" daquilo, no cotidiano e no carnaval, sobretudo. Foi-se, a monarquia, num "golpe de mão", com uma canetada de Deodoro da Fonseca proclamando a República em 15 de novembro de 1889 — uma data cívica praticamente ignorada, como, aliás, quase todas no Brasil.

O início do século XX prometia ser bastante progressista no sentido econômico e liberal no sentido político, também no Brasil. A economia de mercado (capitalista). O governo, republicano (democracia burguesa). Os monarquistas haviam definitivamente "enfiado o rabo entre as pernas", desde a decapitação de um "símbolo da monarquia", o fanático de Canudos, Antonio Conselheiro⁵. Pasmem com a esperteza política das elites republicanas em associar um mítico meio desmiolado com a monarquia. Os canhões krupps que reduziram Canudos a escombros e o empastelamento dos jornais saudosistas da monarquia sepultou qualquer idéia de um retorno ou restauração do regime monárquico. Aliás, sentía-se mais pena ou simpatia por Pedro II e a princesa Isabel do que uma vontade séria de ter novamente um Brasil imperial. Pura veleidade.

Em 1906 respirava-se republicanismo. Entre outras coisas isso significava a aplicação de técnicas modernas para conhecer a realidade sócio-econômica. Daí que fazer recenseamento, trabalhar com estatísticas, coletar dados sobre a população era um grande sinal de progresso, de avanço, de moderno. Se somarmos tudo isso à administração de um prefeito modernista, viajado, teremos uma boa idéia sobre o otimismo e a criatividade que brotaram no

⁵ É interessante comparar a obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, uma das mais importantes para se entender o Brasil, rigorosa e científica, com o excelente romance histórico de Vargas Llosa, *A Guerra do fim do Mundo*. Vê-se em ambas o papel ridículo, para dizer o mínimo, que o movimento republicano teve no massacre de brasileiros fanatizados por um beato meio doido.

início do século XX. O recenseamento de 1906 no Distrito Federal foi realizado na administração de Pereira Passos, considerado o administrador que mais transformou o Rio de Janeiro, para melhor.

O senso de 1906, o mais importante até então no Brasil, tinha pretensões científicas e de coisa bem organizada. Tinha título e subtítulo em francês, bem no espírito da época, em que a língua de Racine era obrigatória para legitimar de científico e *chique* qualquer trabalho ou manifestação artística - é bom lembrar que no final do século XIX Émile Durkheim publicava sua interpretação sociológica sobre o suicídio (1897), inaugurando, por assim dizer, o uso dos métodos estatísticos no estudo do social. Então, o recenseamento que também foi feito no 24º Distrito de Santa Cruz, tinha o pomposo nome de *Statistique Prediale et Domiciliaire des divers Districts Municipaux de Rio de Janeiro en 1906*.

Contar construções domiciliares, industriais, de órgãos públicos e mixtas (parceria público-privada através de aluguel), arrolarem logradouros públicos (*voire*) ou ruas, estradas, largos, praças e becos certamente tinham por objetivo um planejamento racional para, inclusive, cobrar os impostos com a eficiência republicana. Mas, o senso visava também alguns dados essenciais da população, claro. Na caderneta de anotações dos recenseadores a obrigatoriedade era saber: total de pessoas, inclusive crianças; sexo; idade; estado civil; nacionalidade; profissão; e se os moradores sabem ler ou escrever. Dá para perceber a gama de informações possíveis nessa pesquisa aberta.

Os dados que nos interessam para estabelecer uma possível relação entre o número da população alfabetizada com a existência de um jornal (*O Santacruzense* desde 1908) mostraram algumas curiosidades. Do total de 15.380 habitantes, por exemplo, foram contados 8.874 homens e 6.506 mulheres: a diferença de mais de 2.000 homens indicaria que Santa Cruz era uma localidade com oportunidades para migrantes solteiros - gente que veio para trabalhar com o grande negócio da época: o Matadouro. Na informação que visávamos como a mais importante os números são claríssimos: do total de 8.874 homens apenas pouco mais de dois terços (2.672) disseram saber ler e escrever; das 6.506 mulheres os números chegam a pouco mais de um quarto

(1292) que fizeram a mesma afirmação, revelando assim as menores oportunidades de estudo que as mulheres da época tinham.

Uma interpretação rigorosa das estatísticas revela o que todos sempre afirmaram: no Brasil elas não são confiáveis, pelo menos até bem poucos anos atrás. Diz-se até que são "mentiras organizadas". Veremos que os números sobre a população de Santa Cruz não são confiáveis e até mesmo se contradizem comparativamente. Isso em relação a esse recenseamento de 1906 e também a outras projeções anteriores e posteriores.

No recenseamento de 1906 cada um dos 25 Distritos da capital teve nomeada uma comissão de 10 notáveis afinados com o poder público municipal. Em Santa Cruz ela era encabeçada pelo coronel Honório Pimentel, intendente em Santa Cruz (uma espécie de administrador regional), considerado o nosso Pereira Passos, guardados os exageros. Dessa, com os auxiliares, saiu o senso que evidencia a apresentação de números forçados, para parecerem redondos - a idéia é que as estatísticas deveriam ser exatas, cientificamente provadas, etc.

O exemplo mais flagrante pode ser tomado dos números sobre população total (15.380), de homem (8.874) e de mulheres (6.506). Sobre esses dados por sexo, os números redondos apontam que 2.672 homens sabem ler e escrever e 6.202 não sabem; já as mulheres são 1.292 alfabetizadas e 5.214 não. As somas são exatas. Mas, e as crianças e os recém nascidos que foram arrolados, onde ficam no total? Misturados na relação por gêneros? Apesar dos dados serem tabulados corretamente nos quadros demonstrativos, dá a impressão de que houve senão números forçados a parecerem exatos, pelo menos incompletude ou deficiência ao não distinguirem recém-nascidos e crianças da relação total de gêneros alfabetizados e não alfabetizados.

Um outro dado curioso nesse mesmo senso, diretamente relacionado com o objetivo precípua da pesquisa são os números do total de prédios arrolados em diversos logradouros públicos de Santa Cruz: 1848. Desses, 1834 são ditos domiciliares, apenas 2 industrial, 4 são públicos e mixtos 8. Com tais números, deve-se supor que os prédios comerciais foram arrolados

como domiciliares? Talvez se confundisse moradia com negócio familiar? Infelizmente não há explicação sobre os critérios usados para se chegar a tais números. O pior é que há uma clara incongruência entre os números de prédios arrolados (1848) e a população (15.380) — O que daria pouco mais de 8 habitantes por moradia.

Para se entender a evolução da população em Santa Cruz deve-se considerar algumas variáveis que também interferem no resultado final obtido, dos números apresentados. A primeira é sobre a imprecisão da área territorial do que é Santa Cruz. Ou de como distinguir o tamanho de Santa Cruz ao longo da história, considerando que houve variações desde 1833, data da sua legitimação como curato, distrito e bairro, posteriormente.

Recapitulando um pouco das notícias sobre Santa Cruz, de acordo com o estudioso Vieira de Mello em artigo de 1933 para a *Polianthea de Santa Cruz*, destacam-se três fases na dimensão territorial: 1ª) da origem mais antiga da história de Santa Cruz, quando esta era ainda uma sesmaria concedida ao nosso bravo fidalgo pelo lugar-tenente Affonso de Souza (Pero Ferraz); 2ª) de quando da sua inclusão na fazenda dos jesuítas, considerando que esta era bem extensa e incluía também uma outra sesmaria, somando ambas 10 léguas (60 km); e a 3ª) a que é considerada oficialmente a data da fundação de Santa Cruz, 30 de dezembro de 1833, sua anexação à metrópole brasileira (Rio de Janeiro, capital do império, município neutro). Esta data jubilosa para os santacruzenses tem seu significado maior na sua inclusão como terras da Coroa. Melhor certamente do que pertencer à vila de Itaguaí, o que seria o lado ruim da história, já que não teria então a identidade própria que veio a ter.

A questão é que as dimensões territoriais de Santa Cruz demandaram muito tempo para serem precisas. O bairro faz fronteira com Campo Grande, Guaratiba e Itaguaí, sendo este um município. Tem também sua saída para o mar através da Baía de Sepetiba. Administrativamente, Santa Cruz engloba também Paciência e Sepetiba, na XIXª Região Administrativa. Isso desde 1962, quando éramos Estado da Guanabara e Carlos Lacerda era governador (Decreto 952- D.O. 09.04.62). Data daí a definição do que é Santa Cruz em geral (a região administrativa) e do que são os bairros de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba em particular. Como comparar então os

15.380 habitantes do 24º Distrito de Santa Cruz com os 311.120 habitantes de censo de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Deste total Santa Cruz ficou com 191.707, Paciência com 83.350 e Sepetiba com 36.063.

A questão dos números da população de Santa Cruz é complexa e estão sempre dando saltos abruptos por causa das características do bairro. Mesmo esses números de 2000 do IBGE já devem estar bastante defasados, pois nesses últimos 5 anos instalou-se um grande conjunto de moradias populares, "o Nova Sepetiba", entre outros de grande porte, e surgiram inúmeros loteamentos irregulares e clandestinos.

Volumosa edição do censo de 1906, publicada pela Oficina da Estatística em 1907, num belo trabalho com conteúdo histórico do Rio de Janeiro, decretos e instituições, descobrimos uma série precedente de números sobre a população de Santa Cruz no século XIX que demonstram falhas inexplicáveis: nos censos de 1838 e 1849 há um crescimento razoável ou até coerente da população, que passa de 3.677 a 4.450 habitantes; nos censos de 1858, 1870 e 1872, ao contrário, há um decréscimo incrível, denotando incompletude, pois temos respectivamente 3.838, 3445 e 2.631; já o de 1890, o último do século, a população dá um salto para 10.954. É bem provável que esse último número esteja mais ou menos coerente com o de 1838, para se entender o crescimento em 5 décadas.

À época em que D. João veio ao Brasil, segundo o pesquisador Almeida Reis que citamos acima, em "Subsídios para a história de Santa Cruz", haveria uma população de "1.200 almas" em Santa Cruz, sendo que o total na extensa área do que fôra a fazenda dos jesuítas (inclusive Cantagalo pequena e Canhangá do Distrito de Itaguaí) somavam "6.000 almas" ⁶. Claro que são

⁶ Um "fato histórico", com aspas, pois não há registros e parece mais uma bravata, os Santa-cruzenses, orgulhosos sempre do seu passado e do belo nome do seu bairro, teriam se "levantado em barricadas", indignados, quando tentaram mudar o nome do bairro para Canhangá.

números impossíveis de verificação. Provavelmente trata-se de uma estimativa aleatória. De qualquer forma, considerando essas "1200 almas" como estimadas para algo em torno de 1810, não é tanta a diferença para os 3.677 habitantes recenseados em 1838.

Outros números, que provam a barafunda que são as estatísticas sobre a população em Santa Cruz em particular, são os estimados pela Companhia Ferro Carril e Navegação que imputa "3.000 almas ao antigo curato onde El Rei D. João VI e o imperador Pedro I residiam uma parte do anno" (Polianthéia, 1933) para 1886, e também os estimados pelo censo de 1890 em 10.954. São absolutamente díspares! É bem mais provável que os dados do censo de 1890 estejam mais próximos da realidade do que os da Companhia Ferro Carril e Navegação, que explorava linhas de bonde entre Santa Cruz e Sepetiba. Essa linha de bonde explorava um bom filão: o bauneário de Sepetiba, com excelente bauneabilidade à época e com a famosa lama medicinal, que atraía muita gente. Hoje, infelizmente, as praias estão poluídas.

No recenseamento do Brasil, com nove volumes, feita em 01.09.1920, estima-se em 16.506 a população de Santa Cruz. Comparando-a com a estimativa de 1906, também oficial, que estimava em 15.380 os habitantes, percebe-se claramente que os números também aí não batem. Para nós que somos conhecedores da história do progresso de Santa Cruz é impossível acreditar que em 14 anos a população tenha aumentada em apenas 1.126 habitantes.

Não é preciso insistir que a confiabilidade dos dados da estatística oficial no Brasil sempre foi vista com enorme suspeita. Por estudiosos nacionais e estrangeiros. Interferência de governos e a baixa qualidade técnica de instituições, até há poucos anos atrás, explicariam a desconfiança sobre os números de pesquisas no Brasil. Desde a modernização e autonomia do IBGE, a partir dos anos 80, essa realidade ou "cultura" tem sido revista. Mesmo assim, no final de 2004, o presidente do Brasil (Lula) desmentiu publicamente os números do IBGE sobre nutrição, pois esses desmentiam sua política de discurso de governo.

Em 1933 Santa Cruz teria cerca de 35.000 habitantes - "35 mil almas", na expressão retrógrada de Almeida Reis na comemoração do centenário de Santa Cruz. Por falar em "almas", o popular *Almanaque Suburbano*: "o seu melhor companheiro de viagem", dizia numa matéria de 1941, se referindo a Santa Cruz como das "Almas". E não parece nada entusiasmado com o que viu em Santa Cruz das "Almas": "o comércio é o mesmo de anos passados. Talvez não erramos dizendo que é menos movimentado" — (p.87). Santa Cruz parecia em decadência? Ou foi apenas um comentário satírico, com a alcunha de das "almas"?

A população de Santa Cruz passou a crescer de fato, a quase dobrar a cada 10 anos, nas décadas de 80 e 90 do século passado. Isso considerando a "grande Santa Cruz", inclusive com Paciência e Sepetiba. A verdade é que com a lenta redução de abates de animais no Matadouro com a consequente desativação das empresas de transformação, caiu muito os níveis de negócio e emprego. Mesmo assim, o censo de 1970 registra 92.927 habitantes em toda área da XIXª R.A., ou grande Santa Cruz, segundo a expressão que introduzimos aqui. Estes dados são do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

O que favoreceu Santa Cruz de escapar da estagnação foi a alternativa de acesso ao centro da cidade e a zona sul através da Barra da Tijuca, com a implantação de linhas de ônibus que constituíram alternativas aos morosos e inconstantes trens da linha 42 - Santa Cruz/ Central do Brasil, sempre atrasados. O bairro passou a se tornar uma espécie de "dormitório de trabalhadores", que entre ida e volta do trabalho chegava ficar até 16 horas fora de casa, num fenômeno urbano comum aos anos 60, 70 e 80.

Em 1991 o *Jornal da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz* anunciava em manchete: Santa Cruz cresce 100% em 10 Anos. Os índices, na verdade, chegavam aos 90% entre os anos 70, 80 e 90. Os números por décadas são: 1970: 92.927; 1980: 147.630; 1990: 254.503. De Qualquer forma foi um salto espetacular. O bairro começou a abrigar gigantescos conjuntos habitacionais, construídos por governos do Rio de Janeiro. Os moradores locais mais antigos torceram o nariz mais não puderam impedir que em 1975 se construísse o conjunto Antares e o João XXIII em 1978; O enorme conjunto Cesarão em 1981, com 3,964 casas. Foi um

efeito "bola de neve", o bairro ficou "cercado" — segundo os que são contra — por conjuntos habitacionais de baixa renda e, por conseguinte, com eles vieram o tráfico de drogas e as violências a esses associados. Recentemente, em 2002, implantou-se mais um enorme conjunto próximo a uma área que já foi orgulho de Santa Cruz: a Nova Sepetiba, que deu o tiro de misericórdia na balneabilidade das outrora belas praias de Sepetiba, Dona Luiza, Cardo e da Brisa.

Em cem anos, ou quase isso, de 1906 a 2005, Santa Cruz passou de 15.000 para 315.000 habitantes, aproximadamente. É um crescimento fantástico, típico de uma cidade, não de um bairro. Mas, a considerar os últimos 30 anos, foi apenas um crescimento populacional desordenado o que ocorreu. Mais para uma espécie de "cidade dormitório", que supre a demanda de mão de obra da Barra da Tijuca, sobretudo, além das outras áreas tradicionais, como o centro da cidade.

Para se entender o processo de inchaço populacional em Santa Cruz, que atraiu sobretudo populações de renda baixa, remete-se novamente à história do bairro: as terras de Santa Cruz passaram sucessivamente dos índios para os invasores por processo de expulsão-dizimação; daí, por cessão, para os jesuítas; destes para a Coroa Portuguesa por usurpação; por compra, para o império monárquico brasileiro; e para os governos republicanos, por abolição da monarquia. O fato é que as terras passaram, por fim, à fazenda nacional. Proprietários regularizados não existiam quase, exceptuando aqueles que conseguiram os títulos do Estado para o uso da terra. Até há pouco tempo atrás, cerca de 10 a 15 anos, era possível "descobrir lotes sem donos". Expertamente, muitos se tornaram grandes proprietários de lotes ou terrenos em Santa Cruz usando do simples artifício de legalizá-lo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que tem uma sede local. Não é preciso dizer o tamanho de fraude e corrupção que isso gerou.

Essa situação, por outro lado, também possibilitou inúmeras invasões, organizada por líderes encabeçando famílias, os sem teto, como são conhecidos atualmente. A mais famosa invasão em Santa Cruz, no final dos anos 70, foi a da área do que hoje é conhecida como a

"favela do Rollas", junto ao centro do bairro - o nome vem do antigo "proprietário nominal", que acabou sendo indenizado pelo Estado por ter suas terras invadidas; na verdade um matagal largado, esperando valorização. Invasões e loteamentos clandestinos se multiplicaram, com sucesso, graças às condições da situação territorial singular de Santa Cruz.

Com tanta gente, Santa Cruz teve também tantos jornais. Para a imprensa escrita é preciso que haja leitores e motivos. Isso não faltou a Santa Cruz. Em termos de zona oeste da cidade é certamente o bairro mais profícuo em produção periódica de notícias, com uma história centenária no setor. E há gente de todo tipo em Santa Cruz, brasileiros e estrangeiros de todos os tipos.

SEXTA NOTICIA: SALVO CONDUTOS PARA JAPONESES EM SANTA CRUZ.

As notícias sobre os bombardeios de navios mercantes brasileiros por países de Eixo - o "eixo do mal", diria hoje George W. Bush *et caterva* —, sobretudo por submarinos alemães, deixaram nervosos os nativos, em especial os de Santa Cruz. Como consequência, japoneses e descendentes, alemães e descendentes, italianos e descendentes tiveram seus direitos de locomoção cerceados. Nossa notícia se refere aos japoneses, pois esses além de mais visíveis fisicamente, provocavam uma espécie de estranhamento nos brasileiros: baixinhos, cabelos pretos e lisos, olhos rasgados e um comportamento visivelmente humilde.

Santa Cruz, devemos dizer aqui, teve sua população engrossada por diversos tipos étnicos de imigrantes. Os mais comuns foram: portugueses e espanhóis, povos latinos que se adaptaram rapidamente; os famosos "turcos", ou sírios e libaneses, que receberam essa alcunha por causa do passaporte emitido pela Turquia, potência que dominou o Oriente Médio até o início

do século XX; e nossos *oriundi* do eixo do mal, os italianos, alemães e japoneses - os primeiros chegaram bem antes do período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial: alemães e italianos imigraram para o Brasil desde o tempo do Império.

Além de imigrantes estrangeiros, nesse período em que se insere essa notícia, ou período exarcebado por nacionalismo de todos os matizes, Santa Cruz recebeu também contingentes de população de outros estados do Brasil, notadamente do Nordeste, por causa da política de "reforma agrária" do Estado Novo (1937-1945), que visava o aproveitamento das terras da fazenda nacional de Santa Cruz, ex-sesmaria de Cristóvão Monteiro, ex-fazenda dos jesuítas, ex-fazenda imperial. O objetivo, depois do saneamento da região, foi o de lotear boa parte das terras para os colonos japoneses, italianos, alemães e nacionais do Nordeste brasileiro, visando algum tipo de produção agrícola para abastecer a capital da República, com acesso facilitado por trens e estrada de rodagem.

Os japoneses chegaram a Santa Cruz em 1938. Até 1941 foram 31 famílias que vieram para serem colonos em Santa Cruz, nas antigas terras amanhadas pelos jesuítas. Receberam-na em condições ultrafacilitadas casas e lotes. Iniciaram desde então uma produção de hortifruti para o mercado da capital, bem sucedida sobre todos os aspectos. A história dessa etnia em Santa Cruz tem sido pesquisada com pionerismo e bastante profundidade pelo historiador Sinvaldo do Nascimento Souza, que publicou diversos estudos sobre o tema da imigração japonesa em Santa Cruz - O professor Sinvaldo desenvolveu uma dissertação de mestrado sobre os japoneses ou a imigração japonesa, na Universidade Federal Fluminense.

Destacamos aqui a imigração japonesa em Santa Cruz, dentre outras que também constituem casos singulares de sucesso, como a "turca", por exemplo, pois esse povo nos remete a uma compreensão de alguns aspectos importantes do Estado Novo, de acordo com nossa intenção de mesclar fatos históricos com noticiários prováveis, comprovando assim uma espécie de memória e história política de Santa Cruz.

Os *japs*, como às vezes eram chamados pejorativamente, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, iniciaram sua colonização no Brasil - aqui no sentido em que eles chegaram precipuamente para essa atividade de cunho agrícola - desde 1908. São Paulo foi o Estado inicial de desembarque no Brasil, como contratados para o trabalho na lavoura cafeeira, ávida de imigrantes para suprir a demanda por mão de obra. De lá foram se espalhando, quase sempre no sentido da expansão da fronteira agrícola cafeeira. Santa Cruz, é de se notar, foi pioneira no estado do Rio de Janeiro na recepção desse imigrante asiático.

É fascinante a história da imigração japonesa no Brasil. Junto com a colônia alemã, são duas das etnias, uma européia e outra asiática, das mais bem sucedidas no Brasil. Isso quase sem exceção entre todos os seus nacionais e descendentes, todos situados num *status* econômico de classe média para média alta.

É curioso que tanto japoneses quanto alemães, em quase sua totalidade, formaram um grupo de imigrantes que se situaram nas camadas médias da sociedade brasileira: nem propriamente burgueses, nem tampouco proletários. Claro que ressalvadas todas as exceções da regra.

Os japoneses, que é o objeto de estudo aqui, correlacionado com as notícias pertinentes à história e ou memória de Santa Cruz, constitui uma etnia à parte, pois realmente fundaram uma colônia coesa e de sucesso no bairro. Vieram, viram e venceram, para usar uma frase ou paráfrase do que disse Júlio César sobre suas conquistas na Gália.

Na verdade, o que corrobora o *vidi, veni e vici* dos romanos, os japoneses foram "convidados" pelo governo de Getúlio Vargas, com perdão da hipérbole, para se instalarem em Santa Cruz com o objetivo de suprir o mercado da capital do Rio de Janeiro com produtos hortifrutí, da qual era carente, dependendo de importações sobretudo de São Paulo, e do qual os *japs* eram comprovadamente eficientes.

De fato, uma das razões do sucesso do imigrante japonês, mas não a única, foi a sua inovação no desenvolvimento da produção hortícola para consumo nos centros urbanos. Foi um sucesso imediato, sobretudo se levarmos em conta que a população brasileira da época - e também de épocas anteriores - não incluía o consumo de verduras e legumes na sua dieta alimentar. Havia uma total ignorância da importância desses alimentos - note-se que Gilberto Freire, em "Casa Grande e Senzala", já alertava para a paupérrima dieta em verduras e legumes até entre os senhores de escravos, a despeito da rica possibilidade de produção desses alimentos nos trópicos.

Em Santa Cruz, os imigrantes japoneses aperfeiçoaram alguns produtos, como o tomate e o quiabo, que até receberam a denominação de "Santa Cruz" por causa da melhoria da espécie, e também introduziram variedades que passaram a ser consumidos pelo carioca em geral, como o giló, variedades de aipim e verduras para tempero como a cebolinha e o cheiro verde.

Em pouco tempo o imigrante japonês em Santa Cruz adquiriu um prestígio realmente singular para uma etnia "exótica". Passaram a ser sinônimo de "inteligente", a despeito do estranhamento que causaram não somente pelo seu biotipo, mas também por seus hábitos e costumes arredios, tímidos e de não integração automática com os brasileiros. Formaram em Santa Cruz uma comunidade fechada, à parte, segundo ou de acordo com suas características ou idiossincrasias, que perdurou por um longo tempo, pelo menos até a terceira geração, que eles chamam de *sansei*.

Talvez, o que deve ter contribuído para o distanciamento do imigrante japonês em Santa Cruz, além de caracteres culturais, foi que eles foram alocados como colonos em locais bem distantes ou isolados do centro do bairro, o que era natural, considerando que vieram para serem colonos agrícolas. Nesse rincão, foi então necessário que eles ficassem alocados juntos, como vizinhos. Claro que foi uma boa solução, pois compensava a dificuldade de comunicação verbal com os nativos, por um lado, e criava uma comunidade coesa entre eles.

Ao chegarem a Santa Cruz eles se sentiram bastante desconfortáveis, pelo menos alguns deles, conforme se pode depreender através de depoimentos colhidos em pesquisas realizadas por Sinvaldo do Nascimento Souza, que tivemos acesso. Esse sentimento permaneceu mais ou menos tempo entre eles, segundo características individuais de cada um. O certo é que o isolamento e o sentimento de estanhamento vivido pelos imigrantes japoneses em Santa Cruz no período de Segunda Guerra contribuíram para acentuar a timidez deles, um povo considerado "naturalmente tímido".

Note-se que ao falarmos das restrições vividas pelos japoneses em Santa Cruz, sobretudo na questão da obrigatoriedade do uso de salvo conduto para deslocamentos além do bairro ou de suas colônias, estamos considerando isso como uma espécie de caso típico ideal — no sentido que o sociólogo alemão Max Weber dá a expressão. Com isso pretendemos sugerir numa leitura sobre a história de Santa Cruz baseada numa suposta notícia, onde algum tipo de discriminação, perseguição ou exclusão também aconteceu com outros estrangeiros e nacionais.

Os "turcos", já citados acima, foram sempre taxados de perpetuar o atraso comercial em Santa Cruz, pelo menos até os anos 80, antes da diluição da população, forçada por seu crescimento exponencial. Entre os nacionais, sem dúvida, o mais discriminado foi o migrante nordestino, acusado com desdém de "pau de arara", "cabeça chata" e "intruso" em terras cariocas — esse fenômeno, a bem da verdade, ocorreu em todo o Rio de Janeiro. Que tipo de psicologia social poderia explicar esses sentimentos excludentes? Parece que são fenômenos datados, sobre uma época em que alimentar a exclusão era apenas um mal menor, uma "brincadeira", um pecadilho justificável. Hoje só uns poucos idiotas se valem de tais argumentos, mesmo ao nível da "brincadeira".

Em Santa Cruz os imigrantes japoneses passaram de colonos para pequenos empresários urbanos e, com seus descendentes de terceira e quarta geração (os *sansei* e *yonseï*) para a de profissionais liberais bem sucedidos. Foi incrível e até mesmo surpreendente o sucesso dos membros da colônia de Santa Cruz como um todo. Sociologicamente, a localização quase que homogênea da colônia nos setores médios da sociedade brasileira, sua ascensão e mobilidade

social está a merecer um estudo mais aprofundado - sabemos que o professor Sinvaldo, certamente o maior conhecedor da história da colônia japonesa em Santa Cruz, continua suas pesquisas sobre esses temas e deverá apresentar novas comunicações.

Por aqui, resta-nos dizer que o Estado Novo getulista foi um regime de excessão, não-democrático e pró-fascista, a despeito de tentarem nos impingir um Getúlio estadista, nacionalista e progressista. Não se pode esquecer que foi no governo desse homem que tivemos cárceres abarrotados de presos políticos e de consciência (Graciliano Ramos e Nise da Silveira), os deops, as leis de excessão para imigrantes e de reunião, a violência institucionalizada da polícia para crimes de civis, o "babaovismo" e a ridícula apologia da pátria e da família. Enfim, todo o receituário que torna os oito anos do Estado Novo um período histórico para ser veementemente repudiado. Em Santa Cruz a imprensa local, quando não censurada, foi favorável ao sistema, sobretudo os jornais da chamada imprensa estudantil.

Nesse contexto histórico os imigrantes japoneses, mas não somente eles tiveram seus direitos cerceados e sofreram toda sorte de discriminação, preconceitos e até segregação - cada um desses conceitos tem sua carga de injustiça. A notícia dos anos 40 passados, que exigiam salvo condutos para imigrantes japoneses em Santa Cruz foi, portanto apenas uma face da história do bairro durante o Estado Novo.

SÉTIMA NOTÍCIA: GENERAIS ASSALTAM O PODER

“Página infeliz da nossa história”, na expressão do cantor e compositor Chico Buarque. O ano é 1964. Os golpistas de caserna e seus acólitos civis se justificam, *a posteriori*, com a manjada “ameça comunista” - boa parte da sociedade brasileira, acho que a grande maioria, provavelmente por ignorância ou por uma espécie de pânico bursátil, realmente se apavorou tanto com o "perigo comunista" ao ponto de entregar, denunciar e alcagoetar famílias inocentes para

algozes e torturadores notórios. Um nojo! Uma página infeliz da nossa história que enlameou muitas consciências, inclusive também em Santa Cruz.

O golpe de Estado repercutiu muito em Santa Cruz por causa das presenças de um batalhão militar do Exército - o de engenharia e combate - e de uma base aérea - a Base Aérea de Santa Cruz. Por longos anos o santacruzense, pelo menos o que não era favorável ao regime militar, sentiu a presença ostensiva de "milicos" arrogantes pelas ruas do bairro e das redondezas, abusando até de um poder de polícia, que não lhes cabia. Tivemos também os nossos comunistas de carteirinha do velho "partidão" - o PCB - e de simpatizantes.

Ao nível local, conforme vimos em páginas anteriores, Santa Cruz se caracterizava nos anos 60 como uma comunidade distante, conhecida como parte da zona rural. Inexistiam manifestações culturais e artísticas associadas aos centros de produção no Rio de Janeiro. A população, bastante dispersa numa grande área territorial, não era nem um quinto dos mais de 300 mil habitantes da atualidade. Nada, portanto, para contribuir com uma resistência típica dos meios urbanos. O golpe militar foi percebido como um acontecimento anormal no bairro, quando foram vistas constantes exibições de tropas, manobras e aparatos das forças do Exército e da Aeronáutica locais.

A resistência à ditadura militar que tomou de assalto o poder em 64, a bem da verdade, ficou circunscrita à *urbe*. Estudantes de maioria universitária e também secundarista (UNE e UBES), pouca organização operária e, com o perdão do exagero, uma miríade de tendências de esquerda, partidecos comunistas e socialistas sem real representatividade, compunham o espectro do que foi considerada a resistência ao golpe. Do conjunto acima, em Santa Cruz, havia apenas uma "célula do PCB" e alguns eternos descontentes desorganizados, que se calaram quando o regime deu um nítido sinal de que a oposição seria tratada a rigor, isto é, na base da pancada ou da violência.

Sabe-se que no Brasil não houve nada parecido com as famosas "condições pré-revolucionárias", segundo o marxismo-leninismo a *conditio sine qua non* para o acirramento da

luta de classes, guerra revolucionária ou revolta armada da população ⁷. A organização só existia no papel e nas cabeças delirantes dos dirigentes pequeno-burgueses. Isso a despeito dos heróis ingênuos como Lamarca e Marighela, mártires de uma resistência que seria cômica se não fosse séria, considerando seu quixotismo, a inexistência de correlação de forças razoáveis e a ausência quase que absoluta de apoio popular. Resumindo: foi uma aventura pequeno-burguesa que teve como consequência uma brutal, desproporcional e absurda repressão dos aparelhos de Estado, para ficar com uma categoria de Louis Althusser, teórico marxista, in Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.

A maioria dos "quadros" da resistência era oriunda do movimento estudantil universitário. Eram portanto, naquela quadra elitista da nossa história da educação superior, das camadas médias e médias altas da sociedade. Taxamos aqui de pequenos burgueses apenas para usar uma expressão de lavra marxiana sobre um movimento em que essas camadas de classe ou de classe propriamente dita são não apenas dirigentes, mas também o grosso dos quadros de ação. Foi uma resistência facilmente desbaratada, pois não tinha "consciência revolucionária", segundo os cânones do marxismo. Essa idéia, Marx e Engels desenvolveram didaticamente no Manifesto do Partido Comunista, de 1848.

As condições para uma resistência à ditadura eram inexistentes em Santa Cruz tanto ao nível da classe operária — não se cogitava ainda na chamada zona industrial de Santa Cruz, um projeto que encontrou eco no período do "milagre econômico" ou da grande farra com o dinheiro público dos anos 70 — quanto do movimento estudantil. O ensino de nível superior teria que esperar mais de 30 anos para ser implantado, o que retardou a formação de uma "massa crítica" na região. Entre os anos 60 e final dos 80 Santa Cruz não tinha "condições objetivas" para formar qualquer resistência política ao regime de exceção instaurado em 1964.

⁷ Uma outra interpretação diz que as passeatas, os comícios, alguns atentados e a crise institucional no governo Goulart significavam as "condições pré-revolucionárias". Só que quem teria se aproveitado das mesmas foi a direita e as Forças Armadas para aderirem o golpe.

O que queremos salientar aqui, sobre o golpe militar de 64, ainda não tão distante historicamente para permitir uma análise definitiva acerca de alguns detalhes, é a relação do bairro com o militarismo: o jornal *O Santa Cruz*, de 1911, que tinha como subtítulo "o tiro de Santa Cruz", faz uma deslavada apologia ao marechal Hermes da Fonseca, dos exercícios militares na região e da adesão ao movimento cívico-militar de adestramento. Santa Cruz, desde o século XIX, serviu de base para exercícios militares, dadas suas condições favoráveis, segundo o "Relatório de Guerra, 1885", realizado na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Os "milicos", até mesmo por residência compulsória, se estabeleceram em Santa Cruz, vindos de diversas regiões do país, em especial do Sul e do Nordeste, por causa do excesso de contingente nessas regiões brasileiras. "Gaúchos" (militares do Sul) e "paraíbas" (militares do Nordeste) ajudaram a formar um contingente regional de militares em Santa Cruz, Nas vilas militares do Exército e da Aeronáutica, num processo de integração com a comunidade, havia clubes com atividades de lazer abertas a população local.

Com a presença do Batalhão de Engenharia e Combate e da Base Aérea, Santa Cruz cultivou um sentimento cívico bastante aguçado, também por causa da presença de etnias de imigrantes desejosos de se apresentarem como brasileiros (Lembro, numa ocasião em que a discussão sobre o "ser brasileiro" estava bastante acirrada, um "turco", provocado quanto a sua condição de imigrante, indignado e muito exaltado disse que "eu sou mais brasileiro do que você, eu fui pracinha voluntário por ocasião da guerra"). Tinha, por assim dizer, uns ares de cidadezinha aonde boa parte do comportamento das pessoas poderia ser compreendida em função da presença de duas forças militares de elite, Aeronáutica e Batalhão de Engenharia.

Os desfiles de 7 de setembro movimentavam todo o bairro. O clima era de festa. Desfilavam pela rua principal de Santa Cruz todos os estudantes das escolas públicas e privadas. A punição para quem faltasse era severa. Havia fanfarra, competição, ao nível de comentários, sobre quem fez o desfile mais bonito etc. A ocasião, claro, servia de pretexto para exposições narcísicas, nomoricos e brincadeiras. Desfilavam também contingentes militares das forças locais, às vezes também exibindo seus melhores equipamentos de guerra ou de engenharia. Os aviões

davam rasantes, provocando gritinhos das mocinhas. Havia também, num dos momentos mais emocionantes do interminável desfile, a passagem dos orgulhosos ex-pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, nossa FEB.

Claro que todo esse clima atingiu o auge na ditadura militar dos generais-presidentes. Vivíamos nos tempos do "Brasil, ame ou deixe-o", do "prá frente Brasil" e do "milagre econômico". Era, sabemos agora, o arsenal ideológico do regime fascista que assaltou o poder em 1964. Em Santa Cruz militares da polícia do Exército (PE) e da polícia da Aeronáutica (PA), em incursões ostensivas pelo bairro mostrava quem realmente estava no poder. É claro que não havia nenhum "subversivo" para combater, nenhum "inimigo comunista" para torturar. Exerciam na verdade a violência arbitrária, como a de um maníaco qualquer, incomodado com reuniões de populares, jovens, nos bares e "inferninhos" das redondezas.

A notícia dando conta de que os generais assaltaram o poder, também em Santa Cruz caiu como uma bomba. Apesar do otimismo empregado através do discurso ideológico dos "gorilas" — termo pejorativo para designar militares truculentos na América Latina —, apesar das ameaças subreptícias de que a família e a pátria estavam em perigo, apesar do incentivo à delação entre os brasileiros, apesar de tudo isso e de muito mais, havia no ar um clima de desconfiança, um cheiro de traição e uma incerteza quanto ao futuro. Quando a verdade veio à tona descobriu-se que o bando golpista que massacrou a democracia no Brasil era igualmente incompetente, corrupta, torturadora e oportunista. E o povo, enojado, passou a bradar contra a ditadura, num grande bloco carnavalesco, com o refrão da música de Chico Buarque: "vai passar..."

OITAVA NOTÍCIA: O ORGASMO FEMININO É NOTICIA EM SANTA CRUZ

Em setembro de 1986 o jornal de bairro de Santa Cruz *O Suburbano* publicava uma página com o título "Revista da Mulher". Foi uma inovação e ao mesmo tempo uma antecipação de uma visão despolitizada da realidade, uma visão quase que exclusivamente sexualizada da

vida. Uma *weltanschaaung* (visão de mundo) do final dos anos 80, da década de 90 ibidem e desde então dominante num grande círculo das relações sociais. Uma das causas mais defendidas para explicar o fenômeno individualista e essa visão sexista dominante, a nosso ver, foi o descrédito pela política enquanto prática pública. Um desengano que, infelizmente, virou indiferença.

A imprensa expressa ou exprime um conjunto de idéias ou ideologias de uma determinada época, pelo menos nos chamados "artigos de fundo" e nas linhas editoriais. Quanto menos sectário ou partidário e classista for um órgão de imprensa, mais ele externará pluralidade de idéias e pensamentos. Assim, quando *O Suburbano* inovou, ao nível de um jornal de bairro da periferia da cidade do Rio de Janeiro, com a criação de uma página aberta à mulher, expressando uma opinião de “quem gosta da mulher e de mulher”, ele está apenas refletindo compassadamente uma *weltanschaaung* de uma época — a expressão saiu no *Suburbano*, pela boca de uma colaboradora, a poeta Hilma Ranauro.

Não foi, no entanto, a página Revista da Mulher que poderíamos dizer que se constituiu como uma inovação propriamente dita. Afinal, a imprensa carioca dos grandes jornais da capital já dedicava espaços ao universo feminino. O que *O Suburbano* trouxe de inovador e até mesmo revolucionário ao nível de um jornal de bairro da categoria de Santa Cruz foi o tratamento dado às matérias e a abertura da página a colaboradoras mulheres, que ousaram produzir textos e poemas verdadeiramente femininos, na sua essência, como podemos ver na estrofe do poema "Erotismo" de Elza Maria Fraga dos Santos, que transcrevemos abaixo:

**Rosa de sangue e de medo
Rubra como o segredo
Do meu ventre
Incandescente...
Molhadinha com o orvalho
Porejante do teu falo.**

A matéria de destaque da página, em manchete, tinha por título "O Orgasmo Feminino". Era emoldurado com uma reprodução de uma tela de Velásquez, retratando uma mulher de olhar intenso e de seios desnudos. O tema era tabú para ser destacado num pequeno tablóide suburbano, distribuído abertamente à população. A publicação da matéria na edição número zero de *O Suburbano* ensejou protestos indignados e admiração pela abordagem do tema, compondo assim os dois lados da moeda. A bem da verdade a indignação foi maior do que a admiração. Tudo devido à objetividade do texto, que se propunha a dizer sobre não só do direito, mas da necessidade de realização do orgasmo como complemento natural do ato sexual para a mulher. Note que estávamos em 1986 num bairro ainda parecido com uma cidadezinha do interior.

O texto "ensinava" que a mulher não devia envergonhar-se do seu corpo nú na cama com um homem, ao contrário: "o corpo da mulher é uma fogueira móvel". Que ela devia levar ao paroxismo, como prelúdio ao orgasmo final, os toques e autotoques capazes de alimentar a fogueira que a incendiava. Enfim, que fosse arrebatada pelo prazer sem culpas. Esse foi um dos temas mais polemizados por leitores e leitoras, inclusive em rodinhas de bate papo da região, nos barzinhos e na praça.

A questão é que com a introdução de um tema sexual e de comportamento num pequeno jornal de bairro, *O Suburbano* colaborou para fazer aflorarem velhas e novas idéias tão características daqueles anos 80, sobretudo. Os "porcos chauvinistas", segundo expressão consagrada pelo uso por parte de mulheres liberadas, se revelaram cristalinarmente. Discursos sexistas, machistas e feministas se acirraram sobre a polêmica liberalização da mulher, no plano sexual. Claro que aqui fazemos extensão de uma temática já amplamente desenvolvida nos grandes centros da cultura ocidental, especialmente nos EUA, como por exemplo, na obra datada de Henry Miller, um dos ícones da época. No Brasil, numa época em que nem se sonhava que o capitalismo se encaminhasse para a globalização da técnica e do comportamento, tudo chegava com atraso de anos e até de décadas, como sempre havia sido. Imagina então num subúrbio da cidade do Rio de Janeiro...

Um outro tema realmente incandescente, ousado ou revolucionário na notícia do orgasmo feminino em Santa Cruz, trazido por *O Suburbano*, foi o do prazer clitoridiano. Explicitamente dizia-se que "o clitóris pode e deve ser acariciado, sugado, lambido e pressionado levemente", por iniciativa do parceiro ou, caso este se omitisse, por exigência da mulher (muitos se sentiram acuados, impotentes, quando a mulher passou a exigir sua parte de prazer na relação sexual). A ignorância quanto a essa zona erógena era tanta que muitas mulheres, a maioria com certeza, nunca havia experimentado um contato visual de bem perto, nem um contato físico, linguodental, no clitóris.

Segundo os costumes dominantes em Santa Cruz, notadamente entre os nativos e os moradores mais antigos, os prazeres resultantes do gozo clitoridiano era "coisa de puta", de "mulher da vida". Tanto a mulher quanto o homem consideravam que tais práticas eram incompatíveis com um casamento sério, com um relacionamento saudável entre marido e mulher ou, como alguns ainda dizem, entre "esposo e esposa". O sexo, pelo menos no casamento, era então apenas para reprodução e perpetuação da espécie, através da boa criação dos filhos. No entanto, por hipócrita e infundado, tais discursos se contradizem frequentemente.

Uma das colaboradoras, Hilma Ranauro de *O Suburbano*, refletindo tudo isso que era tema vivo de discussões acirradas em alguns círculos formadores de opinião, escreveu um poema que singularmente tocava com profundidade na problemática, intitulado "Descompasso", cujo trecho selecionado Aqui dizia:

(...)
**me enclausuram nas paredes do lar
e me cobram conscientização,
me tolhem os movimentos
e me querem ágil,
me castram os desejos
e me querem no cio.**

Esse poema, todo ele, publicado pelo *O Suburbano* em novembro de 1986, é bem esclarecedor da relação política-sexo ou vice-versa que estamos desenvolvendo nessa “notícia”. Ele fala sobre um momento em que a mulher suburbana foi instada, como outras mulheres de também outras latitudes, a lutarem pela liberalização dos seus corpos. A ter consciência e autoconsciência de que ter e possuir um corpo também se constituía numa atitude política. De que defender abertamente o desejo, o prazer e o orgasmo se constituíam numa bandeira libertária, contra a opressão do "porco chauvinista" que reproduzia a dominação justamente ao negar o direito da mulher ao orgasmo. Essa prática, por exemplo, de castração do clitóris, ao nível do simbólico e psicológico, ocorre fisicamente, ainda, em alguns países africanos, com a extirpação do clitóris na infância.

Por outro lado, o poema também é bastante significativo ou sugestivo quanto aos "descompassos" da política. A desconfiança e desilusão quanto às mudanças concretas que a redemocratização trouxe. Afinal, se pensava, saíram os milicos atolados em incompetência, torturas e corrupções para entrar quem? Uns políticos malandreados de terno e gravata que, somados, roubaram mais patrimônio brasileiro do que todos os seus antecessores juntos. Resumindo: se a organização política, a luta partidária, o sindicalismo sério e a coletividade eram sonhos inalcançáveis, uma utopia, então que tal o individualismo, a política do corpo, o consumo e o prazer sexual? Foi nessa linha que o orgasmo feminino tornou-se notícia de destaque e que gerou grandes polêmicas em Santa Cruz, através de um dos seus tablóides: *O Suburbano*.

NONA NOTÍCIA: SANTA CRUZ TEM PIOR IDH DO RIO DE JANEIRO

A notícia é de hoje, 2005. Não chega a ser exata quanto a comparação com outros bairros mas não está longe de não ser verdadeira. Não temos mais jornais críticos, de bairro, capaz de estampá-la na capa. Publicaríamos, no entanto, com esse título, se tivéssemos que compor uma matéria que reproduzisse a realidade desse bairro cheio de história. Como à guisa de conclusão desse conjunto de “notícias”, representa a história de Santa Cruz.

O cenário é a "beira do Itá" (como é popularmente chamado o canal do que outrora foi um rio). A paisagem mostra barracos de dimensões reduzidíssimas, inacabados, alguns até de tábuas e lonas de plástico. Os personagens são crianças de ventre proeminente, brincando com o que podem inventar, como bolas de gude na ocasião que estamos relatando, com evidentes sinais e sintomas de parasitose; aqui e ali vemos algumas adolescentes grávidas, exibindo indiferentes suas barrigas anônimas ("o pai? num to nem aí!"); mulheres envelhecidas precocemente exibem ventres deformados e pernas varicosas, sentadas à frente das casas, fugindo naturalmente do exíguo espaço de suas moradias miseráveis; também há rapazes e homens, desocupados, desempregados e já vencidos pela inércia, quanto a melhorar de vida, agrupados junto às "barracas" de bebida do local.

Dissemos tudo? Não. Atrás dos barracos há o "rio Itá" — na verdade um valão assoreado, entupido e poluído por todo tipo de lixo humano e também por flora e fauna (ratos e baratas) que costumam acompanhar esses restos da degradação humana. Se não se está acostumado, à simples' passagem por essa via, sentimos o verdadeiro cheiro da miséria. Claro que miséria tem cheiro e muito ruim. Por esse cheiro, pelo visual das pessoas e das coisas em volta, percebemos logicamente que o IDH de Santa Cruz, nessa área, é pior, vergonhoso e quase que desconhecido da grande mídia.

Beira do Itá, Alagados de Sepetiba, Favela de Antares, Aço, Nova Sepetiba, etc., os nomes se multilicam, para caracterizar os inúmeros bolsões de misérias de Santa Cruz. Claro que como em todo esse Brasil de extremos entre uma minoria privilegiada e uma maioria à margem, Santa Cruz tem seus burgueses e pequenos idem. Mas aqui falamos dos injustiçados, dos explorados e dos que clamam para participar da grande mesa do progresso. Ou será essas disparidades entre as classes o verdadeiro conceito de progresso?

Today, hoje, Santa Cruz é um imenso bairro, com um exagero de população e, com certeza, com baixa representação política. Acumularam-se problemas no largo período histórico da existência desse bairro. Marx, revolucionário alemão do século XIX, dizia, acho que no Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, que a humanidade (a sociedade, as pessoas, os indivíduos)

só coloca os problemas que podem ou são capazes de resolver, se houver vontade política ou *praxis*. É certo que as problemáticas que vimos apresentando aqui sobre Santa Cruz não são de forma nenhuma sem solução. Toda a questão se resume a nos conhecermos a nós mesmos, através de nossa história vivida e revivida, como diria o Oráculo de Delfos, para que tudo fique claro e a solução se apresente. Melhor um final terrível do que um terror sem fim.

CAPÍTULO 2

A IMPRENSA DE SANTA CRUZ

Uma circunstância feliz caracteriza a história da imprensa de Santa Cruz: é possível conhecê-la nos seus primórdios, graças à preservação completa dos seus dois grandes jornais na seção de periódicos microfilmados da Biblioteca Nacional. É daí que se deve partir para localizar a produção jornalística de Santa Cruz. Outrossim, feliz é que esses jornais de 1908 e 1911, respectivamente, têm seus títulos diretamente relacionados ao bairro: *O Santacruzense* e *O Santa Cruz*.

Uma abordagem menos descritiva e mais analítica faz-se necessária para a apreensão da história da imprensa de Santa Cruz, pois, por um lado, grande parte dos jornais não está disponível para a pesquisa, não existem exemplares para sabermos exatamente o que eles contêm ou do que tratam. Nesse caso, uma possibilidade é a de que a cronologia da produção jornalística fique circunscrita a alguns aspectos de similitude histórica ou de conteúdo: República Velha: republicanismo; Estado Novo: getulismo e nacionalismo; Ditadura Militar em 1964: luta pela democracia e redemocratização. Por essa via a análise é mais interessante, ainda que não exclusivamente.

A abordagem analítica, por outro lado, permite-nos caracterizar os jornais de acordo com um padrão que os definem como jornais de bairro. Ou seja: possuem características comuns que permitem, por exemplo, a afirmação de que um jornal de 1908 pode ser correlacionado com um de 1980 em aspectos como: objetivos, circulação e até da forma como acabam. Nesse sentido, as distinções sobre cada jornal, dentro do seu tempo histórico, servem também para mostrar o que eles têm de inovador na parte técnica, de diferente no conteúdo e de específico em política ou ideologia. É o que se verá.

O PIONEIRISMO DO SANTACRUSENSE

É surpreendente que um bairro como Santa Cruz tenha tido uma riquíssima história de jornais próprios. Em outro lugar, mais precisamente na parte conclusiva desse trabalho, diremos o porquê do pretérito e também, da surpresa e do superlativo para a história da imprensa de Santa Cruz, que se justificarão a seguir.

Na época do aparecimento do primeiro jornal de Santa Cruz, o Rio de Janeiro era a capital da recém instalada República. O novo século foi logo identificado com o progresso, com o

novo, como a época que sacudiria as velharias do passado. Cunhou-se a expressão popular: "Não é possível, estamos em pleno século XX!".

No Rio de Janeiro, que era a caixa de ressonância do Brasil, o novo acontecia na política, com os ideais republicanos dominantes. Na economia, o ingresso no capitalismo de mercado trazia uma incipiente "substituições de importações", é verdade. E na cultura em geral, com um arremedo de *belle époque*, nas artes, no urbanismo e também com o desenvolvimento da linguagem jornalística, como se esse fosse ou devesse ser um "quarto poder".

Isso era o Rio de Janeiro na primeira década do novo século. Respirava-se política com cheiro de republicanismo conservador. A idéia, tirada do catecismo do sociólogo e filósofo francês Auguste Comte era a máxima do positivismo: "Ordem e progresso!". Ou seja, uma máxima hipócrita que serviu para justificar excessões e repressões no Brasil. Os nossos Deodoros e Hermes davam as cartas do poder, antecipando em mais de meio século os nossos Castelos, Médices e Geisels. Uma história de marechais-presidente para generais-presidente.

Havia nessa época no Brasil, além também de São Paulo, alguns focos de urbanismo que caracterizaria a nova era de progresso. Poucos. No mais eram grotões. A vida ainda era tocada como se o fim melancólico da monarquia brasileira não tivesse acontecido. A bem da verdade a república no Brasil, da forma como se deu, *un coup de main*, um canetaço, foi feita senão pelas elites para as elites. O povo ficou de fora e desenvolveu um sentimento nostálgico da fase final da monarquia, tão presente na cultura brasileira através das diversas manifestações artísticas e simbólicas.

No Rio de Janeiro, nos anos 10 do novo século, o grande inovador foi Pereira Passos. Trouxe para o Rio o que viu em Paris. Fez uma revolução urbanística que arrazou quarteirões, construiu avenidas e prédio públicos do gabarito da Biblioteca Nacional. Pereira Passos passou à história como o maior prefeito que o Rio já teve, fato mais do que significativo quando sabemos que os homens públicos no Brasil em geral são esquecidos já pouco depois de

seu mandato. Pereira Passos, ao contrário não só é constantemente lembrado, citado, como virou até Instituto de Pesquisa — O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

O progresso econômico e cultural entre o final do século XIX e primeira década do século XX, num plano bastante generalizado, foi não só do Rio de Janeiro e Brasil. Acontecia também em diversas partes do mundo, impulsionado pelo desenvolvimento acelerado do capitalismo monopolista, de cunho colonialista. Foi o que, na análise de Lênin, caracterizou o imperialismo da época que, no entanto, também possibilitou algum tipo de melhoria das relações de produção em alguns países explorados.

No plano econômico, no Brasil rezava-se na cartilha inquestionável do *laissez faire*, da liberdade econômica, da livre iniciativa, os dogmas do imperialismo econômico, ávida de total liberdade para explorar à goela larga as riquezas dos "nativos". Não é preciso gastar tanta tinta para dizer que aventureiros, empresas e governos do centro do capitalismo encontraram um fértil terreno para os seus negócios, favorecendo o florescimento de uma elite corrupta e entreguista que esteve e está sempre junto ao poder nesses países dependentes — agora o eufemismo é "país em desenvolvimento".

No plano cultural haveríamos de justificar o apodo "macaquito" por nossa compulsão para imitar hábitos ou costumes, bem como tendências, de países em destaque no centro do capitalismo internacional — o eufemismo hoje é "globalizado". Como se isso nunca tivesse existido ou não estivesse intrínseco no próprio capitalismo em si.

Imitávamos, por essa época, tudo que vinha da "cidade das luzes", a sensual Paris que ditava moda *art - nouveau*, que jogava sua imundície em colossal sistema de esgoto — hoje um "passeio turístico" para os não misófbos. A língua sussurrante de Racine, o positivismo de Comte e também a estatística da escola sociológica francesa para dar "ares científicos" ao recenseamento de 1906. Claro que, na gestão do prefeito que amava Paris acima de todas as outras cidades, tudo que era *chique* virou sinônimo de francês. Tanto isso é verdade que afrancesamos até a Avenida Beira Mar. A influência cultural francesa no Brasil foi tanto maior

quanto foi nossa característica cultural para a imitação do que vem de fora com a pompa ou o *státus* de ser "o melhor do mundo".

No recenseamento bilingue de 1906, Santa Cruz teria pouco mais de 15 mil habitantes. Com a fama que a estatística no Brasil adquiriu, a péssima fama de encobrir ou maquiar números ou dados que não desmentissem o discurso das elites sobre a realidade social ou, mais grave ainda, que forjassem um quadro positivo para esconder fraudes, roubos, corrupções, incompetências e sacanagens, não é preciso ir muito longe para descaracterizar como fidedigno o resultado do censo de 1906 — para confirmar, veja a análise que fizemos sobre a notícia referente a população de Santa Cruz segundo esse recenseamento.

Dissemos bilíngue, pois o mesmo resumo da pesquisa manuseada por um brasileiro ou francês teria o mesmo entendimento: leia-se os números relativos a Santa Cruz e veremos uma comunidade desconcentrada, pobre, rural e geograficamente mais distante da capital federal. Santa Cruz era um "grotão" do Rio de Janeiro. Tínhamos uma ligação direta como centro da cidade via ferroviário. Mas era mais para transportar produtos agropecuários e seus interesses do que um transporte de massa regular de passageiro. Nota-se que Santa Cruz era a ponta final do ramal e ponto de baldeação para a linha até Mangaratiba. Ao nível de transporte de passageiro, para se ter uma idéia, de Santa Cruz até a Central do Brasil, na famosa linha 42, era quase que a mesma coisa do que se a viagem fosse do Rio a São Paulo. Exageros à parte claro.

Então voltamos à nossa surpresa de que em 1908, nesse período que estamos localizando a largos traços, Santa Cruz tivesse o seu primeiro jornal oficialmente registrado. Note-se que fazer um jornal por essa época implicava em ter, além da redação, a oficina gráfica. Fazia-se necessário um investimento razoável, de um capital inicial de se montar uma estrutura econômica. Assim, o número 4, de outubro de 1908, anunciava-se:

Redação e oficinas na Rua da Matriz, nº. 12 (hoje Rua Lopes Moura). **O Santacruzense publica-se aos domingos** (já a partir no número 42, de fevereiro de 1909, o jornal sai também as quartas feiras, o que demonstra claro progresso).

(O Santacruzense, 1908)

O primeiro jornal de Santa Cruz teve a nosso ver a felicidade de ter um bom nome: *O Santacruzense*. Circulou exatamente de 4 de outubro de 1908 a 2 de outubro de 1909, durante um ano. Foram no total 83 números, o que o torna um dos mais longevos de Santa Cruz. Trata-se não só de ser pioneiro, mas por seu conteúdo, de um jornal modelo do que constitui o jornalismo de bairro.

É importante destacar que o jornalismo de bairro, especificamente em Santa Cruz, implica ou implicava numa relação de quase intimidade com anunciantes e setores influentes da sociedade local. Essa característica, em que o editor conhece ou se faz conhecer por anunciantes e notoriedades locais, é bem própria dos jornais de bairro em geral, que tem um público leitor muito restrito. É uma situação típica que está relacionada a questões políticas e econômicas, necessárias à sobrevivência do jornal. Determina até, em quase todos os casos, a longevidade dos mesmos.

Nos bairros, antes que suas "fronteiras" deixassem de existir, antes portanto da explosão demográfica metropolitana, o poder se concentrava numa espécie de oligarquia formada por comerciantes, profissionais liberais e pequenos empresários rurais e industriais. Tomando-se por base a Santa Cruz de 1908, que marca o aparecimento de *O Santacruzense*, o número dos que representam esse poder é logicamente reduzido. São esses, no entanto que acabam por viabilizar os jornais de bairro. São, a bem da verdade, uma espécie de mecenas, que ao financiar com anúncios o jornal, influenciam diretamente na linha editorial. A questão é que o jornalismo de bairro não se sustenta economicamente nem com venda de exemplares nem com uma cota constante de anunciantes, pelo menos não a longo prazo. Isto com referência a jornais com conteúdo e não atrelado a, por exemplo, governo ou poder municipal.

Quando, então, dissemos que *O Santacruzense* foi um dos mais longevos na história da imprensa de Santa Cruz, está implícito que ele obteve sucesso com assinantes (que substituiu os compradores avulsos em banca, uma novidade recente), com alguns anunciantes e,

por causa do investimento em oficina gráfica, em serviços (um caso especial ou diferenciado de um jornal de bairro que sobreviveu por vários anos foi o do jornal *O Grito*, que "vendeu" páginas e páginas para órgãos governamentais).

No geral a característica dos jornais de bairro é de se sustentar com alguns "anunciantes amigos" e também com a colaboração financeira de simpatizantes ou da editoria ou do partido ou político interessado no mesmo. A venda em banca ou a recita proveniente dos assinantes, como era praxe no início da pequena imprensa, é insuficiente e, por causa da gradativa irresponsabilidade e fraudes, causa até irritação como verificamos no *Santacruzense* em janeiro de 1909:

(...) diversos gatunos de casaca lavada estão a cobrar assignaturas do nosso jornal e a metter o dinheiro no bolso.

(idem, 1908)

O mesmo ocorre com os anunciantes, que quase nunca são fiéis (note que às vezes o principal motivo é simplesmente a falta de retorno do anúncio, que de fato não existe ou é mínimo, dependendo do negócio). Somados, falta de receita por redução ou exiguidade do número de leitores pagantes, e dificuldade de manter ou conseguir novos anunciantes acabam por determinar o tempo de duração do jornal de bairro.

Do ponto de vista econômico diríamos que as situações acima afetam, de qualquer forma, senão todos pelo menos a maioria do que se entende por jornais de bairro. Isso em Santa Cruz é muito claro: os jornais de bairro têm pouca duração ou circulam sem periodicidade definida.

Excessões, como veremos à frente são, sobretudo quando: 1. o jornal é "bancado" pelo político ou chefe político local; 2. o jornal é "bancado" por alguma "máquina governamental", de um partido político dominante, no poder; 3. há uma espécie de movimento ideológico que sustenta, através da militância, o jornal por algum tempo.

Voltando ao *O Santacruzense*. Ele já no primeiro número estabelece o padrão editorial característico dos jornais de bairro. É um *vade mecum*, uma cantilena positiva sobre o veículo, o lugar e o objetivo para torná-lo melhor. É uma espécie de "cartão de visita" que, quase sempre, está presente nos editoriais do primeiro número ou número zero do jornal de bairro. Há, nesse sentido, poucas variações, pois o objetivo é relacionar o jornal que está sendo apresentado com o aspecto ou de inovação ou de transformação. Às vezes pede-se respeito, como o editorial de *O Santacruzense* de 4 de outubro.

Na mais longínqua e mais esquecida... a terra que habitamos tenha prosperidade e (o jornal) fazer os benefícios de que usufrui cidade (...) Santa Cruz precisa de quem defendesse-lhe as necessidades materias em letras de fôrma ... (pra trazer) felicidade e tranqüilidade da zona de Santa Cruz.

(O Santacruzense, 1908)

Compare com outros editoriais relacionados aleatoriamente e sem uma cronologia definida, só para que fique caracterizado alguns aspectos gerais intrinsecos aos jornais de bairro:

Jornal defensor dos interesses da zona rural - *Imprensa Rural* 1949.

Nosso jornal pretende não ser apenas um informativo das coisas do lado de cá da cidade - *O Suburbano*, 1986.

É curioso, apesar das dificuldades para "rodar" o "canal direto" ou com o leitor lamenta-se, ataca-se, elogia-se, merece.

A hora da verdade está chegando, chega de apenas o povo, a grande massa de deserdados da sorte pagarem a conta dos privilegiados e desonestos (editorial contra a fraude no INSS) - *O Grito*, 1991.

(...) estará acompanhando a vida, os problemas e as alegrias dessa comunidade... - *Globo Zona Oeste*, 1986.

A nossa comunidade repudia a figura do capitão Wilson Machado, também, um filho de Santa Cruz (a proposito do atentado no Rio Centro - *Comunidade*, 1982).

⁸ De promessas e esperanças passadas, muitas vezes raivosos.

Invariavelmente, como num jornal de bairro a relação com o leitor, anunciantes, simpatizantes e críticos é quase que pessoal, ou torna-se por causa do contato direto, os editoriais de despedidas são quase sempre melancólicos, denotando a impossibilidade de encobrir fracassos ou fazendo críticas:

O Santacruzense... não se envolve em tramas políticas nem se encosta a nenhum partido (n.º 25).

... actualmente há em Santa Cruz uma caballa contra nós... (n.º 36).

... achão-se por mais da metade em débito com a redação (n.º 83).

O Santacruzense teve o seu ano de existencia reclamando mais de assinantes (sabe-se que nesse tipo de publicação, à época, a receita com os assinantes era considerável) do que dos anunciantes. Aí se podem distinguir uns claros interesses de comerciantes locais em fazer o que chamaria-mos de "publicidade institucionais".

Na época, claro, com objetivo de se definir ou se destacar como uma empresa ou negócio estabelecido, de credibilidade ou que estava justamente de acordo com a época, com o que de melhor a sociedade capitalista emergente oferecia. Roupas a francesa ou inglesa, bebidas finissimas de toda a parte, moves e serviços em geral eram a dominante na cartela de anuncios de *O Santacruzense* e *O Santa Cruz*. Anúncios curiosicimos que denotam o lado *chique* de Santa Cruz no início do século XX.

Novamente aqui é importante dizer que essa tendência é comum aos jornais de bairro: os anuncios funcionam mais institucionalmente do que comercialmente. É ponto pacífico que o anúncio significava um apoio a uma iniciativa que, afinal de contas, é de vanguarda moderna e progressista. Que dá certa "importância" ao anunciador e ao bairro.

Em Santa Cruz, no sentido de resgatar a memória do jornalismo local, uma pessoa que das famílias tradicionais era apaixonado por qualquer veículo de divulgação impressa de idéias nunca se furtou a ajudar com anúncios da casa comercial "Toffani" — José Toffani, que faleceu em acidente automobilístico — foi um tipo ou exemplo de que o jornal de bairro tinha patrocínio de pessoas que considerava importante alguma publicação local. Como esse comerciante, havia anunciantes que queriam "apenas ajudar a divulgação de idéias novas" — pelo menos era o que a maioria alegava ao aceitar fazer o anúncio.

Em 1908 *O Santacruzense* surgiu como um jornal com objetivos econômicos definidos. Talvez seja essa sua característica mais interessante. Como um jornal pioneiro não tinha o vício político ou ideológico de representar alguma tendência, explicitamente, como a maioria dos jornais posteriores de Santa Cruz haveria de revelar, no n.º 25 de fevereiro de 1909, *O Santacruzense* em editorial dizia que "não se envolve em tramas políticas ou se encosta em partido político". *O Santacruzense* tentou fazer um tipo ideal de imprensa auto-sustentada economicamente, com até a pretensão do lucro. Em um ano, de 1908 a 1909 lutou-se para tanto até a desistência, com o editor sempre a resmungar contra as "falcatruas".

Inevitável. Basta dar uma olhada cronológica sobre os jornais não só de Santa Cruz, mas também da zona oeste em geral para se constatar a inexorável efemeridade dos mesmos (há um caso curioso num bairro próximo a Santa Cruz em que a identificação do jornal com o dono é tão completa ou total que sua sobrevivência se arrasta por longos anos, sendo publicado ora aqui ora ali, com intervalos até mais do que anuais, apenas um exemplar, é o jornal *O Amarelinho* de Cosmos). Os motivos quase sempre são os mesmos, isto é, infidelidade dos leitores e anunciantes, não correspondência dos anunciantes e até uma reclamação contra o povo, denotando muita frustração e amargura:

E o povo na sua indiferença achincalha-o. Talvez, nega-lhe o auxílio e alguns homens sem a mínima consciência devolvem o jornal após 3 e 6 meses de contínua recepção, sem ter a coragem de pagar.

(n.º43, 1909)

O Santacruzense nos estertores ou agonia da morte proxima tentou de todas as maneiras ter uma sobrevida apelando para um "concurso de popularidade", sobre quem seria a pessoa mais popular em Santa Cruz. Claro que, como o leitor tinha que votar através do jornal, o objetivo era justamente incrementar as vendas, visando um aumento da receita. Esse tema quase sempre foi caro às populações dos subúrbios, que viviam isoladas e precisavam ter personalidade de destaque ⁹. Infelizmente "o tiro saiu pela culatra" quando o povo ao invés de sufragar um figurão de reputação ilibada preferiu um personagem folclórico do bairro. O episódio foi descaracterizado, conforme vemos na *Polianthea* de 1933, ao rememorar o fato, em favor do figurão preterido, tirando-o assim do ridículo de ter perdido para um "Zé niguém", desses que enriquecem o popularesco suburbano.

Esse concurso de popularidade se estendeu por diversos números, com chamada e apresentação parcial de resultados. Para se ter idéia do número exíguo de leitores, considerando aí os que compravam mais jornais para ter mais votos, o vencedor teve pouco mais de 500 votos. Mesmo depois de uma campanha que se estendeu bastante, em diversas edições. Aqui, é impossível não dizê-lo, podemos afirmar que são poucos os leitores de jornais de bairro, em todo o período histórico que antecedeu seu fim, com as expansão e modernização das *midias*. Os reais leitores são realmente poucos, os que por uns e outros motivos, que são tema desse trabalho, circulam ou gravitam em torno do jornal.

Numa outra tentativa de aumentar o número de leitores, em voga numa época em que o jornalismo competia por ter mais leitores do que anunciantes, *O Santacruzense*, desde o número 56, quando seu fim já se desenhava, criou o "concurso de utilidades", para agradar o público feminino, mesmo que através dos seus leitores predominantemente masculinos que compunham o universo maior de leitores de jornais. O concurso sorteou uma máquina de costura! Um objeto que simbolizou por muito tempo o algóz das mulheres ou sua representação material da subserviência. Comprava-se o jornal, adquiria-se o cupom e pronto! Note-se que o prêmio era

justamente uma "oferta" de um comerciante para divulgar uma novidade em bens de consumo - uma espécie de pré-história do *marketing* que revolucionou as vendas na sociedade burguesa ou capitalista da época. Tais concursos são volta e meio reeditados pela grande imprensa, justamente para aumentar os números dos seus leitores.

Finalmente, o jornal pioneiro de Santa Cruz apelou para a prestação de serviços. Trata-se aqui de uma situação também singular do jornalismo de bairro ao longo da história: a tipografia própria. Com a posterior revolução gráfica, os pequenos jornais de bairro ficaram reduzidos a uma sala, às vezes na própria casa do editor, que servia de redação e montagem, ficando o jornal sendo editado ou rodado numa grande gráfica de fora. *O Santacruzense*, repetimos, oferecia então os seus serviços da seguinte forma:

Officina convenientemente montada, aceita qualquer encomenda, executando os trabalhos de uma e mais cores rapidamente por preços excepcionaes - Rua da Matriz, n.º 12 Santa Cruz.

(nº.45, 1909)

De nada adiantou reclamar de assinantes, de promoções para aumentar o número de leitores e de oferecer serviços ociosos na "typographia". Considerando a realidade social de Santa Cruz à época da República Velha, que era basicamente uma comunidade rural, não deixa de nos surpreender os 83 números de *O Santacruzense* no seu ano de existência (04-10-1908 a 02-10-1909). Também a qualidade editorial do jornal, que pode ser apreciada na seção de periódicos microfilmados da Biblioteca Nacional. Um jornal pioneiro e de bom conteúdo geral, como costuma ser jornais não diários (intercalados) e que tenha um público reduzido.

Nesse tipo de imprensa, invariavelmente abrem-se grandes espaços para os colaboradores. Um dos motivos, além de se formar uma "massa crítica" em torno do jornal, que

⁹ A personalidade pode ser "um homem inatacável moralmente" — *avis rara*; um "bêbado simpático"; "o palhaço do lugar"; "um artista"; e outras figuraças que faziam "a festa" na melancólica vida suburbana.

funciona como legitimação e valorização do mesmo, deve-se por em destaque, é que devido as dimensões reduzidas do empreendimento não se pode ter uma equipe de profissionais jornalistas remunerados, daí a necessidade de colaboradores.

Essa é uma característica notável, pois permite que pessoas da comunidade ou do bairro exercitem seus dons literários. A poesia é uma das manifestações mais presente num jornal de bairro. Diríamos mesmo que todos têm sempre um poeminha de um colaborador, geralmente amigo ou amiga e que acaba por divulgar o jornal. *O Santacruzense*, por exemplo, estampa na capa do número um, um grande poema (no sentido da extensão) de B. Lopes dito "Riso das lágrimas". Ser poeta, também no suburbio, é distinção. O editor de *O Grito* e *O progressista*, Eneas Pereira se orgulhava sobremodo de ser poeta, ele que exerceu ao longo da vida uma série de cargos distintos ou valorizados.

Bom, considerando que a imprensa de bairro é pouco noticiosa por causa dos intervalos das edições (há casos de intervalos muito longos, de meses e até de anos, quando o jornal é "ressuscitado" por um motivo específico, como *O Suburbano* que circulava só no período eleitoral), os colaboradores se multiplicam, segundo conveniências da editoria. São, como os poetas, amadores, professores ou pessoas que se acham capacitados para tal ou qual tema. Querem estar lá no jornal, verem seus nomes estampados. É uma vaidade natural ou normal nos subúrbios, onde quase todos se conhecem, especialmente nos círculos dos colaboradores.

Dentre os colaboradores mais valorizados, encontram-se os que poderíamos chamar de "articulistas". Estes às vezes pululam de tal forma no jornal que quase ocupam todas as páginas. A edição de n.º7 do jornal *Comunidade*, por exemplo, tinha nada menos do que 14 articulistas! Essa fauna de "especialistas" em temas tão diversos como política nacional e internacional, moral e bons costumes, direito, língua portuguesa e até medicina estão mais ou menos presentes nas edições de quase todos os jornais de bairro, também de acordo com a conveniência das editorias ou, o que é a mesma coisa, para garantir a sobrevivência do jornal.

Na imprensa santacruzense do período de redemocratização dos anos 80 passados esses articulistas assinavam com nome próprio suas matérias. Alguns chegaram mesmo a ter colunas em todas as edições. Na época d'*O Santacruzense*, no entanto, nos anos 10 da República Velha, as matérias críticas e ou que se tornavam colunas eram mais identificadas por um pseudônimo, para encobrir o verdadeiro autor. Alguns pseudônimos: "os moradores", "A vacca mocha", "Vigilante e Cia", entre outros.

A Separação entre editoria e opinião não era nítida. Claro que uma leitura atenta permite definir o que separa uma da outra. Por editoria, por exemplo, conforme vimos acima, era clara a justificativa e os objetivos do jornal, sua bandeiras em prol do bairro (“... a mais longínqua e a mais esquecida terra...”). Defendia-se também nos editoriais a independência do jornal.

Não nos emmanharemos no cipoal da política, não nos intrometteremos nos seus meandros, porque sabemos, de antemão, que só encontraremos urzes, espinhos, decepções e desenganos e nenhum resultado prático.

(O Santacruzense, - 1908)

As opiniões versavam sobre temas os mais variados, na forma de artigos e colunas como: "Xô! Santa Cruz!". “O Piparote”, “Observando”, “Maravilha de Santa Cruz” (entre irônico e crítico), “De Binóculo”; todas inscritas no jornal *Santacruzense*. Muitas das opiniões tornavam-se verdadeiros achincalhes públicos sem direito de resposta impressa. É mais do que provável que a crítica ao jornal ou à linha do jornal ou às pessoas do jornal fosse feita verbalmente em rodas de praças ou bares de Santa Cruz. O jornal *O Santa Cruz*, por exemplo, posterior ao *Santacruzense*, avacalha o "Bacharel Transacção" na edição de 23 de junho de 1911 com uma charge em que esse (uma personagem local) aparece como alcoólatra desde criança, certamente numa alusão ao fato do mesmo fazer suas críticas em rodas de botequeuim. Ele aparece de fraudas “mamando” uma garrafa de cachaça.

Mas o conteúdo do *Santacruzense*, que se destaca, bem típico da época, são os de caráter religioso. Apesar de constitucionalmente separada do Estado, com a proclamação da república em 1889, a igreja católica era um poder presente na vida pública e social ou privada, ainda mais numa comunidade rural como Santa Cruz. Nesse sentido, o jornal tinha seções de "A Pedidos" lotados de anúncios de conteúdo religioso, como proclamação de missas, festas, bodas e outras. Não fica claro se essa seção "A Pedidos" era cobrada como matéria paga. O mais provável é que não, considerando que é até bastante comum num jornalismo de bairro a publicação destes pequenos textos, seja por "camaradagem" seja para complementar o jornal com o serviço de interesse público — no caso religioso, de quase 100% da população da época.

Havia claro bastantes curiosidades, também típicas da composição de matérias do jornalismo de bairro em geral: seções de humor, curiosidades ou novidades científicas, adivinhações, receitas de culinária, entretenimentos, enfim, tudo o que um editor de jornal de bairro acha que deve fazer para agradar o leitor, usando quase sempre a mesma frase: "O jornal tem que ter matéria para descontrair, não ser sério demais, usar a linguagem popular, etc.". Muito curioso, sem dúvida nenhuma, foi a divulgação do jogo do bicho com a seção "Sonhos da Brucha", aproveitando-se da larga popularidade que esse jogo tinha, inclusive com a representação gráfica dos bichos (antes de se tornar contravenção penal, o jogo do bicho, devido a sua popularidade, era assunto até de jornal sério, como o *Jornal do Brasil*). Essa seção rivalizava com a de "Avisos", ambas de valores históricos intrínsecos, pois refletem tipos específicos de comportamentos. Num desses "avisos", na edição n.º6, lemos:

A pessoa que por engano levou um guarda-chuvas do Hotel Ramalho no dia 23 do P. P. (novembro de 1908) queira ter a fineza de o entregar ao seu proprietário no mesmo Hotel. O Guarda-chuva é de seda tem armação metálica e cabo de prata.

(1908:4)

O Santacruzense foi um jornal feito por profissionais. Vê-se que a forma ou diagramação do jornal é correta. Nada a dever aos jornais da época, inclusive os diários da capital. A editoria preocupou-se em ser "imparcial" politicamente, defendia Santa Cruz no jornal com correção, volta-se para o "o homem do povo", sem se meter em brigas políticas. Note-se que uma das críticas (o que não deixou de se repetir em outras épocas) e que o responsável maior pela edição não era sobre e de Santa Cruz. Daí o desabafo no n.º 14, já com a mudança da redação de João B. Alves para Eugênio Rio: o jornal é "impacial, mettido no meio de duas facções políticas (...) é um phenomeno raro que Santa Cruz teve o prazer de ver".

Claro que, a rigor, nenhum órgão de imprensa consegue ser absolutamente imparcial. Mas é clara a intenção de não se envolver em matérias políticas, inclusive porque há uma quase que total ausência dessas no jornal, diferentemente do seu sucedâneo, o *Santa Cruz*, que descreveremos mais à diante. Aqui e ali, *O Santacruzense* apresentava críticas leves e de cunho mais regional ou geral do que local, como a de Eugênio Rio contra o presidente Afonso Penna por ter dado a Souza Aguiar o lugar do Prefeito do Distrito Federal: n.º 52 em 30 de maio de 1909. No geral reclamações ao Intendente sobre os problemas de Santa Cruz, como os de urbanização, Matadouro industrial e Estrada de Ferro - Ramal de Santa Cruz, com a coluna "Pelo Ramal".

Há também um toque profissional na pauta do jornal: uma diversidade de matérias para torná-lo o mais abrangente possível, o que é uma estratégia inicial para sentir ou chegar aos leitores. Colaboradores locais, pessoas proeminentes, por seu turno, funcionam como garantias de credibilidades. O tom das matérias ou colunas é o menos polêmico possível. E, *last but not least*, uma inteligente mistura de matérias que fazem paralelo com as dos grandes jornais da capital federal. A finalidade de tudo isso é bastante profissional: viabilizar economicamente uma empresa jornalística num ermo como Santa Cruz em 1908. Quando, então, é preciso fechar as portas, as razões são econômicas: "... com excepção do commercio e alguns particulares, achão-se pois mais da metade (os assinantes) em débito com a redação". É o fim de um sonho. Ou de uma empresa.

METEOROS OU PASQUINS

Falar de *O Santacruzense* é falar de sobre um jornal realmente singular, que ocupa um lugar de destaque na história da imprensa de Santa Cruz. Um jornal que, como pioneiro, estabeleceu um modelo ou padrão a ser seguido. O jornal que tem toda a sua história preservada e disponível em um microfilme na Biblioteca Nacional, fato sempre lembrado porque é raro. Mas, foi ele realmente pioneiro ou o primeiro jornal de Santa Cruz? Para nós claro que sim, não só no sentido da existência dos seus exemplares como também por não se poder provar nada sobre dois ou três prováveis antecessores, que talvez tenham sido apenas sugeridos, num caso, e não ter sido jornais, no outro caso que veremos a seguir.

Na verdade a discussão sobre a existência de jornais anteriores ao *Santacruzense* é bizantina. Não caberia nem encetar-la aqui se não fosse esse um tema caro à historiografia de bairros como Santa Cruz, que evidentemente deseja e merece se valorizar pelo seu rico passado histórico. Ao nível local, os pesquisadores ou historiadores que se debruçaram sobre o passado de Santa Cruz tendem mais a descrição histórica do que a análise histórica. Ou seja, ordenam detalhes de fatos históricos segundo uma cronologia serial e valorizando fatos ou aspectos externos. Há pouca problematização e análise.

Já tivemos ocasião de fazer uma crítica leve quanto a preferência pela descrição e não pela análise no capítulo 1. A história do bairro começa invariavelmente com a sesmaria doada a Cristóvão Monteiro. Daí passa-se às descrições corriqueiras de doações (aos jesuítas), usurpações (da coroa) e legalizações (da monarquia brasileira e da república) das terras de Santa Cruz. Claro que se trata de toda uma trajetória histórica rica ao nível de um bairro, e que isso engrandece Santa Cruz. Mas, abstrai-se que antes havia índios que foram expulsos ou dizimados; que houve negros escravizados caçados nos quilombos do local; e que a família imperial raramente vinha a Santa Cruz.

É claro que estamos falando de uma espécie de "história oficial de Santa Cruz", se é que existe essa coisa, contada em extensos artigos de jornais, na revista *Polianthéia*, nos jornais, no *NOPH*, no atual *Quarteirão*, nos livros de Benedito de Freitas sobre a "História de Santa Cruz" e, também oralmente pelos que reproduzem as mesmas descrições do que denominamos aqui de cronologia serial.

Note que não invalidamos de forma nenhuma tais apreensões, pois vemos nela um sentido muito claro de valorizar Santa Cruz através da história. O que questionamos como desnecessário ou superficial é a excessiva importância a detalhes pinçados do fato histórico relevante. Um exemplo, dentre outros que já criticamos: a mulher do fidalgo Monteiro, a Dona Marqueza passa-se quase por santa na descrição detalhada da doação de terras para os padres jesuítas, quando o fato relevante seria dizer que esse tipo de doação era, aí sim, um fato histórico da relação de dependência da nobreza com o clero e vice-versa: uma querendo purgar seus pecados para merecer o céu e a outra querendo enriquecer seu patrimônio terrestre para gozar melhor a vida.

No caso que nos interessa aqui, sobre a história da imprensa de Santa Cruz, ainda que tal abordagem não tenha ocorrido, pois falta-nos justamente uma história da mesma, está latente que haveria dois outros jornais que precederam o *Santacruzense*, que teríamos de necessariamente incluí-los numa e qualquer cronologia ¹⁰. Isto é, mesmo *en passant*, haveria obrigatoriedade ou necessidade, para se ficar fiel ao método histórico que louva ou engrandece o passado de Santa Cruz, de localizá-los como jornais cuja suposta existência atestariam a riqueza ou grandeza do bairro também nessa manifestação intelectual. O sentido é esse. Recuar no passado mesmo com fatos irrelevantes para a compreensão do que se deseja contar. Falar de um fidalgo de que de Santa Cruz só teve um título de sesmeiro ou de inserir na história da imprensa de Santa Cruz dois

¹⁰ O professor Sinvaldo, grande autoridade em história de Santa Cruz, disse em entrevista e, portanto de memória que antes do *Santacruzense* teria havido o *Século XIX* e *O Curato*. Nós só o localizamos por referência, e também o *Meteoro*.

jornais de que só sabemos o nome e em raras citações. Tudo aqui, claro, como se diria na America Espanhola: "*por supuesto!*".

A primeira citação sobre um jornal anterior ao *Santacruzense* foi feita no próprio em março de 1908. Quer dizer, coube ao *Santacruzense* descaracterizar o seu suposto antecessor, como se veria. O fato é que o *Santacruzense*, através da editoria procurava justificar as dificuldades de um empreendimento jornalístico em Santa Cruz. Isso tudo acontece um pouco antes da metade de vida do jornal, em março de 1909, no ano II n.º36.

Não é grande coisa. No editorial de capa ao fazer uma avaliação sobre o jornal, dizem que apesar de terem sido avisados da "asneira de uma montagem de jornal em Santa Cruz" eles resolveram enfrentar o desafio, e aí contam então o caso de um "sucessor", que teria tido apenas um número, como uma "aparição", distinguindo-se portanto do caso do *Santacruzense*, que seguiu firme apesar das críticas:

A celebre história do *Meteoro* que apareceu apenas o tempo dos seus homonymos, suspendendo a publicação, dias depois de aparecer.

(1909:01)

Na biografia do jornalismo carioca, de Gondin da Fonseca não há nenhuma referência sobre um jornal de nome *Meteoro*. Vê-se, no rol levantado por Gondin da Fonseca dos anos 1808 a 1908, desde portanto o início da imprensa no Brasil, oficialmente inaugurada com a chegada de Don João VI, inúmeros casos de jornais que tinham apenas uma edição, surgiam e desapareciam, como um meteoro. Daí a referência aos "homonymos" que faz o *Santacruzense*. Mesmo assim *O Meteoro* não está no rol de Gondin da Fonseca, sem dúvida a maior autoridade nessa matéria.

Se houve em Santa Cruz um outro jornal que antecedeu o *Santacruzense* é muito pouco provável que esse tivesse o nome de *Meteoro*. Isto está mais para uma referência irônica sobre um jornaleco, ou mais provável ainda sobre panfleto com ares de jornal, que aparecia uma vez e desaparecia (naquela época havia também, ao nível popular, os famosos "pasquins", que eram colados em postes ou paredes e que tinham conteúdo irônico, crítico ou que até visavam denegrir a imagem de alguém, seja no plano social, seja no plano moral) ¹¹.

A segunda referência sobre um jornal anterior ao *Santacruzense* merece mais credibilidade, apesar de não abalar o principal argumento: não há exemplar disponível. Não seria ele também, admitindo que tenha existido, uma espécie de panfleto travestido de jornal? Qual seria sua forma, tamanho e conteúdo? Teria ido além de uma edição? Nada sabemos. São questões difíceis ou impossíveis de responder senão de forma dedutiva.

Quem recentemente levantou a questão de um pioneirismo na imprensa em Santa Cruz, mais extensamente falando sobre toda a região, foi o pesquisador Sinvaldo do Nascimento Souza. O artigo publicado no *NOPH* no n.º 22 de setembro de 85 ele diz:

Os poucos autores que se aventuraram a escrever sobre a imprensa na zona oeste, dentre aqueles que nos merece alguma credibilidade, não deixaram de citar "O Curato" nome de um jornal que, segundo afirmam, teria circulado em Santa Cruz nos derradeiros anos do século XIX, já na fase republicana. Tal periódico não foi relacionado por Gondin da Fonseca...

(Sinvaldo, 1985)

Veja que nas entre - vírgulas o professor Sinvaldo também é reticente: "entre aqueles que nos merecem alguma credibilidade"; "segundo afirmam". É que, como um pesquisador com formação em história ele sabia que as fontes que citam *O Curato* como um jornal de Santa Cruz do século XIX não pode ser verificado ou comprovado. De qualquer forma,

¹¹ Em Santa Cruz, não sabemos se especificamente, os pasquins eram aguardados, temidos e também os motivos de

Sinvaldo, no artigo citado "O Pioneirismo na Imprensa da Região (1985)" registra o fato, pois, como dissemos, uma cronologia rigorosa deveria pelo menos aventar esse suposto periódico.

O professor Sinvaldo cita uma fonte primária e uma outra de credibilidade, que também faz menção sobre o jornal ou panfleto *O Curato*. A origem primária é uma citação na revista *Polianthéia* de 1933, com foros de credibilidade, pois se trata da história de Santa Cruz, com homenagens pelo centenário do "Curato de Santa Cruz". Daí, no entanto, destacamos: 1. os articulistas da *Polianthéia* apenas citam sem se ater aos rigores do método histórico; 2. não há como provar a existência desse *O Curato*. O *Santacruzense* (1908 / 1909) não cita nenhum *O Curato*.

Mais adiante Sinvaldo cita o editor de "A Voz Ruralista" que em 1967 (IV centenário de Santa Cruz) que "também faz menção a *O Curato*". Quer dizer: não fica claro se a fonte desse editor (Remy Rodrigues Junior) também não é a própria *Polianthéia*, o que parece mais provável. Nesse caso, só haveria uma única fonte, que certamente não pode servir para comprovar a existência de *O Curato*.

Dessa polêmica, sobra o que o próprio pesquisador Sinvaldo concorda, de que *O Santacruzense* tem um valor ou pioneirismo inquestionável. Para nós, por todos os motivos aventados acima, ele foi pioneiro não só por uma questão de ser o primeiro que podemos confirmar a existência, mas sobretudo porque apresenta forma e conteúdo, tiragem e periodicidade, de um jornal de bairro. Inovador e precursos da história da imprensa de Santa Cruz.

“O SANTA CRUZ” - REPUBLICANO

quando também se malhava o “judas”.

Um periódico emblemático na história da imprensa de Santa Cruz, já citado anteriormente, é *O Santa Cruz*. Esse jornal circulou semanalmente entre janeiro e julho de 1911, num total de 30 números (a edição semanal sempre foi o ideal para os jornais de bairro). Como *O Santacruzence*, ele encontra-se na seção de microfilmes da Biblioteca Nacional. Aliás, da extensa homereoteca de Santa Cruz são os únicos completamente preservados nessa instituição.

O Santa Cruz começou como um jornal tipicamente de bairro: o primeiro endereço na casa do editor, que reúne em torno de si uma idéia de "fazer um jornal" com claro objetivo de defender ou ajudar a desenvolver o bairro e possibilitar ou permitir o debate de idéias ou opiniões discordantes. São os dois grandes objetivos por trás de todo jornal de bairro: denúncia e debate. Isso até que o peso da realidade ou os fazem desaparecerem ou a se enquadrarem. Isto quer dizer que um jornal de bairro não pode "viver" de denúncia e debate, sendo essas apenas lembradas como bandeiras que às vezes nem serão desfraudadas.

Nessa quadra da história (primeira década do século XX) havia uma relação direta entre o intendente designado pelo prefeito do Rio e a própria designação desse pelo presidente da República: o sistema de poder republicano implicava, com exceção dos cargos legislativos nas nomeações de prefeito e de intendente, de acordo com a correlação de forças partidária (entre republicanos democratas e republicanos conservadores). Isso no Rio de Janeiro, que era a capital federal. O intendente seria mais ou menos o atual administrador regional do município do Rio de Janeiro. Havia eleições para o conselho municipal. Em 1911, por exemplo, o coronel Honório Pimentel foi eleito para o triênio, da sua quarta legislatura.

Imagine que Santa Cruz, por fazer parte da soberania territorial da Capital Federal necessariamente deveria repercutir, mesmo que por muito pouco tempo, pois era uma zona rural na fronteira, as políticas da administração municipal. Foi assim que, até mesmo já nos estertores da monarquia, o matadouro industrial foi por fim implantado. Com todas as implicações que vimos no capítulo anterior. Da mesma forma, também houve um pouco de urbanização, típica da virada do século, "o século do progresso".

O jornal *O Santa Cruz* caiu de testa nessa politica nacional-municipal-regional. Posicionou-se claramente pelo *status quo* que lhe era ou deveria ser favorável aos interesses em jogo. É um jornal que se define como republicano em todas as instâncias do poder. Caso senão singular pelo menos precursor de uma tomada de posição explícita quanto ao que *O Santa Cruz* queria e deveria ser.

A redação inicialmente funcionou na residência do Sr. Tancredo Pires até ser transferida para a antiga oficina de *O Santacruzense*, na Rua da Matriz nº 12. De positivo, essa transferência significou a continuidade do padrão gráfico que havia sido feito marca registrada de *O Santacruzense*. Ou seja, um jornal muito bem composto, do nível dos melhores da época.

O Santa Cruz, no entanto, se diferenciara menos por ser um jornal de bairro graficamente correto do que ou mais por se definir política e ideologicamente face à realidade da época. Vimos já que sob a bandeira do republicanismo se abrigava antimonarquistas, positivistas, republicanos convictos e até oportunistas políticos, que sob o pretexto de arautos do progresso, do novo, exigiam para si o poder. Nada de muito diferente do que ocorre hoje em situações parecidas.

Em qual tendência republicana dessas que aludimos acima se enquadraria *O Santa Cruz*? Bom, até mesmo por sua história, Santa Cruz reunia uma elite conservadora, católica e dividida então entre uma maioria republicana, que sem duvida nenhuma era onde se alojaram as novas classes dominantes, e uma minoria monarquista. É de se notar que as convicções republicanas e monarquistas, no Brasil em geral eram fortes apenas entre os ideólogos de cada movimento. Não constituíam movimentos de massas, como na Espanha, por exemplo, que redundou numa sangrenta guerra civil. No Brasil, claro, com o fracasso da monarquia abúlica de Pedro II, o republicanismo passou a significar o progresso. A monarquia, ao contrário, o atraso. Basta ver toda encenação em torno de Canudos, à associação de uma personagem mentalmente perturbada como Antônio Conselheiro como um líder monarquista!

A minoria monarquista de Santa Cruz, como de resto a do Brasil como um todo, se retraiu e passou a se identificar fortemente com o catolicismo. Com a parte conservadora da Igreja Católica, de ranço monarquista, já que perdera seus grandes privilégios com a proclamação da República. Os jornais dessa época, *O Santacruzense e o Santa Cruz*, refletem muito bem essa realidade em suas páginas, com ampla divulgação de assuntos da região católica, como missas, batizados e festas na igreja matriz.

Uma definição ideológica de *O Santa Cruz*, bastante precisa seria: católico e republicano. À época, mas do que apenas uma convicção religiosa, fazer parte da igreja católica era um prolongamento da vida social, dos mais significativos. Era o *locus*, para usar uma expressão de Bourdieu, onde cada indivíduo e cada família se distinguiam de acordo com o papel social que tinha na comunidade e qual o prestígio, se é que o tinha, que exercia. Uma pergunta inevitável, quando se era apresentado a alguma pessoa influente do local era: — "Você é filho de quem?" ou "Quem é o seu pai?" Na igreja matriz, a antiga, a que foi implodida pelo Batalhão de Engenharia de Santa Cruz (quando a noção de progresso ainda se sobrepunha à história), havia nomes de famílias nos bancos de madeira de lei. Antes e depois das atividades religiosas as famílias socialmente afins cumpriam algum tipo de ritual de sociabilidade. Todos eram católicos e a Igreja exercia um papel importante na vida de cada um deles. Nas colunas "A pedido" e "Social", bem como na parte informativa do jornal *O Santa Cruz* também se refletia o catolicismo romano.

No campo político, *O Santa Cruz* se destaca na história da imprensa local como um jornal tipicamente republicano. Nos trinta números de janeiro a agosto de 1911 a defesa intrasigente do republicanismo pode ser constatada nos diversos elogios ao presidente Hermes da Fonseca (edições 18 e 20); ao senador Augusto Vasconcellos (chefe do Partido Republicano no Primeiro Distrito, edição 26 de março de 1911); e ao militar abolicionista Antônio R. de Campos Sobrinho (*idem*, número 12).

Mas é sobre o coronel Honório Pimentel, o maior político de Santa Cruz, de quem o jornal fala. Na verdade *O Santa Cruz*, a despeito do seu apuro gráfico, além de ideologicamente

republicano e católico, é um jornal de campanha. Um jornal que surge como um "meteoro" com um claro objetivo de defender os ideais republicanos na figura do Coronel Pimentel, que visava então sua quarta legislatura districtal. O que aconteceu. Honório Pimentel, que nasceu em Cantagalo, Rio de Janeiro, em 1864, teve sua biografia estampada na capa de *O Santa Cruz* da edição número 11. Esse grande político só não ficou entronado na história política local pois, ao abandonar a política voltou para Cantagalo, deixando claro que seus amores por Santa Cruz eram relativos. Praticamente ele e seus familiares apagaram todos ou quase todos os rastros de sua vitoriosa trajetória política. Um fato imperdoável, que gerou ressentimentos e esquecimentos, sobretudo entre os santacruzenses mais ciosos das tradições.

Parece também significativo que *O Santa Cruz*, ao atacar a oposição, se revele como um jornal de campanha em diversas edições. Na 13ª edição, ao fazer um apelo aos eleitores, o Coronel Pimentel diz de forma patética: "O meu programa é o do meu partido, e, as garantias que ofereço são o meu passado de homem público e particular."

É claro que, para se compreender bem toda essa problemática, é preciso não deixar de lado tudo que foi dito sobre Santa Cruz e sua história. No caso, a eficiência de uma oposição apenas verbal, feita em discussões e discursos em rodinhas de praças e botequins, que faziam bastante efeito. Há, no próprio jornal *O Santa Cruz*, a confirmação de que a oposição incomodava muito, nos ataques violentíssimos aos "O mestre Piolho" e o "Bacharel transação". Este último, caracterizado como alcoólatra e, curiosamente, na última edição do jornal, incluído como objeto "da missão que nos propusemos realizar nessa localidade", ou seja, que ele, "O Bacharel Transação está aí... desmoralizado!".

Note-se que muitas vezes um jornal de campanha tem por objetivo ser a voz oficial, séria, registrada do pensamento ou ideologia de um chefe político ou partido. Isso é muito típico em bairros como Santa Cruz de outrora, quando a repercussão das notícias se dava diretamente, *vis-à-vis*, entre os moradores. Com pouca densidade populacional, Santa Cruz favorecia a política boca-à-boca. É nesse contexto que *O Santa Cruz* aparece como um jornal de campanha da candidatura do já poderoso Honório Pimentel.

A vitória de Honório Pimentel para a quarta candidatura não ficou imune à acusação de fraude, conforme se vê na edição número 17, sobre atas falsas, juntamente com uma crítica ao "puro Sr. Cesário de Mello", que teria feito a denúncia. Também não deixou de lado a ostentação de uma festa a caráter conforme se vê na edição número 20, repleta de fotografias da sociedade local em trajes de gala e, para confirmar que a política preserva seus atores de abuso do poder econômico, vimos na edição número 14, um "mimo" do jornal: "como propaganda da candidatura do Sr. Coronel Honório Pimentel, distribuimos gratuitamente nas vésperas das eleições 5500 retratos deste honrado chefe político". Isso era do tempo, que alguns ainda querem perpetuar, em que casas e botequins exibiam retratos de políticos em evidência. Tirava-se ou botava-se o retrato dependendo do caso, como na celebre marchinha para Getúlio Vargas: "Bota o retrato do velho, bota no mesmo lugar..." (recentemente um político reeleito vereador de Santa Cruz para 2005- 2008, Jorge Babú, distribuiu à larga o seu retrato colorido em tamanho de papel A4 com o mesmo objetivo).

A repercussão da disputa política entre republicanos e monarquistas ao longo da República Velha também teve seus lances em Santa Cruz. Claro que reverberando um pouco do barulho que acontecia na Capital Federal, da qual era distrito. Essa característica faz com que a história e memória política de Santa Cruz esteja imbricada com os acontecimentos políticos regionais e até mesmo nacionais, como no caso da disputa entre republicanos e democratas. Estes às vezes eram insultados, pois então era um insulto serem chamados de monarquistas pelos republicanos.

No espectro político bipartidário da República Velha distinguiam-se as indefectíveis subdivisões que só soem acontecer no interior da ideologia e dos partidos no Brasil: então, republicanos progressistas e republicanos conservadores tinham por adversários, para ilustrar essa idéia, democratas liberais e democratas cristãos. Em Santa Cruz, provinciana e atrasada, o partido dominante era o republicano conservador. O mesmo de Octacílio Camará e Honório Pimentel.

Assim, ao anunciar o resultado das eleições de 1911 *O Santa Cruz* não deixa de lado o pedantismo dos vitoriosos nem o escárnio aos adversários:

... Estrondosa vitória do Partido Republicano no 1º Districto sobre o Partido Democrata... E (...) incontestavelmente, o Partido Democrata é um cadáver, e só ficará com elle, quem de todo, não tiver juizo.

(1911, n.ºs. 11 e 12)

Tripudiar e escarnecer adversários é uma espécie de lugar comum dos jornais de bairro, sejam eles da situação ou da oposição. Nesse sentido *O Santa Cruz* foi emblemático e pioneiro ao nível local. Como expressão de uma ideologia conservadora, o jornal propugna uma "hygiene publica" para Santa Cruz (no sentido físico: necessidade de urbanização; no moral: a defesa da família e da pátria) e diz, na edição final, que o objetivo foi o de confederar Santa Cruz aos exercícios de Tiro sob o número 170. Além é claro de defenestrar o "Bacharel Transação", como participe de uma corja de "desocupados e provocadores" ou "vagabundos e moleques" (n.º. 30:3).

Com o sub título de representante do "Tiro de Santa Cruz", a versão dos primeiros republicanos para o serviço militar obrigatório, até porque foram os militares que, num *coup de main*, proclamaram a Republica no Brasil, *O Santa Cruz* pretendeu também incorporar a localidade entre os que tinham *status* de zona militar. Com a condição de confederado n.º. 170, conforme disseram ser uma de suas missões, conseguiram um e seus objetivos. O que estava por trás de tudo, no entanto, além de órgão de campanha política de Honório Pimentel, era a reprodução do pensamento conservador dos seus ideólogos, como se pode deduzir dessa assertiva:

(O Tiro de Santa Cruz)... que tem por missão preparar os nossos caros conterraneos no manejo das armas dando lhes sufficiente instrução militar para tornal-os aptos a defederem o solo patrio, a honra da nossa bandeira e a Contituição da Republica.

(1911, 24 e 25)

A ARTICULISTA AMÉLIA CHAGAS

De 1911 até 1949, Santa Cruz não teve jornais regulares. Aliás, considerando os jornais de bairro em geral, não só de Santa Cruz, o mais comum é que esses sejam exatamente irregulares, seja em manter a frequência, seja em ter durabilidade. Casos como o de *O Santa Cruz* que teve 30 números entre janeiro e agosto de 1911, com tiragem semanal na média, não deixa de ser surpreendente, até mesmo considerando a época, os poucos leitores e a população de Santa Cruz. O mesmo vale para os 83 números do precursor, *O Santacruzense*, que circulou em um ano e meio, entre 1908 e 1909. Dependendo do interesse do retorno econômico, este jornal chegou a ter edições bissemanais as quintas e domingos.

A questão é que a muito de idealismo na feitura de um jornal de bairro. Quem o faz é mais movido por uma paixão pelo jornalismo, ainda que espere ou deseje que haja retorno financeiro. No início, feitas as contas, com toda motivação para transformar a idéia em realidade, consegue-se às vezes um pequeno lucro (melhor seria dizer um pequeno saldo). Passa-se a seguir a “rodar o jornal no empate”, quer dizer, com um equilíbrio e até mesmo com um prejuízo suportável. A seguir, nessa terceira fase que é quase que inevitável, há uma espécie de inércia que atinge o jornal desde a base, que são os leitores: chovem críticas, ressentimentos, discussões e até ameaças, que fazem desanimar o editor e conseqüentemente sua capacidade de buscar anúncios.

Tanto a regularidade quanto a durabilidade de um jornal de bairro propriamente dito, depende fundamentalmente dos anúncios. A experiência de venda em banca ou assinatura redonda quase sempre em fracasso. Na verdade, a curtíssimo prazo já se sabe que “ninguém” compra um jornalzinho de bairro em banca. Sobre os assinantes, só quando o jornal é institucional, como os do NOPH, *Quarteirão* e *o Jornal da Acisc*, que costumam ou costumavam ter colaboradores estáveis e edições restritas, apoiadas numa espécie de “mecenato” — do *Quarteirão*, por exemplo, “o mecenas”, direta ou indiretamente é a prefeitura do Rio de Janeiro.

Tudo acaba girando na produção de anúncios. Criam-se estratégias para obtê-los: com amigos, com políticos, com órgãos públicos, numa verdadeira batalha junto ao comércio local. O jornal *O Grito*, por exemplo, um dos mais longevos em Santa Cruz, passou a veicular ata, noticiosos e atos dos poderes executivos e legislativos de diversas prefeituras próximas: começou com a de Itaguaí, passou para Seropédica e, até fechar recentemente com a morte do editor em acidente automobilístico na rodovia Rio Santos, a "bola da vez" era prefeitura de Mangaratiba. Foi uma estratégia de sobrevivência do jornal *O Grito*, incapaz de concorrer como *mídia* de retorno publicitário a onipresença da seção dominical do *Globo Zona Oeste*.

Há casos ou exceções em que aparentemente o empreendimento jornalístico chega ao lucro ou pelo menos à sustentação financeira dos envolvidos, num nível modesto é claro. É o caso do *Santacruzense* que abordamos acima. Também a *Imprensa Rural*, que contava com o prestígio de Benedito de Freitas e do patrono Guilherme da Silveira, empresário da famosa fábrica Bangu. *O Santacruzense*, no caso, teve todo o seu momento de agonia, sobretudo com os anunciantes, até jogar a toalha na edição número 83. O jornal de Benedito de Freitas, refletindo o caráter combativo desse historiador e pesquisador apaixonado por Santa Cruz, se arrastou por 11 anos com apenas 89 números editados. Não se pode dizer que teve lucro financeiro.

Desde, portanto, de 1911 até 1949, tomando a *Imprensa Rural* com divisor de águas, Santa Cruz não teve jornais regulares nem tampouco duradouros. Na verdade a maioria do que podemos citar como participantes da história da imprensa de Santa Cruz, são só conhecidos por referências, uma vez que não foi possível encontrar exemplares nas coleções da Biblioteca Nacional, *NOPH* e particulares. Nesse contexto, destacam-se alguns jornais escolares ou da chamada "imprensa estudantil", um fenômeno jornalístico que mereceria um estudo mais aprofundado por parte dos historiadores ou pesquisadores interessados na história da imprensa de bairros.

Sabemos por referências cruzadas (*O Santacruzense* e a *Poleanthéa de Santa Cruz*), de dois jornais que teriam existido antes de 1908, ou até mesmo no final do século XIX. Essa questão sobre a existência desses dois jornais (*O Curato* e o *Meteoro*) foi discutida em

páginas acima. São referências a nosso ver, que se não garante a condição de precursores, pois não há nenhum exemplar disponível para análise ou confrontação, pelo menos não podemos ignorá-los. Deixamos suas existências à boa fé dos que os citaram.¹²

Sobre os que são citados até 1933 a melhor fonte é a *Polianthéa*. Aliás, já dissemos, a *Polianthéa* de Santa Cruz, por ocasião do centenário da fundação do *Curato*, depois districto e agora bairro do município do Rio de Janeiro, é com certeza a melhor referência para a história de Santa Cruz até esse período, sobretudo quando relata com orgulho a sua riqueza histórica. Excetuando *O Santacruzense* e *O Santa Cruz*, conhecidos, e *O Curato, o Século XIX e o Meteoro*, desconhecidos, a *Poleanthéa*, cita cinco outros jornais que existiram em Santa Cruz, sendo quatro desconhecidos e um conhecido. Deixa de citar apenas um, pois estava em circulação, ainda que irregular, quanto à circulação.

Dos que não foi possível obter nenhum exemplar são citados *O Florete*, *O Século XX*, *O Commercial*, e *o Debate*. Note-se que os nomes desses jornais são bastante sugestivos¹³. *O Florete*, como quem terce armas para o combate. *O Commercial*, algum porta voz dos empresários locais? *O Século XX* é seguramente relacionado ao progresso ("em pleno século XX!"). *O Debate*, sugerindo algum diálogo de contrários ou de oposição versus situação. Claro que são especulações.

Infelizmente não é possível especular sobre a frequência ou a quantidade de exemplares, bem como o número de edições de cada um deles ou em que ano foram editados. Sabe-se, aí com toda certeza, que devem ter circulados em Santa Cruz entre 1911 e 1933 que é o intervalo de 22 anos entre o último número de *O Santa Cruz* e a edição da *Poleanthéa*. Pode-se talvez afirmar que esses jornais de fato tenham existido, dada a natureza da fonte, seu objetivo de resgatar traços da história de Santa Cruz e, *last but not least*, proximidade com o fato.

Se o *Florete*, *O Século XX*, *o Commercial*, e *o Debate* existiram, a se crer no pesquisador que os cita na *Polianthea*, parece não haver dúvidas. Agora, e quanto aos supostos e

¹² *O Curato*, *O Meteoro*, e até *O Século XIX*, como pretende o professor Sinvaldo, a rigor, poderia ser mencionados com ressalvas, como a de que não se sabe os seus conteúdos ou de que forma foram editados, se como "pasquim", "folhetim" ou "jornal".

¹³ Para uma curiosa leitura sobre nomes de jornais no Rio de Janeiro em geral ver Gondin da Fonseca.

prováveis jornais que tenham existido e não foram citados, seja porque tiveram reduzidas edições ou por não se enquadrarem como jornais e sim como boletim informativo ou cultural ou seja por qualquer outro critério e/ou desconhecimento sobre outros jornais? Essas perguntas são pertinentes, pois não há registros de aparecimento de novos jornais. Não haveria nada de surpreendente se durante aquele intervalo de 22 anos um ou mais pequenos jornais tivessem aparecido e desaparecido, sem deixar registros.

O fato é que, descartando a má fé ou ignorância, o que não parece ser plausível em nenhum dos dois casos, esses quatro jornais se inscrevem na história da imprensa de Santa Cruz sem poderem provar sua existência física, são apenas referências, citações e lembranças impossíveis, pelo menos até nossa pesquisa, de serem demonstradas.

Há, no entanto, dois jornais anteriores a 1933 que podem confirmar a existência. Primeiro é *O Triângulo*, que circulou entre 1928 a 1934. Estava portanto em circulação quando a *Polianthea* foi editada, daí não tendo referência na revista que abordava todos os temas dentro de uma perspectiva histórica. O Segundo, *O Semeador* era uma "Publicação da 14ª Circunscrição de Educação Elementar" (Rural), ou seja, o jornal feito em escola, nesse caso aqui numa escola pública, que abordaremos no tema "Imprensa Estudantil", juntamente com outras publicações similares que ainda vicejam em Santa Cruz, sabe-se lá até quando!

Com *O Triângulo* temos o exemplo de uma pessoa que é parte essencial do jornal de bairro, como articuladora e/ou colaboradora. É um tipo ideal, no sentido weberiano, capaz de servir de modelo para análise científica. No *Triângulo*, a colaboradora que contribui com artigos de conteúdo educacional, no sentido da época, com forte ênfase na moral e no patriotismo, foi a professora Amélia Pereira Pinto Chagas (1904-1944), de quem falaremos mais adiante.

É importante destacar o papel dos articulistas nos jornais de bairro — note-se que chamá-los ou acrescentar a condição de colaboradores à eles é quase óbvia: eles escrevem seus artigos e, concomitantemente, divulgam o jornal, fazendo uma ponte até as pessoas de suas relações. Diferentemente do editor, que é apaixonado pela feitura do jornal como um todo, o

articulista se empolga bastante com suas opiniões impressas. Verifica o artigo, imagina o seu efeito, e se for o caso de erro de redação, faz ver ao editor, entre indignado e magoado, os erros cometidos. Muitos são extremamente vaidosos.¹⁴

No universo da divulgação de idéias a que se propõe um jornal de bairro, a figura do articulista é imprescindível. Normalmente, tomando por base Santa Cruz até mais ou menos a década de 80 passadas, o público leitor e a zona de influência dos jornais são restritas ao centro comercial e de lazer e a algumas pessoas mais ou menos influentes, social, cultural, política e economicamente, para setorizar. Assim, o articulista conhecido e até respeitado por algum tipo de saber e ou poder consegue uma legitimidade para o jornal, fazendo ele próprio a divulgação do mesmo, dizendo, no entanto: — “tem um artigo meu aqui, ó!”.

A articulista do jornal *O Triângulo*, a professora Amélia, reuniu todas as características de uma boa articulista. Pelo seu acervo deixado ao NOPH por seus familiares, vemos que ela guardava com carinho seus artigos no *Triângulo*, denotando aí uma vaidade natural não só de mulher intelectual no meio rural e machista, mas de satisfação pessoal pelas suas idéias impressas. Infelizmente a professora Amélia, não teve a preocupação ou o cuidado de deixar os seus artigos datados, com a exceção de um único, de 12 de outubro de 1929. Cabe-nos então, considerando todo o acervo da professora Amélia reunida numa pasta padrão, em papelão, tentar reconstituir fatos relativos ao *O Triângulo*.

A professora Amélia recortou seus artigos apenas tendo o cuidado de que eles fossem preservados. Ela foi uma dessas professoras-educadoras tão presentes na vida educacional do Brasil: idealista, abnegada, progressista e incondicionalmente dedicada a educação dos alunos.

Patriotas, que construíis O Tiro 170 (os exercício e serviço militar da época) vossa jornada é gloriosa por que é um traço de luz. Está erguida convosco a sociedade do tiro em Santa Cruz.

(*O Triângulo*, 1929)

¹⁴ Um deles, que preferimos não citar para não ferir a sua enorme vaidade, chegava ao ponto de querer explicar o alcance do seu artigo muito além do que estava escrito. Significados que só ele, em seu delírio, visualizava.

Como trabalhava no ensino público de forte tendência nacionalista, quase pró-fascista e getulista, ela ficou bastante conhecida e respeitada por suas defesas de valores como a pátria. Nada de excepcional na época. Mas, como articulista de *O Triângulo*, destacamos essa sua idéia (Veja acima, no meio do parágrafo, destacado em negrito):

Nesse artigo intitulado "A Bandeira e o soldado", a professora despeja todos os lugares-comuns do discurso ideológico do nacionalismo da época. Foi esse o último número de *O Triângulo*, de 1934, que foi preservado no acervo da professora.

Numa matéria apologética ao aniversário de *O Triângulo*, dá para perceber um pouco de sua linha editorial, claramente conservadora e que, de certa forma, justifica a influência dos empresários lusitanos, comerciantes em maioria no jornal:

... vemol-o (o Triângulo na sua trajetória) tratando com fidalguia, com acerto, com justeza, em todas as suas várias secções, como sejam: política, sociologia, theologia, artes, sports, etc.

(idem, 1929)

A citação acima é bastante significativa do conteúdo de um jornal de bairro em geral. Há sempre um leque de matérias que espelham diversas concepções. Como o noticioso é o menos significativo, por causa do espaço de tempo entre o fato e a publicação, os jornais de bairro abrem as páginas para diversos tipos de matérias temáticas.

A articulista de *O Triângulo* teve o zelo de selecionar algumas de suas matérias que, talvez nem ela imaginasse, são registradas aqui, num resgate histórico dessas personalidades que construíram não só o jornalismo de bairro em Santa Cruz, mas também que servem de exemplos ou modelos da participação de cidadãos locais na construção do pensamento comunitário. Nesse caso mais significativo ainda, pois se trata de um caso em que a personagem é uma mulher, professora e jornalista.

Uma última questão acerca do *Triângulo*, que gostaríamos de enfatizar como uma homenagem à professora Amélia, na figura de articulista colaboradora, é que o número destes é bastante variável, mas sempre existentes. Não há jornais de bairro que não os tenham em suas edições. Um record entre os jornais de bairro de Santa Cruz, em que o número de articulista chegou às raias do absurdo foi o do *Comunidade*, numa edição com 17 colaboradores. A professora Amélia Chagas é sem dúvida um tipo ideal de colaborador/articulista.

IMPrensa ESTUDANTIL

A imprensa estudantil, que nos parece uma categoria especial do jornalismo, para fazer trocadilho com o nome do primeiro jornal dessa categoria que se tem notícia em Santa Cruz, vicejou desde 1935 com *O Semeador*, uma publicação da 14ª Circunscrição de Educação Elementar (rural). Saiu num formato de quatro páginas, tamanho tablóide em edições muito irregulares: entre o ano 1 do jornal, de dezembro de 1935, e o ano 2, de janeiro-fevereiro de 1936, estava ainda no número 3! A responsável e editora desse tablóide era a professora Amélia, que teve então a possibilidade de expor com maior liberdade suas idéias nacionalistas: "... trabalhemos pela edificação da nossa terra."

O *Semeador* caracterizava-se por trazer à baila temas rurais, já que pelo menos até a década de 70-80 Santa Cruz era considerada zona rural — temas rurais ou denominações de periódicos como rurais se seguiram em outras épocas como a *Imprensa Rural* de 1949 e *Zona Rural em Revista*, de 1967. Junto com matérias que regavam o amor ao Brasil, à pátria, aos mestres e às famílias típicas de um Estado nacionalista, às vésperas da ditadura do Estado Novo, o *Semeador* tratava de ensinar aos seus leitores técnicas de criação animal, de rendimento na lavoura e também conselhos de higiene básica no campo.

Diferentemente de outros jornais estudantis, em geral de iniciativa de alunos, professores, e diretores ou donos de colégio, o *Semeador* foi um órgão dependente do poder público, no caso a escola rural que ele pretendia representar. Isso o deixava com a chamada liberdade de expressão cerceada pela ideologia nacionalista dominante nos órgãos públicos ou de governo da época. Não tinham, por exemplo, os limites que uma equipe pluralista imprime quando o jornal é feito por aluno ou de anunciantes; e também da obrigatoriedade de divulgar o colégio. Esse fenômeno conforme veremos, pertence a uma outra época, mas relacionada com a liberdade de expressão ou da luta por ela, considerando que a censura foi uma das características negativas desse período.

Do *Semeador* bem pouco restou. Apenas recortes e um exemplo, guardados no cervo da professora Amélia. Aliás, salvo exemplares de editores ou colaboradores, quando existem, a tônica é mesmo o desaparecimento dos vestígios de grande parte desses jornais, num claro descaso com a memória e a história. Até mesmo nas secretarias, nos arquivos das escolas, tudo ou foi comido "criticamente" pelos cupins ou ficaram danificados e foram jogados fora, sempre que um novo diretor resolve fazer uma faxina e varrer "velharias" ou "vestígios" do seu antecessor. Isso vale tanto para as escolas públicas quanto para as privadas conforme constatamos *in loco* na pesquisa de campo que fizemos para realização desse trabalho.

Talvez o jornal estudantil mais interessante do ponto de vista do conteúdo seja *O Estudante*, que circulou desde os anos 38-40, no início, portanto do Estado Novo getulista, que durante 15 anos seria mais ou menos uma ditadura consentida (1937-1945). Seguiu-se ao *Semeador* no mesmo plano ideológico, mas com uma expressão mais pessoal, particular, do seu editor e fundador do Colégio Renascença, um dos colégios particulares de bom prestígio em Santa Cruz. Os seus descendentes mudaram o nome para Colégio Cunha Melo, atualmente também um educandário ou escola para alunos tipicamente da classe média. No editorial do ano 1, número 1 de 4 de setembro de 1938, percebe-se uma concepção fascista, pela ênfase que dá aos seus objetivos, assinado pelo editor:

O Estudante é o jornal de interesse puramente patrótico, por seu intermédio... nossa recompensa... a consciência tranqüila por um dever nobremente cumprido para com a pátria...

(*O Estudante*, 1938)

Esse tema é a obsessão do editor. No aniversário do jornal, na edição de 15 de outubro de 1939, há uma grande repercussão sobre o 7 de setembro passado. Dia da pátria. Numa matéria alusiva, o editor derrama proposições para ou "pelo um Brasil independente": "honrar, pugnar e dever" para com a pátria. E, falando sobre o que ele denominou de "os dez mandamentos cívicos" ele sintetiza dizendo que "estes dez mandamentos encerra-se em dois: amar a pátria sobre todas as coisas e aos que conosco trabalham para engradecê-la" (1938:2). Uma frase como essa seria certamente um lugar comum na Itália fascista de Mussoline.

É de se notar que o professor Nehemias Melo, fundador do colégio Renascença e editor do *Estudante* foi um homem devotado ao ideário fascista do governo Getulio Vargas. Diz-se que o próprio ditador em visita a Santa Cruz, esteve pessoalmente com ele. A sua importância para uma história e memória política de Santa Cruz, sobre a ótica dos jornais de bairro, está em que ele, pessoalmente, fez claramente uma junção de sua visão da educação — amor aos mestres e a pátria — com a ideologia em que acreditava. Chamamô-lo de fascista aqui, pois, em última instância, o Estado Novo foi o nosso fascismo tupiniquim.

Em outros editoriais, certamente para se enquadrar melhor no jornalismo estudantil, destacamos várias ideias que corroboram a visão de *O Estudante* com o cânone disciplinar do fascismo: "a escola é prolongamento do lar"; "O Estudante é o jornal do aluno aplicado e estudioso"; "por tudo isso meus amiguinhos... bem vêde, meus queridos alunos... sois a grande esperança da pátria brasileira"; "...o bom aluno é aquele que satisfaz plenamente todas as exigências feitas pelo professor". Reproduzimos abaixo o hino da escola, feito por um "aluno exemplar", para que fique mais claro:

**Para a escola, companheiros,
Nós, devemos caminhar,
Lá espera o nosso mestre que nos vai tudo ensinar**

**Renascença! Renascença!
Tu és toda a nossa crença.**

**Só nos bancos de escolas
Viveremos com valor,
Pois teremos bom futuro
Dado pelo professor.
E no curso Renascença,**

**Com futuro varonil
Adoramos nossa pátria
Nosso querido Brasil.**

Como idealista e mais professor-educador do que jornalista, o professor Nehemias patrocinou no seu colégio, que teve uma filial no bairro de Moça Bonita, hoje Guilherme da Silveira, cursos de alfabetização gratuitos, fazendo, no número 11 de 2 de fevereiro de 1940, um chamado aos intelectuais, para uma grande cruzada cívica contra o analfabetismo: "... pois salvemos os nosso compatriotas que se contorcem ao peso horripilante dessa grande humilhação". Sem dúvida um aspecto positivo na vida desse polêmico homem que fez sua fortuna em Santa Cruz, retornou ao Maranhão para ficar em definitivo, e que, sabe-se lá porque, voltou ao lugar de sua sorte.

O último fato curioso e ao mesmo tempo singular de *O Estudante* é o que denominamos aqui por "epístolas escolares". Realmente uma inovação. Trata-se de uma carta em que o editor geralmente repreende publicamente algum aluno que mereceu seu interesse. Reclama de que ele não é estudioso, falta as aulas e que deve mudar de comportamento, pois este não é agradável ao mestre. Insta-o, através de sua identificação na epístola (por série e iniciais M.M. 5º ano) a acatar as críticas e escrever uma "resposta (que) deve ser entregue e que será publicada". Essa coluna, realmente curiosa e surpreendente, teve vida curta. Um recurso comum na imprensa de bairro quando a repercussão não é desejável, positivamente. *O Estudante* tinha redação na Rua Senador Camará, 23, em Santa Cruz e a impressão gráfica eram feitas no Jornal do Brasil.

Sucedem-se até a redação desse trabalho diversos outros jornais da imprensa estudantil em Santa Cruz, nenhum dele com o mesmo peso político ideológico dos analisados acima e ainda que, convenhamos, com padrões parecidos: o institucional e o feito por equipes independente.

Na década de 40, mais precisamente em 1946, circulou um pequeno jornalzinho ligado a atividades culturais chamado *O Cenário*. Conforme o nome sugere, trata-se de um

periódico relacionado às artes cênicas que existiam no clube mais importante de Santa Cruz, por reunir entre seus sócios a maioria da classe média local. Esse clube hoje inexistente por motivo de inadimplência judicial, *O Grêmio Procópio Ferreira* se notabilizou por ter atividades teatrais regulares, com representantes de artes e atores locais — as atividades teatrais em Santa Cruz até os anos 70 eram significativas, com até uma escola de teatro denominada André Villon de iniciativa de amantes do teatro.

O *Cenário*, ainda que com colaboradores diretamente do universo estudantil, se encaixa mais como um jornalzinho de divulgação cultural. Nesse sentido, se parece com outros periódicos estudantis como *O Clarim*, *Dom Oton Notícias* e o *Motinha*, bem como o próprio *Boletim do Grêmio Procópio Ferreira*. Já nos anos 70 / 80, destaca-se o *Barão do Rio Branco* de 1971, jornalzinho feito por alunos dessa conceituada instituição pública de ensino (houve também o *Alhures e Alhufes* nos anos 70) e, com publicação irregular, o *Informe do Santa Mônica*. São nomes de jornais dessa imprensa estudantil que compõe um rol iniciado em 1935, com o *Semeador*. É bem possível, ademais, que tenha havido muitos outros que não tivemos conhecimento.

Merece destaque como patrocinador e editor de jornais ligados a escolas, o professor-educador Francisco José Antônio, falecido em 2005. Os 3 jornais citados acima, feitos através do colégio Dom Oton Mota, tiveram bastante apuro editorial, sobretudo o último deles, *O Motinha*. O professor Francisco sempre esteve ligado a atividades voltadas ao progresso e valorização de Santa Cruz, nos aspectos culturais e históricos. Abraçou, por assim dizer, o jornalismo com esse objetivo. Oxalá não aconteça com o *Motinha* o mesmo caso de desaparecimento, com a morte de seu editor e idealizador. É isso, aliás, uma característica dos jornais de bairro, não deixar herdeiros, dado o traço pessoal desse tipo de periódico: o editor abandona o empreendimento ou por questões econômicas, descontentamentos vários, ou por morte, sem deixar quem o siga.

No rol desses periódicos ligados a uma instituição ou feitos por um grupo de jovens estudantes, o lugar-comum, por assim dizer, é ter como mote ou tema questões culturais.

Poemas, artigos de fundo histórico, curiosidades científicas e divulgação de atividades culturais compõem a quase totalidade do jornal. Considerando que seu público é reduzido, frequência e periodicidade são limitadas até à extinção. Sobram os que têm um apoio financeiro da instituição escolar e que também funcionam como uma espécie de órgão com publicidade institucional. São exemplos os casos de *O Motinha* financiado pelo colégio e o *Informe do Santa Mônica*, que divulga todas as atividades dessa cadeia de escolas e sua relação com as comunidades donde elas se inserem.

Uma questão mais pertinente ao atual estado da imprensa estudantil em Santa Cruz é que já não existe mais iniciativa de estudantes criarem pequenos jornais a partir das suas escolas. Trata-se de um fenômeno, a nosso ver, datado. Isto é, um fenômeno típico de comunicação impressa que perde fôlego com a agilização das mídias desde já os anos 90. Um jornalzinho como *O Barão do Rio Branco*, de 1991, em tamanho tablóide e com papel jornal é totalmente fora de questão nos dias de hoje. Não é preciso muito raciocínio para entender o fim dos jornais estudantis, que normalmente tinham poucas edições. Com a maior velocidade, flexibilidade e sobretudo superioridade de comunicação com a *Internet*, um instrumento já de domínio generalizado, inclusive pelos jovens de Santa Cruz em particular, jornalzinho impresso em escola é anacrônico.

Como resistência à massificação dos meios eletrônicos de comunicação, Santa Cruz conta atualmente com o periódico, *O Quarteirão*, normalmente bimestral, que sucedeu em forma e conteúdo ao *Jornal do NOPH*. Esse periódico também se encaixa no mesmo tipo de imprensa de conteúdo histórico e literário, típicos dos jornais estudantis.

O *NOPH* surgiu como órgão divulgador de um núcleo de recuperação e resgate da história de Santa Cruz em 1983. O objetivo inicial dos fundadores do NOPH, entre os quais o professor Sinvaldo do Nascimento Souza, o Doutor Antônio Nicolau Jorge e o empresário José Toffani, não diferia muito da idéia latente da importância histórica de Santa Cruz. Idéia essa, em maior ou menor extensão que sempre esteve em matérias ou colunas dos jornais locais, desde o primeiro em 1908. Já vimos que é legítimo o orgulho do santacruzense por sua história e que

nada mais natural que expressá-lo por escrito em publicações impressas. O *NOPH* ocupa então justamente o lugar de um periódico que tem por fim precípua a divulgação desse rico passado histórico.

Em agosto e setembro de 1985, nas edições 21 e 22 do *NOPH* — ele era então mensário — em matérias sobre a história da imprensa na região, levantou-se a questão do perfil de um jornal de bairro. O *NOPH* seria um jornal de bairro? Um professor especialista em jornalismo, Fernando Campos, assegurou que, rigorosamente, ele não seria um jornal de bairro, ainda que em algumas edições em que ele lida com a notícia, ele faz o papel de jornal de bairro. Ou seja, deixou para o *NOPH* uma posição de ambigüidade ou de ambivalência.

Segundo esse professor, *O Jornal do NOPH* se incluiria "entre os órgãos da imprensa interna (*house-organs*) ou especializada, é um *medium* (meio) que divulga o projeto da recuperação histórica de Santa Cruz.". De fato, a nosso ver, o *Jornal do NOPH*, como também *O Quarteirão*, tem por base esse objetivo e suas páginas são em maioria de artigos nesse sentido. Mas, para se manter em circulação ao longo de todos esses anos os dois periódicos tiveram que diversificar suas linhas editoriais em direção a temas de interesse cultural e de algumas notícias do bairro. Como disse o professor Fernando Campos, fazem o papel de jornais de bairro e, portanto podemos também considerá-los nessa categoria.

O perfil de um jornal de bairro, por outro lado, não pode ser traçado linearmente, considerando que os bairros possuem características próprias. Temas históricos, conforme vimos, são essenciais para um bairro como Santa Cruz, com um patrimônio visível que se remete ao Brasil Colônia. Não teria interesse em outro bairro. Outra questão que dificulta traçar perfis gerais para jornais de bairro está relacionada com a localização geográfica (zona rural, bairro dormitório) e o tamanho da população. Também, considerando que a parte noticiosa se perde com o intervalo e irregularidade das edições, esses jornais de bairro fazem composições baseada em artigos de colaboradores e matérias literárias.

A fundação da entidade NOPH, originalmente uma idéia e realização do professor Sinvaldo, como uma sociedade sem fins lucrativos, localizada numa sala da igreja matriz de Santa Cruz, permitiu a edição do seu jornal, que se mantiveram com forma e conteúdos padrões, com poucas alterações: tablóide, papel jornal, páginas variáveis segundo a ocasião, muito material fotográfico e um tratamento respeitoso nas redações. Com a saída do professor Sinvaldo e a conseqüente transferência no NOPH para a Casa da Cultura de Santa Cruz, atrelada à prefeitura do Rio de Janeiro, o jornal passou a se chamar *O Quarteirão*, em homenagem ao projeto do ecomuseu na região.

Fundamentalmente, o *Jornal do NOPH* e *O Quarteirão* não diferem na linha editorial nem tão pouco no formato e composição gráfica, o que só prova o acerto e felicidade do professor Sinvaldo após mais de 20 anos de edição. No contexto da imprensa em Santa Cruz, ambos possuem aquela respeitabilidade adquirida com a isenção dos que evitam vaidades ou polêmica. Mesmo tendo distribuição gratuita e, agora, com a vantagem do patrocínio público tem *O Quarteirão* um público leitor reduzido aos amantes das coisas históricas de Santa Cruz e, sobretudo, com a divulgação dos professores da rede de ensino local, de estudantes. É um jornal de bairro, pois trata das coisas históricas de Santa Cruz, institucional e com boa leitura entre estudiosos e estudantes da região.

IMPrensa RURAL

Um dos jornais mais importante da história da imprensa de Santa Cruz foi a *Imprensa Rural*, de Benedito de Freitas. É uma espécie de jornal de autor ou de editor, no sentido de que toda a personalidade desse apaixonado pela história de Santa Cruz está onipresente no jornal. A *Imprensa Rural* também, ao mesmo tempo em que reproduz alguns clichês típicos da imprensa santacruzense anterior trás novidades bastante interessantes.

O Jornal de Benedito de Freitas circulou por 10 anos, de 1949 a 1959, tendo saído 86 edições — para compara veja o *Santacruzense* que em pouco mais de um ano entre 1908 e 1909 editou 83 números! Começou com o subtítulo "Jornal Defensor dos Interesses da Zona Rural" até o número 21. Desde o ano 2, número 22 de 31 de maio de 1951 passa a ostentar o subtítulo de "Jornal Noticioso e Cultural".

Por anos, conforme dissemos em outra parte desse trabalho, Santa Cruz era denominada área ou região rural do município do Rio de Janeiro. Essa denominação só mudaria depois da década de 80 passadas, quando tanto a incrementação de indústrias quanto o rápido crescimento populacional, por causa da implantação de conjuntos habitacionais, tornaram inviável a produção rural local. Passou a ser conhecida então por Zona Oeste. No período em que, para desgosto de jovens santacruzenses, Santa Cruz foi conhecida como zona rural, alguns jornais adotavam o nome para título: *A imprensa Rural; A voz Ruralista*, que não era propriamente de Santa Cruz, mas mantinha seus interesses por aqui; e também um jornalzinho que circulou em 1967, como *Zona Rural em Revista*.

O título de imprensa rural na verdade nunca refletia fielmente o que era Santa Cruz nem tampouco a linha editorial do jornal. Basta ver que desde 1881, com a chegada do matadouro industrial de Santa Cruz, havia pequenas indústrias satélites e um bom contingente de assalariados na parte central do bairro ¹⁵. Na outra ponta, ao mudar o subtítulo de "Jornal Defensor dos Interesses da Zona Rural" para o de "Jornal Noticioso e Cultural", Benedito de Freitas acertou em cheio. O certo é que de "Imprensa Rural" o jornal nunca teve nada mesmo. Foi apenas um título amplo que visava uma área além de Santa Cruz, como os mais recentes "jornais da zona oeste" que são menos jornais de bairro propriamente dito e mais da extensa região oeste do município do Rio de Janeiro. — Com esse nome valia jornal de pelo menos Realengo para cima até Santa Cruz.

¹⁵ Em que pese todas as críticas pertinentes sobre poluição e corrupção, o Matadouro Industrial de Santa Cruz foi o centro do desenvolvimento do bairro.

A Imprensa Rural tem uma característica singular em relação aos jornais de bairro: foi feita no modelo *standard*, com as dimensões de um jornal de grande padrão. O editor quis certamente seguir o formato dos grandes jornais da capital. A parte de notícias acaba refletindo, de um lado, o caráter conservador do editor, tido por simpatizante anacrônico da monarquia. Há nesse sentido matérias favoráveis à igreja católica, como a estampada no n.º 43, em que saúda as "vinte mil pessoas que aclamaram a Virgem de Fátima (a imagem) em Santa Cruz"; homenagens ao bispo Dom Oton Motta, nativo de Santa Cruz; e grande divulgação do "Sexto Congresso Eucarístico Nacional", no número 47.

Curioso é a gratidão do editor com a família Guilherme da Silveira, dono da famosa fábrica Bangú. O jornal estampa na primeira página do n.º1, uma apologia ao Sr. Manoel Guilherme da Silveira, então ministro da Fazenda e, no último número, faz o mesmo com o filho desse, o Sr. Manoel Guilherme da Silveira Filho, "grande benemérito da cidade". Há uma relação muito direta com a região de Bangú, bairro da zona oeste (ou rural?) que, desde o número 72, ano 1958, passa a ter uma coluna de "Nossa Sucursal", com notícias.

O conservadorismo do editor fica bem acentuado quando ele presta homenagens aos grandes "vultos" de Santa Cruz, de acordo com uma visão de mundo divulgada em editorial, em que ele defende "uma cruzada benemérita - a formação das elites brasileiras". Em homenagem ao natalício de Octacílio Carvalho de Camará (27 de fevereiro, 1880-RS) "ao maior vulto político que Santa Cruz possuía"; idem sobre a morte do Cel. Honório de Pimentel (em Cantagalo, RJ, em 8.10.50) "conhecido político santacruzense"; na edição n.º 40, de janeiro de 1953, toda a capa do jornal se ocupa com a morte do "ex-senador Dr. Júlio Cesário de Melo"; idem homenagens a João Afro das Chagas e Maria Quitéria, na edição n.º 47.

O noticioso do jornal, por outro lado, tentou ser o mais amplo possível, com divulgação da política da capital federal, sports, sociais, assuntos culturais e sobretudo temas de interesse histórico, com extensas matérias sobre a famosa ponte dos jesuítas. Muitas matérias com o clichê "Santa Cruz abandonada", "sobre o Matadouro" e uma campanha liderada pela *Imprensa Rural*

contra a instalação de um leprosário em Santa Cruz, com o pomposo título de capa: "A Batalha de Santa Cruz". A batalha foi vencida: a comissão formada por luminares de Santa Cruz foi recebida pelo presidente Getúlio Vargas, com direito a foto na 1ª página na edição 33, de maio de 1952.

O caso acima é bem típico do caráter combativo de Benedito de Freitas, sua tendência a transformar em pessoal um fato de realidade exterior. O seu jornal é bem um jornal de editor, um jornal de Benedito de Freitas. Uma tribuna dele. Ele reage com indignação numa matéria intitulada "O Aventureiro Audacioso", sobre um cidadão que afirmou que Santa Cruz "possuía um passado que não deixa saudades" (n.º 42); e quando se sente atingido pessoalmente em seus temas mais caros (história e religião), como no artigo "Repulsa Total ao Agitador Infamante" (n.º 49, em manchete cheia).

Benedito de Freitas, já falecido, é considerado o grande historiador de Santa Cruz, com uma obra editada que inclui os 3 volumes da "História de Santa Cruz". Seus grandes temas, mesmo na *Imprensa Rural*, sempre foram os históricos, os de Santa Cruz em particular. No entanto, nos dez anos em que esteve à frente do seu jornal, vem-lo como candidato a vereador pelo Partido Libertador, no pleito de 1954. Derrotado, parece que ficou sentido ou abalado, quiçá desgostoso, como se pode ver com a suspensão abrupta do jornal: da edição n.º 59 de 1 de out. de 54, com ampla publicidade política, o jornal foi interrompido até 30 de março de 56, por quase dois anos, portanto. Era já um sinal, tão evidente entre os jornais de bairro, de que o fim estava próximo. Ele se arrastou por mais 26 números até 1959, mantendo-se fiel aos seus patronos da fábrica Bangú e aos temas da história de Santa Cruz.

Não é possível fazer uma periodização precisa dos jornais de bairro de Santa Cruz na sua relação com a história. História do Brasil, já que Santa Cruz foi parte da capital federal e é bairro do município do Rio de Janeiro, uma caixa de ressonância da vida política nacional. Ocorre que os jornais de bairros não se sustentam por tanto tempo como a *Imprensa Rural* nem como o *Grito*, com dez e catorze anos, respectivamente. Pior ainda, há grandes intervalos, com ausência de até vários anos de um único jornal. Então não podemos fazer como

no primeiro capítulo desse trabalho, em que cada notícia fictícia ou real significava mais ou menos uma época, um período ou até uma circunstância histórica.

Entre 1909 e 1959, que marca o final dos jornais, *O Santacruzense* e a *Imprensa Rural*, em cinquenta anos, portanto, saímos ou passamos por períodos tão diferenciados como a República Velha, a Revolução de 30, o golpe de Estado ou Estado Novo de Getúlio Vargas, a redemocratização e o acirramento da luta ideológica e de classe que redundaria na pior ditadura ou regime de exceção no Brasil a partir de 1964. Imaginem que, nesses cinquenta anos, tivemos pouco menos de 20 jornais conhecidos, somados os que foram preservados e aqueles somente citados.

Os jornais santacruzenses do início do século XX, no espírito progressista da época, *O Santacruzense*, o *Santa Cruz*, são muito bem compostos graficamente e fiéis ao ideário republicano dominante. Mas o *Santa Cruz*, que acaba se tornando um veículo político do coronel Honório Pimentel (Pereira Passos de Santa Cruz), o chefe político da época. Ambos introduzem algumas formas de jornalismo que passarão a serem adotadas pelos jornais de bairro posteriores em Santa Cruz: poemas, literatura, colunas de colaboradores, escasso noticiário e, salvo exceções, a picuinha do editor com o universo local: opositores, leitores, anunciantes e críticos em geral.

Dos que se enquadram, mais ou menos, na longa influência do ditador Getúlio Vargas na história do Brasil, até mesmo um pouco antes de 30 e depois de 54, uma característica que enfatizamos bastante acima, é a ideologia nacionalista que impregnou grande parte desse período, com suas hoje anacrônicas questiúnculas de "pátria" ("o último refúgio dos canalhas!"), "família". "Deus" e "honra". A maioria dos jornais desse período foi perdida, mas merecem destaque pela ênfase, os da imprensa estudantil, o *Semeador* e o *Estudante*, curiosamente de dois professores.

O JORNALISMO POLÍTICO E IDEOLÓGICO

Fizemos de 1949 um divisor de águas, pois o jornal de Benedito de Freitas constitui-se também como singularidade na história da imprensa de Santa Cruz. *A Imprensa Rural* circulou por dez anos naquela característica de irregularidades na frequência, com até mais de um ano em latência. Tinha um modelo *standard*, o que é raro e que não foi imitado. Tinha a cara ou a forte presença do editor, capaz de personalizar ou trazer para si a realidade exterior, fazendo o que chamamos aqui de "jornal de editor". E, *last but no least*, a apresentação sistemática dos temas históricos no jornal, que seriam depois burilados nos seus diversos livros que escreveu.

Repetimos, não se pode fazer uma periodização precisa desse nosso tema. Alias, não há, a rigor, nenhuma periodização precisa. Criam-se convenções para distinguir ou facilitar a interpretação. Quando começa a Antigüidade? O Brasil Colônia termina quando? O Estado Novo durou 8 anos somente? Isso daria uma larga discussão. Aqui e agora o nosso objetivo é apenas simplificar a compreensão da história e memória de Santa Cruz através dos pequenos jornais de bairros, fazendo algumas analogias pertinentes.

Os jornais *O Progressista* de 1961, *O Comunidade* de 79 e *O Suburbano* de 86 se encaixam nesses modelos analógicos. Do primeiro poucos podem falar, além do que soubemos pelo próprio editor, pouco antes de falecer, numa entrevista a respeito. O segundo está numa edição completa, encadernada no NPH de Santa Cruz e também terá sobre ele reproduzida parte de uma entrevista por e-mail com seu editor, que vive fora do Rio de Janeiro. Do terceiro, há uma coleção particular com o editor.

O que os permite compará-los e reuni-los num período de tempo, a nosso ver, é que eles têm uma característica bastante relevante para a história e memória política do bairro: foram jornais que tiveram editores de esquerda, afinados com um pensamento político voltado à transformação da realidade social através da ruptura com o *status quo*. Pelo *Progressista*, o editor Eneas Pereira divulgava a linha do PCB; do *Comunidade*, o editor Roberto Melo era

representante local das tendências da nova esquerda que abraçaria o PT; e pelo *Suburbano*, o editor se posicionava no campo marxista. Todos esses jornais, é claro, mantinham características gerais de jornais de bairro, a despeito de suas posturas políticas ou ideológicas.

O Progressista circulou em Santa Cruz entre 1961 e inícios de 64. Era um “jornal de fachada”, para divulgar temas de interesse do famoso Partidão, que tinha uma “célula” bastante conhecida em Campo Grande, bairro vizinho e de maior desenvolvimento comercial do que Santa Cruz. Com isso, *O Progressista*, de acordo com as matérias ou opiniões inseridas, se era favoráveis à causa comunista, também circulava por adjacências de Santa Cruz e Campo Grande, no conhecido trabalho dos militantes de divulgar e discutir matérias de jornais pró-comunistas. Funcionava às vezes como um panfleto ou até mesmo porta voz dos comunistas na região.

Note-se que entre 61 e 64 havia grande efervescência política, com total liberdade democrática e de manifestação, característica de um período pré-revolucionário, segundo uma compreensão marxista. Na área da *mídia* impressa, tanto em jornais, revistas e livros, não havia restrições. Dizia-se e publicava-se à larga teses e antíteses sobre como deveria ser a sociedade brasileira e qual o rumo a ser seguido. Nesse contexto, não chega a ser surpreendente o *Progressista* ter sido um jornal pró-comunista, relacionado com o PCB e editado por um jovem idealista.

O que surpreende no *Progressista*, segundo versão oral, é que ele reproduzia matérias das agências de notícias da União Soviética, geralmente de caráter científico e progressista do mundo comunista, no auge da Guerra Fria. Imagine o que significa um jornal de bairro de Santa Cruz veicular matérias de um dos lados da disputa hegemônica entre URSS e os EUA, que praticamente dividiam as opiniões no mundo! Esse fato é realmente singular e merece ser lembrado.

Não sobrou nenhum exemplar de *O Progressista* para que pudéssemos melhor compreendê-lo no contexto da época e de sua importância para a história da imprensa de

Santa Cruz. Eneas, o editor, não conseguiu encontrar o único exemplar que ele seguidamente afirmou ter em casa, junto ou escondido com diversos materiais impressos e manuscritos que acumulou como jornalista e escritor. O mais provável, considerando as pelo menos três verificações que ele fez após insistente solicitação, é que esse único exemplar tenha sido também destruído, após abril de 1964.

Foram 19 edições de *O Progressista* entre 61 e 64, o que o torna igual aos outros jornais de bairro, irregulares quanto à frequência e periodicidade. Foram destruídos, pois ninguém quis se arriscar a guardar exemplares de jornais pró-comunistas, com reprodução de matérias da União Soviética, numa época que se afigurava como de brutal exceção, torturas e perseguições políticas. Numa comunidade como Santa Cruz, com base da Aeronáutica e quartel do Exército, nitidamente conservadora, seria surpreendente que alguém se arriscasse a ter em casa tamanho flagrante, para registro histórico ou recordação sentimental, como fez a professora Amélia na década de 30, ao recortar os seus artigos publicados. Oxalá esse exemplar que o professor Eneas jurou ter guardado surja no espólio do seu acervo, agora que ele está morto.

No final dos anos 70, com a perspectiva de um fim para o regime militar no horizonte, com as liberdades democráticas gradualmente sendo restabelecidas, o debate sobre política e vida nacional ganhou força. Também em Santa Cruz isso resultou em reuniões abertas entre velhos e jovens democratas ou idealistas. Foi nesse contexto que o jornal *Comunidade* foi gestado, vindo à luz em janeiro de 1980, como mensário. Enquanto *O Progressista* dos inícios dos anos 60 tinha uma postura de esquerda definida em prol do comunismo, já que era afim ao PCB, o *Comunidade* do início dos anos 90 se abriu para que diversas tendências de esquerda expressassem suas opiniões. *O Progressista* acabou no auge da democracia brasileira com o golpe militar. O *Comunidade* se iniciou justamente no período de redemocratização da sociedade brasileira.

Como os outros jornais de bairro o *Comunidade* teve problemas para manter a regularidades nas edições. Foram 43 em 4 anos. Conforme seu editor, tinha 1000 exemplares

de tiragem (100 até chegar a 1000) ¹⁶, em formato ofício, preto e branco em papel jornal e sulfite (um tipo de papel grosso), depois. Essa informação é importante para caracterizar o trabalho de feitura artesanal do jornal, num trabalho lento e tedioso, para quem acompanhava o editor colar as matérias e fazer os títulos, recortados de letras de diversos tamanhos (fonte), na "boneca" que iria para uma pequena gráfica. O jornal ficava parecido com um grande boletim em papel grosso, sem fotografias e visivelmente datilografado em máquina de escrever portátil.

De todos os jornais de bairro de Santa Cruz esse foi sem dúvida o mais rudimentar na forma e meio amador no conteúdo, na composição das matérias por página. Tudo nele era meio idealista e romântico. Reflexo sem dúvida da imaturidade e, por que não dizer, incapacidade do editor de fazer um jornal com cara de jornal, pelo menos. E o curioso disso tudo é que o editor era jornalista recém formado que deve ter tentado aplicar alguns métodos de feitura artesanal de jornal que ele aprendeu na escola de jornalismo. Com toda essa técnica ultrapassada e personalista do editor, o jornal se arrastava lentamente por todo o mês até ir para a gráfica. Os atrasos não eram raros e às vezes surgiam pérolas como essa:

Como o jornal já estava indo para a gráfica a informação (a saída do general Golbery do Couto e Silva) se perdeu num fim de semana ensolarado deste início de agosto.

(ano 2, nº 19)

Não se pode evidentemente analisar ou julgar O *Comunidade* por suas deficiências técnicas. A sua importância para a história da imprensa de Santa Cruz, para a história e memória política do bairro é inegável. A verdade é que o jornal era de oposição, de esquerda e que tinha uma militância em torno de si, para divulgá-lo. Em Santa Cruz, o jornal

¹⁶ Do jeito artesanal que era feito, o *Comunidade* teria tido, no pico de sua existência, até 1000 exemplares por edição. No entanto, conforme um colaborador que entrevistamos (Tadeu de Freitas-cf. Cap. 3), ele começou com 100 exemplares. Como era vendido e havia encalhes, o número de exemplares foi sempre abaixo dos 1000.

adquiriu a fama de um órgão que incomodava o *status quo*, principalmente figurões conservadores ou reacionários do bairro.

Essa tendência de esquerda se refletia num amplo espectro formado por colaboradores diversos, em colunas, colunetas, artigos, artiguinhos, cartas e respostas indignadas de alguns citados. Fizemos uma contagem, edição por edição, para ver números sobre a quantidade de colaboradores do jornal, uma característica do *Comunidade*, que salta à vista à qualquer manuseio. Nas edições 22 e 30, por exemplo, contamos o surpreendente número de 17 colaboradores, em ambas. A média total do jornal é de cerca de dez colaboradores por edição! Isso num jornal com oito ou no máximo doze páginas.

Dá para explicar o excessivo número de matérias assinadas nas edições do *Comunidade* pelo estilo ou capacidade do editor, por um lado, mais interessado em montar o jornal do que desenvolver matérias diversificadas sobre o bairro (o noticioso era mínimo ou até inexistente). Até mesmo o editorial, uma espécie de "artigo de fundo", uma tradição nos jornais de bairro de Santa Cruz, às vezes deixava de ser feito. Como disse o editor em entrevista, o jornal "trabalhava na ótica das denúncias", daí a confusão sobre a linha editorial, ora de ataques pessoais aos representantes do chaguismo em Santa Cruz (contra o governador Chagas Freitas, excrecência do regime militar e corrupto), ora de matérias políticas, denunciando fatos políticos, inclusive nacionais. É o caso do editorial mais contundente do jornal acerca do movimento à época, intitulado "Onde Estão os Culpados, Excelência":

Essa conversa de infiltração comunista já se arrasta há vários anos. Sempre que o regime se afunda em alguma crise logo busca nos comunistas o seu bode expiatório.

(Ano 2, nº 17)

As condições políticas de 1981, quando o editorial foi publicado, eram favoráveis às críticas contundentes ao I Exército, na defensiva contra a avalanche de fatos

publicados na grande imprensa sobre os abusos do poder (terrorismo de Estado, torturas). Sem dúvida que para um jornalzinho de Santa Cruz, mesmo de esquerda, foi uma grande coragem a publicação desse editorial. O editor disse que houve certa tensão na época (cf. Entrevista cap. 3).

No final, *O Comunidade* fez o seu papel de jornal de esquerda no contexto inicial da luta pela redemocratização no Brasil. Teve lá sua função de panfleto político contra o chaguismo em Santa Cruz. Graças aos colaboradores e simpatizantes do jornal, bem ou mal um veículo de comunicação crítico, num momento em que a luta para derrubar o que restava de ditadura militar era uma luta de todos.

Em 82, ano 2 do jornal, Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro pela primeira vez e, como um tornado, fez um vereador e um deputado estadual por Santa Cruz. Façanha única na história política do bairro. O jornal, na pessoa do editor e com colaborares, patrocinou ou organizou um debate entre os candidatos numa escola local, todo ele transcrito na edição de 29 de agosto, numa demonstração de liberdade de imprensa ou de compromisso com ela. Era mais uma demonstração do primarismo jornalístico do *Comunidade*, que compunha edições com mais de dois terços do jornal com entrevista de pergunta e resposta, transcritas integralmente.

Atrasos nas edições, menos colaboradores e mudança na atividade profissional do editor, que passou a trabalhar para o vereador eleito, que fora colaborador do jornal, o alimentado com matérias antichaguistas, acabaram por tirar de cena o *Comunidade*. Foi um movimento parecido com o que já narramos anteriormente sobre o final melancólico de alguns jornais de bairro de Santa Cruz. No último número, já bastante descaracterizado como jornal de esquerda, apareceu até, pela primeira vez, anúncio na capa! Foi o 40º, do ano 4 em 1983. Na capa, estampava teimosamente o preço de 100 cruzeiros o exemplar, em tamanho ou fonte 14, o que, nas novas circunstâncias, já com poucos simpatizantes e sem militantes, significava encalhe certo.

Os jornais de bairro costumam se extinguir por alguns motivos bem conhecidos, alguns já citados acima, como o desencanto ou o fracasso do editor. Mas para jornais como o *Comunidade*, bem como *O Progressista* e *O Suburbano*, a extinção é quase certa quando mudam as circunstâncias políticas que os engendraram.. Ou melhor, quando são ultrapassados por fatos políticos, movimentos sociais ou tendências que lhe davam legitimidade, de quem eram representantes na comunicação de *mídia* impressa. Apareceu ou desapareceu. *O Progressista*, no auge da efervescência revolucionária no Brasil e com a ditadura militar. O *Comunidade*, no processo de redemocratização e com a vitória do populismo no Rio de Janeiro. *O Suburbano*, na campanha derrotada de Darcy Ribeiro para governador do Rio de Janeiro e com o descrédito político.

Há uma clara relação dos jornais de bairro com a atividade política do momento. É quase inevitável que o jornal ou represente os interesses políticos do editor ou os de algum político, partido político ou movimento político. É fato que alguns editores foram candidatos a cargo legislativo, como Benedito de Freitas e Eneas Pereira. Que jornais com *O Santa Cruz* (republicano até o osso) e *O Comunidade* (antichaguista raivoso) foram importantes na representação desses movimentos políticos em Santa Cruz. Mesmo os que se dizem histórico e cultural (*O Jornal do NOPH* e *Imprensa Rural*) não deixam de fazer representação política, na medida em que enaltecem personalidades locais, as elites. — *The Mind and Society, apud Dicionário de Ciências. Sociais*, p. 389: "... pessoas que apresentem os mais elevados índices no seu ramo de atividade"; designa "um grupo de pessoas eminentes num determinado campo".

O objetivo declarado dos jornais de bairro é em geral representar ou defender os interesses locais, da chamada comunidade. Dizem que não estão a serviço de partidos políticos ou de candidatos. Alguns se afirmam pluralistas, progressistas, democratas e isentos de interesses senão os da área que representam. Pretendem ser a voz que vai reivindicar direitos, que vai denunciar iniquidade e que também veiculará cultura e vida social no e do bairro. É evidente que tudo isso são exemplos típico ideal do que caracteriza os jornais de bairro. No miúdo, conforme vimos, inevitavelmente acabam tomando partido por algo ou alguém. Afinal,

um jornal de bairro funciona dentro de um universo social restrito, pequeno e onde todos os envolvidos são conhecidos, mais ou menos.

Do *Suburbano*, que teve três edições mensais em 1986, antes das eleições estaduais no Rio de Janeiro, apenas tentaremos localizá-lo nesse contexto de jornais políticos. Quanto a sua definição editorial não há dúvida de que foi o mais político dos jornais de bairro de Santa Cruz. Basta comprovar: as páginas 2 e 3 tinham só matérias políticas, as 4 e 5 foram de entrevistas com personalidades políticas do bairro, e a última página, a 8, também era de política, no estilo de tópicos curtos sobre política local, regional e até internacional. Tudo isso num tablóide com 8 páginas, o que dava uns dois terços ou mais de matérias políticas elaboradas não por colaboradores, mas pelo editor.

No outro terço do jornal havia um pouco de notícias e uma página, a sétima, que era intitulada "Revista da Mulher". Essa página foi uma inovação na imprensa local pela ousadia das matérias, inclusive com uma série de artigos sobre "o orgasmo feminino", que suscitou polêmicas. Nessas páginas 6 e 7 repetia-se, mais ou menos, o mesmo conteúdo típico de jornais de bairro: notícias com tratamento de matérias para edição mensal e matérias culturais e literárias, com os indefectíveis poemas. No caso, poemas eróticos feito por mulheres.

Na parte técnica *O Suburbano* teve um profissional para fazer a diagramação do jornal, o que o tornou, em 1986, um jornal de bairro dos mais bem elaborados quanto à forma dos que existiram na região. Era rodada na gráfica do jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, e tinha tiragem de 3.000 exemplares (mais por causa da relação custo-benefício imposta pela *Tribuna*). Havia preço na capa, mas a distribuição era gratuita -- no geral, nunca funcionou a cobrança de jornais de bairro, como já repetimos *ad nauseam*.

O Suburbano teve como colaborador um pintor que despontava em Santa Cruz como grande artista, o Lui Fer. Ele fez o logotipo de jornal, com idéia sugerida pelo editor: um trem elétrico estilizado, tomando o campo alto da capa, sob as janelinhas as letras do nome em negrito e abaixo as convenções de praxe e o preço. Tudo muito bem feito, deixando

clara a relação do jornal com a região da Central do Brasil e sua linha férrea 42. O pintor fez também dois bicos de pena para a capa, com retratos de dois políticos entrevistados, também uma inovação em jornais de bairro. No terceiro número foi feita uma outra inovação: colocou-se uma foto em tamanho grande de uma mulher bonita de biquíni na capa, que havia sido eleita "miss primavera de Santa Cruz". Posteriormente vimos tornarem-se banais jornais da grande imprensa estampar na primeira página fotos de modelos.

Do *Suburbano* pode-se dizer que foi um jornalzinho de bairro que imitou algumas *mídias* de sucesso no Rio de Janeiro. O tratamento das matérias políticas seguia a forma de cadernos de opinião. As entrevistas tinham pontos soltos em destaque, eram bem focadas e imitavam as que eram feitas no *Jornal do Brasil*. A "Revista da Mulher", com temas ousados, era feita segundo modelo da revista *Playboy*. Enfim, de resto tinha boa composição e impressão, diagramado por um profissional do ramo, com boa exposição fotográfica. Como tal, no entanto, *O Suburbano* teve apenas três edições até as eleições de 1986 - setembro, outubro e novembro.

A idéia era a de um jornal em que a esquerda tivesse representação em Santa Cruz durante o período eleitoral. Assim, *O Suburbano* voltou a circular em Santa Cruz até as vésperas das eleições municipais de 2000. Devido a dificuldades para obter recursos para a edição no formato tablóide anterior, o jornal virou uma espécie de *dazibao* (jornal de muro e de poste), com a "boneca" sendo feita em papel ofício. As pequenas matérias eram manuscritas, envolvendo uma foto central de uma modelo em pose sensual, geralmente recortada de jornais e revistas do Rio de Janeiro. As cópias xerocadas eram então coladas em lugares como postes, paredes e bares de Santa Cruz, o que gerou uma razoável repercussão. Todo o trabalho era individualizado, feito apenas pelo editor.

O Suburbano, para usar uma expressão popular, já era! Como já era, a nosso ver, um tipo de jornal de bairro político e idealista. Note-se que Santa Cruz já não tem mais, e isso há bastante tempo, características de um bairro em que as idéias circulavam em torno de um grupo de pessoas influentes de alguma forma, que tinham contato pessoal e que formavam

uma massa crítica. Hoje Santa Cruz tem mais de 300 mil habitantes. Boa parte das pessoas influentes na região vive agora em outros bairros. Outras, de fora, fixaram residência e negócios no bairro e desconhecem a importância da história e dos jornalzinhos de conteúdo político. Outras mídias surgiram para ocupar espaços. A nível local, a comunicação foi transferida para as rádios comunitárias e piratas, fenômeno dominante nesse primeiro lustro do século XXI em Santa Cruz.

O CHEFE POLÍTICO

As dimensões da chefia política em Santa Cruz. A história da imprensa em Santa Cruz revela ou desvela uma estreita ligação do jornal de bairro com o poder político constituído, representado pela figura de uma *persona* que pode se distinguir como carismática, autoritária (como um "pai"), folclórica e até mesmo absurda. O jornal quase sempre funciona como o órgão divulgador das obras e defensor das idéias do chefe político local. Típico caso de Santa Cruz.

Do lado da oposição, quando esta existe articulada concomitantemente com um jornal de bairro, a questão é justamente o contrário: denunciar a falta de obras ou, se elas também existem, descaracterizá-las. E, também, por outro lado, criticar as posições ideológicas e políticas do chefe ou do partido deste. Isso nos faz recordar uma das máximas das oposições contra um ou qualquer chefe político, sintetizadas magistralmente por Carlos Lacerda contra Getúlio Vargas: — vamos impugnar a sua candidatura: se candidato, vamos combatê-lo; se eleito, vamos impedir a sua posse; se empoçado, faremos tudo para destituí-lo (aqui com um pouco de liberdade sobre o estilo de oposição ao chefe político, ou uma paráfrase do que disse Lacerda num dos seus discursos inflamados, mais interessados no efeito, impacto ou forma literária, do que na verdade propriamente dita).

Lacerda "infernizou" o governo Vargas até levá-lo ao suicídio - claro que Vargas se sentiu encurralado justamente por não poder responder por seus homens de confiança (Gregório *et caterva*). Ao se matar com um tiro no coração, previamente definido com o médico sobre onde disparar o revólver, Vargas fez o papel do chefe político ideal ao se responsabilizar pelas falhas dos seus homens de confiança. Sem poder encobri-los, optou pelo suicídio.

O chefe político desperta paixões e ódios. Maior será se o que prevalecer for o amor, a admiração, a servilidade e a idolatria. Com Vargas, até mesmo para os historiadores revisionistas de esquerda, se prevalece ou fortalece a idéia de um grande homem, estadista.

Mesmo nas instâncias menores como um insignificante bairro suburbano do município do Rio de Janeiro, o conceito de chefe político mantém algumas características essenciais. A fidelidade canina é uma delas. O chefe local, a guisa de chacotas e "brincadeiras" com um correligionário fiel, humilha e avacalha impunemente. Estrondosas gargalhadas, seguidas do vexame de quem sofre a ação, tapinhas nas costas e uma demonstração tardia de que "era tudo brincadeira" faz retornar a normalidade. Isto é: a manutenção da fidelidade. É como bater num cão e depois chamá-lo para ser acariciado.

Nos subúrbios como Santa Cruz, ainda hoje em menor grau, há um contato direto do político com o povo, com seus correligionários e/ou apadrinhados. È comum a "audiência" na própria casa do vereador ou deputado estadual. Formam-se filas. Os cabos eleitorais encaminham prioritariamente seus conhecidos. Os chefes ou chefetes, para usar uma expressão antiga que sugere afetação, "tomam ares", zanga-se, brinca, faz às vezes o papel de "pai", como é do gosto dos mais simples, dos pedintes. Ter a casa cheia de pedintes disse nosso entrevistado João do Inferninho, que foi cabo eleitoral do chefe político Pedro Ferreira em Santa Cruz, significa ser amado pelo povo.

O favorecimento, a ajuda, uma esperança é o que pede o povo. Também nos subúrbios do Rio e não só nos grotões do Brasil, desejam-se soluções imediatas: — "quem tem fome tem pressa", dizia o sociólogo Betinho. Parafraseando-o diríamos também que há pressa

para o emprego, para enterrar o morto ou para fazer justiça. Tudo isso é atribuição do chefe político local. Se ele resolve qualquer um desses ou outros problemas, torna-se quase onipotente, um deus ou lenda. Um dos mais famosos chefes políticos de Santa Cruz, que será bastante lembrado neste capítulo, o deputado Pedro Ferreira é até hoje lembrado como exemplo de grande político, há mais de 20 anos da sua morte. Em 1908 dizia-se a respeito de um chefe político de Santa Cruz que ele promete e faz.

Além de distribuir favores, o que o torna amado, o chefe político de uma pequena comunidade como Santa Cruz exerce ou exercia um poder discricionário: para ele, arbitrariamente, há amigos e inimigos!

Para os primeiros, seus correligionários mais próximos, que compõe seu entourage, sua *patota*, tudo, todos os favores e benefícios possíveis. Aos segundos, o peso do ódio, da perseguição, do avacalhamento. Nesse ponto, sem exagero, é que vemos claramente o papel político dos jornais de bairro de Santa Cruz — ver, por exemplo, o artigo "Cho! Moscas!", número 20 de *O Santacruzense*, ou "O mestre piolho", no *Santa Cruz*, que constitui modelos de artigos de jornal visando esmigalhar o adversário.

Favoritismo e impreguisismo ao nível municipal e estadual foram largamente usados em Santa Cruz, aproveitando-se, por parte dos chefes políticos, das respectivas repartições instalados: Matadouro Municipal, Hospital Estadual, CEDAE, COMLURB e XIX Região Administrativa-R.A. É o fenômeno do inchaço da máquina pública, ainda com total poder no Brasil, variando apenas em grau numa escala em que os índices de corrupção estão muito acima do zero.

Nessa dimensão essencial que caracteriza a chefia política, a que favorece e emprega os amigos e correligionários, a cota de Santa Cruz pode ser medida pelas denúncias publicadas na imprensa local sobre os "funcionários fantasmas" da XIX R.A.: se todos os que estivessem na folha de pagamento comparecessem ao trabalho, simplesmente não haveria espaço físico para que eles se locomovessem! Essa denuncia é do jornal *Comunidade* de Santa Cruz no

final dos anos 70. Mas essa realidade é diferente do que ocorre na Câmara Municipal do Rio, ou Federal de Brasília? Com as denúncias dos jornais de oposição, favoritos empregados do chefe político local ficavam então a descobertos na sua prática corrupta e ilegal. A imprensa local, de oposição, incomodava, sofria ameaças. E, num local pequeno em que todos se conhecem, havia momentos para se denunciar e para se calar, que ninguém é bobo de levar surras ou tiros dos que certamente vão ficar impune.

É claro que a coisa toda é endêmica em todo o Brasil. O campeão maior que revela essa característicada política em Santa Cruz é sem dúvida o Matadouro, que já desde a sua inauguração em 1881 se constituiu como um joguete na mão de políticos inescrupulosos ou onipotentes, no fim do Império e nos primeiros anos da República. Um exemplo aí é o do Cel. Honório Pimentel, intendente e típico chefe político local. O homem forte de Santa Cruz na República Velha.

Como dizia o "Boca do inferno", o poeta Gregório de Mattos, "mudam-se apenas as moscas". "Cho! Moscas!" — Bradava o editorialista de *O Santacruzense* em 1908, irritado com as críticas. Ainda hoje os políticos "dão um jeitinho" de encaixar no serviço público seus favoritos e correligionários: às vésperas das eleições municipais de 2004 alguns políticos locais tiveram uma cota para empregar os amigos em instalações públicas inauguradas às pressas, como a "Cidade da criança" e a "Vila Olímpica", ambas em Santa Cruz. O jeitinho agora é "tercerizar" até tornar efetivo o empregado amigo do político local. Este, por sua vez, pode estar atrelado ao chefe maior, que tanto pode ser o prefeito como um secretário de Estado, ou alguém do auto escalão do poder. Em 2005 o presidente da Câmara Federal em Brasil defendeu descaradamente o nepotismo ao empregar seus parentes.

Outra característica do chefe político é que ele "controla uma organização intitulada máquina política". Trata-se aí de uma instância de nível mais elevado. Historicamente, quem talvez tenha exercido melhor esse papel em Santa Cruz foi o senador Octacílio Camará, nome de avenida importante no bairro. Esse, apesar de não ser propriamente um político de Santa

Cruz, exerceu uma enorme influência nas primeiras décadas do século XX, praticamente delineando os rumos da política local.

A largos traços, pode se dizer que a pressão de máquinas política em Santa Cruz ocorreu de forma variável ao longo da história, republicana é claro. Em todos os casos havia uma relação do político local com o detentor do poder na capital do Rio de Janeiro. Às vezes personalizadas, outras ideologizadas ou partidarizadas.

Na primeira instância inscrevem-se as relações de chefes políticos, como o Coronel Honório Pimentel e como o super prefeito Pereira Passos. Ou de próceres locais que idolatravam o super ditador Getúlio Vargas. Em ambos os casos essa relação personalizada encobre o que realmente estava por trás: o poder de pressão da máquina política, para nomear, demitir, louvar ou achincalhar.

Não se pode deixar escapar aqui os limites dessas relações políticas com referência a Santa Cruz. Isto é, de como a política acontece ou se resolve num bairro tão singular como Santa Cruz. E mais, dessa relação de subordinação política do subúrbio com referência ou centro do poder. No caso, de um poder representativo da capital do Brasil e, mais recentemente, desde 1975, da capital e/ou Município do Rio de Janeiro.

Quando são as relações da máquina política com ideologias e partidos políticos, de acordo com o segundo caso apresentado acima, os políticos locais, de Santa Cruz, aderem sem restrições. Para citar dois fenômenos políticos recentes, tornam-se chaguistas ou brizolistas: o primeiro em Santa Cruz, atrelado ao governo corrupto do governador Chagas Freitas, nos anos finais do também corrupto governo da ditadura militar; o segundo ligado ao revanchismo populista de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

Tanto o chaguismo quanto o brizolismo tiveram em Santa Cruz adeptos fervorosos e inimigos figalçais. O primeiro ganhou a pecha de ser corrupto e o segundo de ser incompetente. Ambos estão mais ligados às personalidades políticas que ou de onde derivam os nomes, do que

aos partidos políticos que representaram o PMDB e o PDT. Como sempre ocorre no Brasil, a personalidade política se sobrepõe e até ultrapassa o sentido partidário. Ver, por exemplo, o caso do presidente Lula da Silva estar além do governo e do partido que o elegeu, segundo projeções de pesquisas.

Para explorar um pouco mais a função da máquina política chaguista e brizolista em Santa Cruz, na pecha corrupto/incompetente, pode-se dizer de como o chaguismo inchou e manteve uma folha de funcionários fantasmas nos órgãos municipais e estaduais em Santa Cruz e de como o brizolismo ao pretender combater a corrupção desmontou e tornou inoperantes os mesmos órgãos. O exemplo mais simbólico é sem dúvida o do antigo Matadouro Industrial de Santa Cruz, por tudo que ele representou para o bairro. De um lado, a sobrevivência que o chaguismo deu ao Matadouro, prorrogando sua morte certa, possibilitou a enorme popularidade de Pedro Ferreira e Itagoré Barreto como chefes políticos locais. Por outro lado, o fechamento do mesmo, como questão de honra para os brizolistas vitoriosos desde 1982, resultou em mágoas e acusação de incompetência, até mesmo por deixar ociosas, mas remuneradas, a massa de trabalhadores fantasmas.

Na imprensa local do bairro de Santa Cruz chaguismo e brizolismo tiveram grandes destaques. O editor do jornal dos anos 80 *Comunidade* ao ser instado a dizer o que caracterizaria melhor o jornal disse ser ele "profundamente anti-chaguista". Ser anti-chaguista, note bem, não implicava ser necessariamente brizolistas. Às vezes muito pelo contrário, um jornal que foi tachado de brizolista, à revelia do editor, foi *O suburbano* que circulou inicialmente como tablóide desde 1986.

O chefe político local, a despeito de sua afinidade partidária ou ideológica, é movido por um interesse pessoal. Qual? Quais? Diríamos que pelo poder e suas variantes: autoridade, vaidade, luxúria e ganância econômica. É uma espécie de "os quatro pecados capitais" que podem tornar o chefe político uma pessoa odiosa para os seus adversários. Nesse sentido é quase impossível haver unanimidade. Gosta-se ou desgosta-se. Ama-se ou odeia-se. Nossos chefetes

aqui de Santa Cruz, a julgar pelos jornais contra ou a favor, bem como também por depoimentos mais recentes, vivenciaram essa dicotomia.

É curioso que quando um desses "pecados" encontra-se ausente na biografia de um chefe político isto o torna quase que um "santo". Não ter enriquecido na política, por exemplo, é o máximo de honradez e honestidade. É o caso do deputado e intendente Júlio Cesário de Melo, exaltado por esse "feito" realmente surpreendente na política (Ao nível nacional, houve um caso desses raros, considerando o que é quase que o fim último da política brasileira, na figura de Aureliano Chaves, político mineiro ligado à ditadura militar - foi vice-presidente civil, cargo decorativo). Esse chefe político de Santa Cruz, conhecido por Dr. Julinho, o que também surpreende, ganhou estátua e nome de rua.

No geral, para usar uma expressão popular, "todos são ladrões". Se não roubam para si, roubam para sustentar o caríssimo custo do poder pessoal, para os familiares ou para os correligionários. As exceções então são louvadas quase que ao nível de santidade. Claro que se trata ai do ponto de vista da oposição: como chamar de "ladrão" no Brasil não é ofensa, considerando-se que a coisa pública (*res publica*) não pertence a ninguém, assim é o imaginário de muitos, o negócio é vasculhar a vida pessoal do chefe político, se for necessário ou o caso de desmoralizá-lo. De um diz-se que nomeava amante ou cobrava favores sexuais em troca de favores políticos. De outro a acusação é a de ligação com o crime. De vaidade. De burrice. De perversão. Enfim, tipos sociológicos comuns à classe política, não somente em Santa Cruz. Nem sempre a oposição podia provar que tais acusações não passavam de "calúnia, injúria e difamação".

Fica claro também que por trás de uma ação movida por interesses pessoais, na política, não necessariamente chega a ser ilegal ou imoral. A situação então contra-ataca através dos jornais de bairro. Cria-se um debate que às vezes pode até descambar para a violência, enriquecedor para a história política local. Trava-se até uma luta política acirrada pelo poder de ser o representante do prefeito, ou o representante do povo na Câmara ou Assembléia do Rio de

Janeiro. Os registros dessas lutas políticas encontram-se nos jornais de bairro da época ou contemporâneos, conforme veremos.

Vejamos uma quarta dimensão própria à análise do chefe político: o uso do poder irresponsável. Tratar a coisa pública (*res publica*) como coisa própria (*cosa nostra*). Essa dimensão comum à política nacional, talvez comum à política em geral com variações de graus, também esteve e está presente em Santa Cruz, alimentada quase sempre pela máquina do governo, municipal ou estadual.

Num caso, entre outros, de uso do poder irresponsável, ou de abuso do poder, o que dá no mesmo, bastante comentado e registrado como denuncia no jornal *Comunidade*, foi o do deputado Pedro Ferreira, que construiu um prédio de 3 andares nas esquinas das ruas Lopes Moura e Pedro I, bem no centro de Santa Cruz, desrespeitando claramente as posturas municipais, uma vez que ele ignorou as normas para o afastamento do prédio em relação a rua, invadindo a área da calçada. Apesar das irregularidades, o deputado que era todo poderoso à época, não só não foi punido, como viu seu prédio se expandir por todo lado do quarteirão.

Antes, como agora, fato comum em Santa Cruz e nos subúrbios do Rio de Janeiro, usa-se e abusa-se do poder público de forma irresponsável, para favorecer currais eleitorais de candidatos a cargos legislativos. Asfaltam-se becos. Manilham-se valas a céu aberto. Iluminam-se áreas de condomínios particulares. Constróem-se quadras irregulares para esporte em terrenos abandonados. Enfim, uma série de irregularidades pedidas ao nível local e cedidas pela Prefeitura ou governo do Estado à custa dos cofres públicos. Esses fatos se repetiram nas eleições municipais de 2004 em Santa Cruz. E sabe-se lá até quando se repetirão.

Bom, talvez devêssemos dizer também que o uso do poder irresponsável pelos chefes políticos locais inclui mandos e desmandos à revelia de leis ou de autoridades menores de Santa Cruz. Mandar soltar um correligionário que cometeu um pequeno crime. Ameaçar ou mandar surrar um opositor que faz alarde contra o chefe político e até ameaçar empastelar um jornal de bairro ou fazer calar o seu editor "na marra" eram práticas comuns. Diríamos que o

favoritismo, o controle da máquina política local, o interesse pessoal e o uso do poder irresponsável são facetas do chefe político. E tudo isso não só tem a ver com a memória política do bairro como também com a própria existência dos jornais de bairro.

CAPITULO 3

MEMÓRIAS DO JORNALISMO EM SANTA CRUZ

Em 2005 Santa Cruz teve duas grandes perdas dentre os que fizeram história no jornalismo de bairro. O primeiro foi o professor Eneas Pereira, apaixonado pelo jornalismo e editor dos jornais *O Progressista* e *O Grito* — ambos, como os títulos indicam, foram jornais com preocupação de mudanças sociais. A segunda perda foi a do professor Francisco José Antônio, editor de jornais como *Zona Rural em Revista* e *O Motinha*, também um apaixonado por Santa Cruz e pelo jornalismo como instrumento de educação.

Os professores Eneas e Francisco fazem parte de um grupo de pessoas que fizeram avançar Santa Cruz a partir de uma motivação verdadeiramente idealista que é a feitura de um jornal de bairro. De Eneas, morto na Estrada Rio-Santos, vamos transcrever parte das entrevistas gravadas que ele nos concedeu sobre o tema desse trabalho. Do Professor Francisco, cuja doença e morte repentina frustrou nossas entrevistas, resta esperar a abertura do seu acervo bibliográfico para que sua memória seja divulgada.

A importância de resgatar a história de bairros tradicionais como Santa Cruz através das memórias dos seus agentes tem sido cada vez mais valorizada. É também uma possibilidade de comunicação direta com personagens significativos, atuantes e envolvidos com o fato histórico. É mais do que uma leitura de um trabalho de história local feita por pesquisadores. É nesse sentido que transcreveremos, com comentários, trechos das memórias de alguns agentes que de certa forma, por sua ação singular com o fato, dá sentido a essa nossa memória e história política

de Santa Cruz vista através dos pequenos jornais de bairro. Pequenas informações biográficas dirão da relação de Eneas Pereira, Sinvaldo do Nascimento Souza, Roberto Melo, Alvacyr Bellis, Tadeu de Freitas e João Moreira dos Anjos com o jornalismo em Santa Cruz.

ENEAS PEREIRA: Paixão pelo Jornalismo

Conseguir a façanha de fazer quase 700 edições em 14 anos de atividade num jornal de bairro de Santa Cruz é realmente um fato digno de nota. No caso aqui se trata de *O Grito*. Mas Eneas, jornalista formado, o que também não é comum entre os editores locais, começou sua trajetória no início dos anos 60 passados, com a criação do *Progressista*, ousado porque comunista num bairro que se caracteriza pelo seu conservadorismo.

— **Minha motivação para criar o Progressista? Houve primeiro uma motivação literária porque eu sempre gostei de literatura. Também uma motivação política porque na época eu também pertencia ao "partidão", o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Então eu procurava manter uma linha de esquerda no jornal, tanto que tive problemas depois por isso, quando o pessoal do comércio de Santa Cruz e de Campo Grande resolveu não apoiar o jornal... Aí eu tive que recorrer à publicação até da União Soviética, porque a minha motivação era basicamente política.**

Não é fácil manter um jornal em circulação. Verificando-se então que não há retorno financeiro num jornal de bairro, aí é preciso gostar, ter um ideal, ser poeta. Eneas era poeta, seus versos viram à luz, primeiro nos seus jornais. Eram trabalhados antes que ganhassem as ruas.

— **O Progressista nasceu na década de 60, em 61, 62, na época da crise com João Goulart, após a renúncia do Jânio Quadros. Era quinzenário e saiu 19 números. Era um jornal mais informativo, fazíamos de tudo, denúncias, comentários políticos... Era um jornal com 7 colunas (maior que o tablóide e menor que o standard), com 8, 12 páginas, depende... Os leitores eram das classes B e C, a classe baixa. Ele era distribuído**

gratuitamente, uns 200 exemplares em média (...) Eu diria que é praticamente impossível o jornal viver de vendas.

Quando jovem, Eneas teve apoio financeiro de familiares. Depois se tornou empresário em educação — era dono de um colégio particular em Santa Cruz. Isso possibilitou manter viva a paixão pelo jornalismo, pois, sabemos, esse não dá retorno financeiro condizente.

— **É o caso do jornal de bairro, que se for remunerar alguém ele não funciona, porque ele mal tem condições de manter sua sobrevivência. Só tem uma pessoa que é remunerada que é o diagramador. O jornal se sustenta por anúncios. Na época do Progressista um irmão meu garantia o jornal na parte publicitária. Hoje uma das grandes dificuldades dos jornais de bairro é que as agências de publicidade só trabalham com os grandes jornais. É por isso que eu saí aqui da zona oeste e fui buscar recursos nos municípios vizinhos... Nestes eu encontrei apoio, principalmente em Mangaratiba, tanto que *O Grito* é mais conhecido em Mangaratiba do que aqui. *O Grito*, por exemplo, custa para mim em torno de cinco mil reais.**

Escolado na política do "Partidão", o editor do *Progressista* e *O Grito* fez dos jornais órgãos de denúncias e de informação. A linha editorial, no entanto, nem sempre agradava a anunciantes e políticos locais.

— **Eu acho que são duas linhas mestras no jornal: a política e a literária. No *Progressista* era mais a política. O jornal era antilacerdista e em Santa Cruz contra o Cesário de Melo, político conservador... No *Grito* é dividido: informação é uns 30% e colunistas dá uns 40% do jornal. Temos que ser mais genérico. Na época do Progressista o anunciante brigava mais por motivos de política, tinham aqueles anunciantes fiéis que pensavam como eu e colaboravam. Houve alguns problemas, não foi no geral, porque o jornal era de esquerda. Atualmente eu procuro, dentro do possível, não radicalizar com nenhum político local... Se algum colaborador quiser fazê-lo, mas em alto nível, eu permito, mas com baixaria não. Já dei vários direitos de resposta a políticos que se sentem ofendidos. E quanto a ataques pessoais, estes não devem existir.**

Eneas morreu ao retornar de Mangaratiba, na Estrada Rio Santos. Era uma viagem constante ao local que, praticamente, financiava o jornal através de informes publicitários do poder público municipal, funcionando quase que como um "diário oficial de Mangaratiba". Deixou-nos sua crença na viabilidade de feitura de jornais de bairro em Santa Cruz, apesar de tudo.

— **Os jornais de bairro têm condições de existir. Eu considero muito importante porque tem coisas que as pessoas só ficam sabendo devido ao jornal de bairro... Os grandes jornais se preocupam com o Estado todo, logo só citam Santa Cruz, Campo Grande, quando ocorre algo chocante... Tem muita importância porque registra o dia-a-dia do bairro, logo se daqui a alguns anos alguém quiser saber da história do bairro será possível. O jornal de bairro continua atual, mesmo com o avanço da *Internet*. A *net* é muito boa, importante, mas ela ainda atinge um percentual muito pequeno da população.**

SINVALDO: A História da Imprensa em Santa Cruz.

Há duas grandes personalidades na historiografia santacruzense. A primeira foi Benedito de Freitas, um pesquisador amador, que, no entanto se notabilizou por escrever uma "História de Santa Cruz", uma obra em 3 volumes. A segunda é Sinvaldo do Nascimento Souza, que teve a idéia, a motivação e a capacidade para fundar o Núcleo de Pesquisa e Orientação Histórica (NOPH), com o apoio de outros santacruzenses. Com o NOPH Santa Cruz teve sua história esmiuçada com método e passou a ser conhecida até internacionalmente, num processo evolutivo que levou à criação do Ecomuseu nessa região.

— **O NOPH foi fundado em agosto de 83. Havia necessidade, como se tratava de uma organização voltada para a divulgação da história, de um boletim, de um jornal. Começamos a publicar já em setembro de 83 um boletim, em formato artesanal feito por mim em máquina de datilografar. Foram cinco números (...) Em abril de 84 saía a 1ª edição já impressa em forma tablóide (O que seria o número sete).**

— **Eu reputo ao jornal o principal motivo do conhecimento à propagação do NOPH fora de Santa Cruz. Recebíamos correspondência de instituições de grande credibilidade e a partir desse jornal começamos a ter contato com instituições universitárias; nós recebemos, por exemplo, correspondência do então presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Dr. Barbosa Lima Sobrinho, elogiando nosso jornal; recebemos visitas e correspondência da Dra. Esmínia Lima Martins, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e a partir do jornal fez uma visita técnica a Santa Cruz para fazer levantamento sobre a história de Santa Cruz para a UFF. Então esse aspecto foi muito positivo...**

Uma das características do jornal do NOPH, ou simplesmente o NOPH, mantida pelo *Quarteirão*, que o substituiu, era justamente a reprodução da correspondência, acusando todo retorno. Foi uma inovação local, uma forma elegante de apresentar os resultados da correspondência feita por mala direta às pessoas e instituições influentes (inclusive o Congresso Nacional) do Brasil e até do exterior (contatos com Portugal amadureceram a idéia de um Ecomuseu em Santa Cruz).

Em Santa Cruz, como disse Sinvaldo, "o reconhecimento foi magnífico". De todos os jornais de Santa Cruz o do NOPH foi sem dúvida o mais elegante. A ponto de, equivocadamente, ser considerado como "*house organs*", um jornal científico ou literário que entra sem embargo em qualquer casa de família.

— **Em Santa Cruz o reconhecimento foi magnífico porque tínhamos retorno, porque um dos nossos objetivos era fazer com que a história, ela passasse a ser conhecida e valorizada pelas pessoas mais simples. Então a partir do momento que o jornal circulava... e como era um jornal de história local até pessoas analfabetas faziam contato conosco. Recebemos muitas doações, de jornais, de objetos antigos, fotografias, acervos e documentos... e passamos a ter visitas de pessoas da comunidade em função também do jornal.**

Sinvaldo ao fundar o NOPH deu um estatuto científico à história de Santa Cruz, que antes era registrada nos jornais locais sem uma perspectiva sistemática. Apaixonados, amadores e interessados que anteriormente falaram sobre a história de Santa Cruz tiveram então seu devido

reconhecimento a partir do NOPH. Para ele a história de Santa Cruz passou a ser muito mais do que citar a famosa Ponte dos Jesuítas, que é sem dúvida a maior referência. Há também a história da imprensa de Santa Cruz, entre outros enfoques, importante para se compreender esse bairro realmente singular.

— São mais de cem anos de história porque tivemos referência de jornais que circularam no final do século XIX. Nós tivemos no início do século XX, *O Santacruzense* e *O Santa Cruz*, ligados ao político Honório Pimentel, pertencentes a uma facção política da época e posteriormente também relacionado com O Tiro de Guerra (O Tiro 170, que posteriormente deu lugar ao serviço militar obrigatório). Esses jornais deixaram registros sobre a sociedade local, eleições, o comércio, parte cultural... Depois desses dois tivemos *O Democrático* (não localizado) que foi muito efêmero (...) Na década de 30, *O Boletim do Grêmio Procópio Ferreira*, *O Cenário*, bem produzido e, apesar de não ser jornal, censurado no período getulista. Na década de 40 tivemos a *Imprensa Rural* de Benedito de Freitas, que era monarquista, era extremamente conservador. A importância do jornal dele é que ele pega um período do final da década de 40 e vai até a década de 60 (na verdade final dos anos 50).

Sinvaldo cita de memória fatos da relação dos jornais com a política: os primeiros republicanos, ligados ao chefe político Honório Pimentel; os do período Vargas na política brasileira, de conteúdo com louvores à pátria e sob censura; o conservador *Imprensa Rural* de Benedito de Freitas; faz também uma relação dos jornais de esquerda de Santa Cruz, em épocas diferentes, na ditadura e na redemocratização.

— (...) Aí nós podemos citar antes do golpe de 64 o jornal editado pelo Eneas, *O Progressista*, e nesse caso dá para perceber que o Eneas ele tinha um jornal, até pelo próprio título, um jornal que tinha certa pendência para defender o socialismo, fazer propaganda de livros publicados em Moscou, e até por isso ele foi preso quando houve o golpe. Agora no período mesmo da ditadura, o jornal que temos mais expressivo é o jornal *Comunidade*, que surge já na década de 70, no final, mas é um jornal que vem com uma linha bastante combativa e até surpreende por ser um jornal local com uma certa coragem, com seus editores e redatores fazendo críticas ao chaguismo, mas que de certa forma (o

chaguismo) estava atrelado a todo o processo da ditadura. Acredito que o jornal *Comunidade* tenha sido um marco na imprensa regional, foi um jornal em resistência.

O historiador tem uma visão mais ampla da importância da imprensa de bairro. Não só do ponto de vista histórico. Na verdade, desde os anos 80 passados Sinvaldo já acenava para a necessidade de um resgate nesse sentido. Ele faz também uma correlação entre jornal e sociedade e aponta algumas questões atuais do jornalismo de bairro.

— **Eu sempre considerei os jornais de bairro, principalmente aqui, antiga zona rural, como de grande importância porque as pessoas valorizam aquilo que acontece mais próximo de onde elas moram (...) Em princípio acho que qualquer matéria referente ao bairro ela vai interessar ao leitor... agora essa matéria escrita por uma pessoa que vive e convive com a situação é diferente de um jornalista que vem esporadicamente e não é um jornalista ainda profissional** (Sinvaldo se refere ao Globo Zona Oeste e sua equipe de estagiários: "veio com toda uma estrutura, com repórter, viaturas, enfim, com todo o poder econômico" e, apesar de para ele não ser o que determinou a decadência dos jornais de bairro que existiam na região, ele "criou uma situação muito difícil") (...) **Santa Cruz sempre teve uma vida cultural e uma imprensa muito ativa... O que eu vejo especificamente em Santa Cruz, até pegando a questão da história, é que a imprensa também está muito de acordo com a questão da sociedade. Ainda hoje eu brinco com o Eneas (essa entrevista foi feita antes da morte de Eneas) dizendo que o jornal dele virou "o diário oficial de Mangaratiba"... Então de certa forma os jornais de bairro perderam um pouco daquela verve crítica... hoje não temos muitos artigos ligados a questão política... Enfim, você percebe que todos esses cem anos ou mais de cem anos aí, nós tivemos sempre algum jornal, isso significa que um jornal deixa de circular, mas um outro assume aquele espaço. Também surgem outros veículos, alguns ligados à associação de moradores, têm as rádios comunitárias e tem a *Internet*, que poderia fazer esse papel de jornal de bairro. Para o futuro eu acho que a tendência é acabar os jornais de bairro, pelo menos no que eles tem sido até agora.**

ROBERTO MELO: O Jornalismo Político.

Editor do *Comunidade*, sem dúvida um jornal emblemático na história da imprensa de Santa Cruz, Betinho, como era chamado, se formou em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O *Comunidade*, ao incluir artigos de dezenas de colaboradores e de dar um viés de denúncia às matérias, foi um jornal político que contribuiu, ao nível local, para a formação de um pensamento crítico. Se o valor de um jornal pode ser medido pela escala de polêmica e de incômodos que causa ou suscita, sobretudo entre os poderosos, pode-se dizer que o *Comunidade* teve o seu valor. O jornal circulou de 1980 a 1983, pelo certo. Transcrevemos abaixo a entrevista que o editor nos concedeu desde Goiânia, por e-mail, cidade em que vive atualmente.

Você poderia fazer um breve histórico do *Comunidade*, dizer qual foi sua motivação para fazê-lo?

— **A idéia de se fazer um jornal de bairro, no final da década de 70, surgiu do encontro de algumas pessoas, com engajamento político diferente, mas com um mesmo sentimento de que algo poderia ser feito sobre a realidade então vivida no país e, mais especificamente, nas relações de poder estabelecidas em Santa Cruz. Na verdade, a idéia foi dada pelo sargento do Exército cassado em 64, Alvacyr Bellis, e outras pessoas que formavam um grupo informal de discussões assistemáticas sobre o contexto. A partir de um livro de assinaturas, foram recolhidas doações para a implantação do projeto, que, diga-se, foi tocado meio que anárquica e experimentalmente (...) Trabalhava na ótica das denúncias, mais focadas nas atividades políticas dos representantes do chaguismo e de fatos ligados a problemas estruturais do bairro, como posse da terra, saneamento básico, transporte, lazer, cultura, etc. (...) A tiragem inicial era de 1.000 exemplares, distribuídos em bancas de jornal e vendidos através de assinaturas, formato ofício, preto e branco, inicialmente em papel jornal e, depois, em sulfite. Periodicidade mensal e retorno**

econômico apenas para mantê-lo em atividade. A partir da participação de vários companheiros (...) é que o projeto, de fato, se consolidou. Pessoalmente, pelo simples fato de eu ser jornalista e estar disposto a me envolver num projeto dessa natureza. Acho que uma série de conjunções, na passagem dos 70 para os 80, viabilizaram essa forma de atuação.

O Comunidade tinha uma linha editorial definida?

— A linha editorial, por ser uma publicação de pouca expressão para o conjunto da população, poderia ser definida como a de fazer circular informações que não eram publicizadas na época. Uma espécie de releitura simples dos fatos que estavam escondidos, ou que, muitas vezes, não eram sequer percebidos como importantes. Pelo pouco espaço, é claro que o nível do aprofundamento e análise das coisas deixava muito a desejar. Acho que tinha um pouco o caráter e a preocupação de evidenciar um certo desmascaramento do poder local, representado, como já disse, pelos políticos chaguistas.

Fale um pouco sobre o público alvo do jornal e também se você teve problemas locais por causa do tom crítico do Comunidade.

— O público era a classe média, medianamente intelectualizada, e os setores orbitais de convívio nesse meio. Além disso, e são só especulações, o *establishment* local acompanhava a publicação meio que de longe, para não legitimar e reconhecer o nosso trabalho. Considero que dentro das limitações impostas foi um porta-voz, das mais diferentes vozes e, em alguns momentos incomodou o *status quo*. Era também a época de fermentação política diante da criação do PT e o jornal serviu como um importante instrumento de organização do partido em Santa Cruz. Ainda que sob a ditadura militar, houve apenas uma iniciativa de intimidação por parte do comandante do Batalhão Vilagran Cabrita, quando escrevemos um editorial sobre o atentado do Riocentro, cujo capitão responsável era filho de família santacruzense. Algumas cartas anônimas também foram recebidas, mas acho que partiram de pessoas conhecidas querendo nos testar. Não me recordo de nenhum outro fato mais grave em nossa trajetória. É claro, e não tenho como mensurar, mas esse tom afastava alguns outros grupos mais conservadores da própria juventude, temendo algum tipo de represália por conta da participação. Por outro lado, é

bom lembrar, que a campanha brizolista, nos deu muito apoio e criou o clima para que radicalizássemos as denúncias e os discursos antichaguista.

Você poderia dividir o jornal em partes constitutivas: política, literária, entretenimentos, informações, etc.?

— **Não muito rigorosamente, mas o jornal reproduzia a lógica espacial dos grandes jornais, tentando abordar temáticas diferenciadas, mas sem um critério de editoração mais amarrado. Dependia-se muito do material disponível, da Qualidade dos textos dos colaboradores e da possibilidade de realização das pautas. Um sentido mais prático prevaleceu sobre qualquer fundamento teórico que pudesse dar suporte à edição. O fato de ser uma publicação mensal tirava-lhe muito a dinamicidade que um veículo dessa natureza deveria gerar. O *feedback* se esvaziava para relação temporal de uma edição para outra. Os fatos se modificavam mais rápido que o seu relato anterior se defasava do seu relato posterior. Ainda assim recebemos algumas propostas de cooperação por grupos políticos interessados em fazer do jornal um instrumento do partido. Evidentemente, que não aceitamos nenhuma delas. A "independência" (guardadas todas as restrições que a realidade dita) do jornal era talvez a sua própria linha editorial. Não estávamos atrelados a nenhuma ideologia mais definida.**

Qual a avaliação que você faz sobre a importância de jornais de bairro em si e para a história e memória política de comunidades do tipo de Santa Cruz?

— **Com todas as novas tecnologias hoje disponíveis considero que o papel da imprensa escrita ainda é fundamental para a circulação de informações, idéias e fatos. Há problemas estruturais em nossa sociedade, formada na moralidade sem Qualquer hábito de leitura ou pretensão mais intelectualizada e racional de compreensão e análise da realidade. Por outro lado sérios problemas de manutenção econômica dos veículos. (...) Ou se cai numa vertente de pieguices, para garantir a sustentação econômica do veículo, ou simplesmente sobrevive-se na base do voluntarismo e ideal. E, hoje, mais velho e maduro, percebo claramente os mecanismos de funcionamento do sistema. (...) Ainda assim, por mais deslocada da realidade que uma publicação possa parecer ela terá sempre importância para**

a compreensão de fenômenos e acontecimentos ocorridos numa determinada comunidade. A simples forma de publicizar informações, fatos e opiniões sempre terão desdobramentos importantes para a história de qualquer grupo humano. Acho que demos uma contribuição importante no processo dinâmico das transformações que ocorreram no bairro. O jornal teve um papel aglutinador, indutor e de interlocutor legítimo daquela comunidade, assim como estabeleceu, como uma espécie de política externa, uma série de outras iniciativas, principalmente de realização de eventos ligados à cultura como forma de atrair para o debate e à participação, setores importantes da nossa juventude. (...) Enquanto memória tem-se o registro de uma época que, não fosse a realização desse projeto, ficaria perdida nas diferentes narrativas dos diversos personagens que fizeram e contaram a história do bairro.

Como você avalia a sua experiência à frente do *Comunidade*?

— Do ponto de vista pessoal e individual, enquanto o sujeito fazedor deste processo, foi uma experiência muito rica, do ponto de vista da detecção das relações de poder que se cristalizam e se alternam numa determinada sociedade, por menor que seja. Também há que se ressaltar que esse tipo de trabalho numa realidade como a de Santa Cruz, onde as coisas quase que nem acontecem, ou aconteciam de forma quase que imperceptível, era de uma importância vital para estabelecer outras formas de atuação, discussão e arejamento de idéias. Acho que não somente através do jornal, mas também pela minha forma de ser, pela minha curiosidade e meu espírito crítico (ainda que não no conceito científico). As coisas puderam acontecer dessa maneira. Julgo que, apesar das injunções, foi um trabalho positivo, pelos resultados obtidos na própria luta política local, como das referências que foram deixadas para outros tipos de trabalhos a serem desenvolvidos.

Os jornais de bairro, especialmente de Santa Cruz, tiveram alguma dificuldade com a chegada do *Globo Zona Oeste*?

— Acho que essa discussão é um pouco complicada tendo em vista até as observações que fiz acima. As comunidades, se quiserem, podem perfeitamente criar seus próprios veículos de comunicação. O jornal é apenas um deles. Mas o que observamos é uma espécie de subordinação a um discurso construído pela legitimação de poder

econômico e midiático. Como se a realidade ganhasse outro tom se for relatada, interpretada, analisada por outros agentes que não nós mesmos. A tradição tem apontado para esta forma de espetacularizar a realidade, através dos discursos que se reproduzem pela sua própria lógica de manutenção das forças de dominação. Em outras palavras: acho que o monopólio ocupa apenas um espaço de não resistência. Tem sido assim porque não há um interesse conjunto e organizado de se fazer política, de se colocar na arena de enfrentamento com as armas que dispomos para travar o embate.

TADEU DE FREITAS: O Ativismo Cultural.

Professor, poeta por amor às letras, filho de despachante e sobrinho do historiador maior de Santa Cruz, Benedito de Freitas, o jovem Tadeu ajudou bastante muitos jornais de Santa Cruz. Chegou até a fazer um boletim cultural do Grêmio Procópio Ferreira.

— **Eu fazia de tudo, fazia reportagem, fechava a matéria. Na época não tinha computador, então eu tinha que datilografar, depois rodava na gráfica. A gente começou no coletivo do Grêmio, aí depois fundamos o jornal *Comunidade* (...). O grupo inicial foi Betinho, que era editor, Antonio Bruno, Ednei Moutinho, que cedeu a casa para a gente fundar a sede da redação, eu, o Aquino também participava. O Alvacyr também é considerado fundador. Na primeira edição tava todo mundo "duro". Eu era responsável pelo fato de meu pai ser despachante e conhecer todo mundo no comércio. A minha parte inicial era conseguir patrocinadores para podermos bancar o jornal. Quem praticamente levantava o dinheiro todo era eu... Dava para cobrir as despesas e sobrava um qualquer para tomar um vinho. Meu pai legalizou o jornal pro Betinho e não cobrou nada.**

Tadeu de Freitas fala bastante do *Comunidade*, pois foi um dos mais entusiasmados dos colaboradores. Ele dá sua interpretação sobre a linha do jornal, com a convicção de que "era parte do jornal, eu participava integralmente do jornal".

— O jornal era complexo, muitas pessoas não gostavam. O jornal era de esquerda, extremamente engajado nessa questão política. Inclusive tivemos sérios problemas com políticos locais na época, porque o jornal criticava duramente a linha de trabalho dessa gente, chaguismo, empreguismo. Tivemos problemas até de tentativa de invasão da sede à noite... Nunca houve uma ameaça direta, nunca houve uma repressão direta.

Um fato muito interessante para a memória da imprensa de Santa Cruz foi uma ação indireta de despejo, feita por Ednei Moutinho, falecido, que sem ofensa diríamos ser um daqueles "bêbados intelectualizados" que existem em cidadezinhas ou subúrbios como Santa Cruz era naquela época. Pessoa boníssima que todos gostavam, mas que se transformava quando tomava um daqueles porres cotidianos, "homéricos", como ele dizia.

— O Nei tomava aquelas bebidas e uma noite ele chegou e estava muito bêbado. Nesse dia o Betinho teve que chamar a atenção dele e inclusive ele foi suspenso do jornal (note que o jornal funcionava numa casa de Nei). Mas tarde, segundo os vizinhos, ele entrou gritando: "eu não quero mais saber de jornal nenhum na minha casa, senão vai ter que pagar aluguel". Aí ele jogou tudo na rua, toda a edição do jornal, até a máquina de escrever do Betinho. O pior é que o jornal ia ser entregue no dia seguinte. O Nei não lembrava de mais nada, no outro dia, ele tinha um problema sério de alcoolismo agudo.

Tadeu de Freitas continua na ativa. Na atividade cultural, sempre que essas acontecem no bairro. Pragmático, com a experiência de ter participado de vários jornais em Santa Cruz, acha que ainda há espaço para um jornal idealista, "não desses que só existem comercialmente, para captar anúncio".

—Eu participei praticamente de todos os jornais: o do *NOPH*, do *Comunidade*, do *Arte Plural* e o *Rio Art*, que ajudei a divulgar em Santa Cruz. Também do *Grito* e do *Globo Zona Oeste*, muito comercial, onde eu escrevi em três edições. Atualmente os jornais não existem por dois motivos: primeiro as pessoas envolvidas com isso se afastaram; segundo o

sistema financeiro fez com que isso também perdesse força, ninguém quer patrocinar nada. O jornal do NOPH, agora *Quarteirão* sobrevive até hoje porque é bancado por um grupo. Para mim hoje, se eu tivesse alguém que patrocinasse uma imprensa de bairro eu bancaria um jornalzinho idealista hoje aqui, há espaço.

ALVACYR BELLIS: A Panfletagem do Jornal.

O sargento do Exército que chegou a Santa Cruz em 1954 era politizado, como quase todos da classe média naqueles tempos turbulentos que redundaram no suicídio de Getúlio Vargas. Gaúcho, brizolista, Alvacyr participava ativamente dos movimentos políticos dentro do quartel, que o Exército tolerou até 1964. Antichaguista, ele teve seus direitos cassados em 64 por aderir às tropas que intentaram uma tímida resistência ao golpe, no Rio de Janeiro.

— Para mim, eu achava que o chaguismo era mais prejudicial do que a própria ditadura. Eles manobravam o povo, colocando um cara forte e dando todo o apoio. Era o caso de Pedro Ferreira e Itagoré Barreto (políticos locais)... eles não eram más pessoas, mas eles serviam o chaguismo, faziam políticas empreguistas, de favores. Eu achava que as pessoas deveriam se libertar da influência dos partidos e candidatos de partidos na época, que era o Chagas Freitas.

Da Santa Cruz de 54 - "dava a impressão de uma cidadezinha do interior, onde todos se conheciam"; "era pequeninha, com uns 10 mil habitantes" - até 79/80, quando passou a colaborar com o *Comunidade*, Alvacyr tornou-se mais consciente e até teve alguns dissabores.

— Pra mim a questão ideológica tá em primeiro lugar, pois força o governo a atender, melhorar transporte, educação, a tomar uma atitude. É nisso que eu acredito. O João Titio (conhecido comerciante local) dizia que eu estava sempre na praça discursando política, jogando conversa fora, agitando. Perdi alguns amigos por causa da minha posição política. A elite da direita não gostava.

Antichaguista, preocupado com questões ideológicas, ele tornou-se então um dos fundadores do *Comunidade*, que teve justamente essas mesmas preocupações em boa parte de sua trajetória. Foi um entusiasta desde o princípio. Ajudou com dinheiro, emprestou seu carro para serviços do jornal, participava das vendas e, sobretudo, fazia a distribuição do jornal como se esse fosse um panfleto político, que era para ser lido, discutido e acatado. Ao nos conceder essa entrevista, em dezembro de 2004, Alvacyr estava com 81 anos e tinha recém conquistado seus direitos nas Forças Armadas, com a patente de capitão. Nunca escreveu nada, mas exerceu importante papel na imprensa local, a daquele de divulgador profundamente identificado com a linha do jornal e com o seu editor.

— **Eu acho que o *Comunidade* ajudou as pessoas a terem mais liberdade de ação, a pensar mais, fazia a cabeça das pessoas, pois as faziam pensar. Pra mim o jornal era tudo... Quando o jornal saía a gente pegava uns números para vender, conversávamos para convencer. Eu lembro de uma edição em que teve uma entrevista com uns padres progressistas, da igreja de Santa Cruz. Fomos, eu e uma garota que também ajudava a distribuir os jornais, em diversos pontos de distribuição, até nas bancas, pegamos todos os jornais e fomos pra igreja distribuir. A igreja tava cheia, entregamos tudo na saída da missa. Foi um tempo muito bom aquele...**

JOÃO DO INFERNINHO: O Poder do Chefe Político.

O nome é João Moreira dos Anjos, 74 anos em 2005. O apelido pegou por causa de um bar de sua propriedade que, por ter grande movimentação numa rua residencial, afastada do centro do bairro, ficou conhecido como inferninho. Daí “João do Inferninho”. Na verdade um homem sério, ex-aeronauta, demitido no rumoroso processo da PANAIR do Brasil. João foi cabo eleitoral e amigo do chefe político Pedro Ferreira da Silva, que deu as cartas no bairro por quinze anos. Ele fala das alianças entre "cumpadres" e "padrinhos" na formação do chefe político.

— **Eu conheci Pedro Ferreira quando ele ainda era guarda da rede ferroviária federal, em 54, 55, quando comecei a namorar a prima dele, que veio a ser minha mulher. Ele entrou na política através do compadre dele, que era deputado federal. Esse compadre, o Erasmo Martins, virou ministro do Tribunal de Contas, onde se aposentou. Ele era padrinho do filho do Pedro.**

A trajetória de Pedro Ferreira para se tornar chefe político foi o dele ser representante local do que viria a ser o movimento político caracterizado como chaguismo, através de um dos seus maiores representantes no Estado, Erasmo Martins. Pedro Ferreira era então apenas um guarda da rede, simpático, numa função de prestígio entre as camadas baixa da população.

— **No início ele não tinha qualidades, depois foi se projetando na alavanca do Erasmo. Chegou a três mandatos de deputado estadual. Ele tinha muitos amigos na política, lançou o sobrinho dele vereador, quis também me lançar, mas eu não quis para não criar problemas com Itagoré Barreto, que era candidato dele e amigo. Eu acho que essa política de aliança ele aprendeu fazer muito bem. Também ele tinha o poder, na Secretaria de Educação e Saúde, ele comandava as indicações para a delegacia fiscal, hospital e no Matadouro.**

Na condição de quase parente, casado com a prima, cabo eleitoral competente, João do Inferninho acompanhou de perto as práticas abusivas do chefe político no dia-a-dia. De como ele exercia o poder e da sua popularidade.

— **Ele era muito amigo do povo, a casa dele só vivia cheia (...) Ele fazia uma política muito amigável, o carro dele não era usado por ele e sim pela comunidade. Enchia o carro de pessoas que precisavam resolver problemas na cidade, mandava o motorista... Às vezes ele ia no meu carro ou do Rafael, que era cabo eleitoral, pra Assembléia e a gente só voltava à noitinha. Ele atendia reclamos da população, pagava farmácia, enterro, dava pacote de cigarro para quem era viciado em fumar, dava dinheiro, ele não tinha problemas não...**

João não nega que Pedro Ferreira era empreguista e até corrupto - "eu ia buscar dinheiro de empresário na fábrica de sardinha coqueiro". Fala da decepção do chefe político com o povo e de sua morte num palanque em Campo Grande, sob vaias. Sua derrota e a do chaguismo,

varridos pelo furacão Brizola, "que teria elegido até um cachorro, em Santa Cruz, desde que dissesse: eu sou Brizola!".

— Ele realmente foi um grande empreguista local, porque a política na época permitia, acho que uns 50% dos empregados públicos em Santa Cruz da época era indicada por ele. Ele era um chefe político bom. Não era mandão, era maleável. Aqui em Santa Cruz nunca mais vai ter um chefe político comparável a Pedro Ferreira. Em 82, com a onda do Brizola, ele ficou decepcionado com o povo de Santa Cruz, no qual ele tinha muito carinho. Comecei a andar mais com ele porque a maioria dos amigos abandonava-me, fiquei colado com ele até o dia do comício de abertura de campanha em Campo Grande, que inclusive eu aconselhei a não ir... Nesse comício ele se empolgou, tava sendo vaiado, e teve um enfarte em cima do palanque dele.

A GUIA DE CONCLUSÃO

A TRAJETÓRIA DO JORNALISMO DE BAIRRO EM SANTA CRUZ

Vamos terminar com uma pergunta: novas mídias ou veículos de comunicação tornarão obsoletos os pequenos jornais de bairro? A mesma pergunta feita de outra forma: a *Internet*, as rádios comunitárias e os encartes dos grandes jornais ocuparão o espaço que foi dos jornais de

bairro? Sem a pretensão de fazer o papel de oráculo ou de futurólogo vamos apenas tentar equacionar a problemática.

É fato que até a primeira metade dos anos 80 passados não existiam nem *Internet*, nem rádios comunitárias nem encartes de grandes jornais em Santa Cruz. Esses são fenômenos de menos de 20 anos, efeito do "progresso" social e da expansão tecnológica da comunicação para as populações periféricas das grandes cidades. Ou seja, aliou-se, no caso de Santa Cruz, o crescimento demográfico ao aparecimento de um mercado consumidor de *mídias* — *Nota bene* que esse mercado era e ainda é incompatível com a população, pois se Santa Cruz registra alguns bolsões de riqueza, de camadas médias, são reduzidas em relação à imensa maioria da população miserável. Logo, proporcionalmente, o progresso ficou à reboque do crescimento da população.

Há de se distinguir Santa Cruz como um bairro do município do Rio de Janeiro para se compreender sua trajetória no jornalismo. Não é um bairro qualquer. Mesmo quando foi relacionado como pertencente à zona rural, à zona oeste, Santa Cruz sempre exibiu muito diferencial: possui uma história que, guardadas as devidas proporções, pode ser contada ou narrada *pari passu* à história do Brasil, a partir do século XVI, quando se tornou sesmaria, como fazenda da família imperial e até registrada pelas passagens do ditador Vargas; está também numa posição geográfica favorável, que lhe possibilitou ser o ponto final de uma linha férrea e entroncamento rodoviário para o sul do Estado - foram condições favoráveis ao desenvolvimento de Santa Cruz, desde a inauguração do Matadouro até a implantação de uma zona industrial, mais recentemente.

Ter uma história para ser contada favoreceu o surgimento da imprensa em Santa Cruz. Afinal, como vimos em páginas anteriores, isso constitui justamente um dos motivos da auto-estima dos santacruzenses. Estar geograficamente isolada, mas de alguma forma equidistante em direção ou relação ao sul do Estado favoreceu a criação de nichos industriais, especialmente por causa dos entroncamentos rodo-ferroviário (contemporaneamente, um fator novo é a expansão portuária do porto de Sepetiba, colado à Santa Cruz). Nesse contexto, o bairro está entre os precursores do jornalismo independente na zona oeste, com o *Santacruzense*.

Em quase cem anos - 1908 a 2005 - Santa Cruz passou de cerca de 15 mil habitantes para mais de 300 mil. Um salto espetacular que fez do bairro um dos de maior crescimento populacional do Rio de Janeiro. Passou de um bairro com ar de cidadezinha do interior para um aglomerado aonde as classes médias tradicionais já não se distinguiam tanto. De relevante, sabe-se que o público alvo do jornalismo de bairro de Santa Cruz foi justamente o de segmentos da classe média local, que realmente foi influente até pelo menos os inícios dos anos 80.

As estatísticas do censo de 1906, realizado na administração Pereira Passos, numa população de 15.380 habitantes, estatística com falhas, conforme já apontamos no capítulo 1, registrava que apenas 2672 homens e 1292 mulheres teriam declarado saber ler. Pois bem, é nesse universo que o distrito de Santa Cruz produziu dois jornais de excelente nível, o *Santacruzense* e *O Santa Cruz*. É efetivamente com esses que, a nosso ver, começa o que chamamos de trajetória do jornalismo em Santa Cruz - as citações ou referências aos "*O Século XIX*", "*O Curato*" e "*O Meteoro*", são especulações que também discutimos em outras partes desse trabalho.

Foram dois jornais parecidos quanto a forma mas diferentes quanto aos objetivos. O mais antigo tem nitidamente uma pretensão de se constituir como uma empresa jornalística ligada aos problemas do distrito de Santa Cruz, como informa em editorial, mas sem tomar partido no que eles designam de "cipoal da política local". A editoria está sempre a cobrar dos assinantes sua dívida, às vezes até em tom indignado. O jornal, claro, é republicano, mas no sentido de que esse é um movimento para o progresso.

Já o jornal *O Santa Cruz*, de 1911, é um jornal que, sob o que nos parece pretexto para incrementar o famoso "Tiro de Santa Cruz", um movimento militarista travestido de patriótico para estabelecer o serviço militar obrigatório, se destaca como de campanha política do coronel Honório Pimentel, o todo poderoso chefe político local. Se o outro era republicano ainda que sem alardes, esse é republicaníssimo, sem peias para louvar e bajular os amigos e desancar os inimigos. Foi portanto, em última instância, um jornal político com fins precisos e que, diferentemente do outro que acabou por dificuldades financeiras, saiu de cena com a vitória confirmada e consagrada do seu mentor, que o sustentava economicamente — o irmão e o filho do coronel estavam entre os que mandavam na redação do *Santa Cruz*.

Interessante nesses dois jornais, a se considerar seus anúncios e promoções, é que eles tinham aquele público reduzido de classe média tão bem definida em Santa Cruz: pequenos comerciantes, funcionários públicos graduados, profissionais liberais, enfim, dos poucos que tinham alguma "instrução" para se interessar por ler jornais local (na prática, são muito poucos os leitores de jornais de bairro). Uma outra característica, que acompanhará a trajetória desses jornais de bairro em Santa Cruz, é que desde esses primórdios há muito menos pessoas envolvidas em torno do jornal — editor, colaboradores, amigos, políticos, gente que se conhece entre si — do que leitores. Realmente, insistimos, o jornal, mesmo quando distribuído gratuitamente em grande escala, é pouco lido ou quase não lido ou mesmo mal lido, senão pelos diretamente interessados, que são poucos num tipo de bairro com características de cidadezinha do interior, como era Santa Cruz até bem pouco tempo atrás, antes da explosão demográfica que a levou a ter os mais de 300 mil habitantes de hoje.

Para uma história da vida cotidiana em Santa Cruz, seja interpretando hábitos religiosos, sociais, políticos e até econômicos, através de curiosos anúncios típicos da época, *O Santacruzense* e *O Santa Cruz* constituem os verdadeiros órgãos ou veículos de comunicação, precursores desse jornalismo de bairro tão singular. Com eles, pelo estilo e posicionamento político no campo republicano conservador, percebemos também um pouco do que foi a República Velha sob a ótica dos olhares provincianos — claro que forçamos um pouco quando tentamos estabelecer uma dicotomia entre cidade e campo ou capital e província, tratando-se de Santa Cruz, pois esta não era tão isolada assim.

No longo período de influência do getulismo na Capital Federal, com ênfase na ideologia do Estado Novo, nacionalista e fascista, a nosso ver, Santa Cruz também teve seus jornalinhos atrelados. Aqui é mister dizer que, nesse e noutros casos que abordamos atrás, pode-se apreender a trajetória do jornalismo local segundo sua relação com um período determinado ou com um movimento histórico: República Velha, getulismo, antes e depois da ditadura e outros.

Até 1949, quando surge a *Imprensa Rural*, um dos marcos da história da imprensa em Santa Cruz, destacamos os jornais da chamada "imprensa estudantil", dos professores Amélia e Nehemias, *O Semeador* e *O Estudante*, ambos típicos do nacionalismo exacerbado da época. Dignos, no mal sentido, representantes da ideologia fascista em Santa Cruz.

Talvez haja algum exagero em chamar de fascista os professores Amélia e Nehemias. Afinal eram ambos da categoria de educadores que Santa Cruz bem pode se orgulhar. A professora Amélia como das mais notáveis representantes do ensino público de qualidade. O professor Nehemias como fundador de colégio e, pelo menos, um idealista em prol da educação aos desfavorecidos, ao participar de um movimento contra o analfabetismo, "essa chaga..." É inevitável, no entanto, nessa nossa interpretação, não dizer claramente quem é ou foi de direita ou esquerda, conservador, reacionário ou revolucionário, sob o risco de descaracterizarmos uma das nossas idéias centrais acerca da trajetória do jornalismo de bairro em Santa Cruz: de que a cada época correspondeu um tipo de jornal ou jornalismo, com tal ou qual linha política e ideológica.

O *Semeador* de 1934 e *O Estudante* de 1937 são, à luz do que vivemos hoje, nojentos enquanto defensores dos valores tão caros ao fascismo: pátria, família e honra. Não no sentido de que esses não têm importância para cada indivíduo, mas sim porque tornou a adoção desses valores a "quinta essência" do comportamento correto, num processo excludente que bloqueou o pensamento contrário, ou a própria liberdade de pensamento, de expressá-lo publicamente sem o risco de ser "guilhotinado", para quem ousasse dizer que aqueles valores, em si, não significam o *nec plus ultra* da existência.

Esses dois jornalinhos da imprensa estudantil, que circulavam também fora da escola, a despeito da intenção dos seus editores, são tipicamente fascistas. Longe de, com essa caracterização ideológica, esquecermos que não podemos ou devemos evitar aqui juízos de valor. Mas podemos então isolar os editores dos seus propósitos ou dos seus produtos? O jornal de bairro não é, em primeira instância, um resultado do que é seu editor? Definir um caráter ou estabelecer uma posição ideológica pode ser a constatação de um fato histórico, no caso, verificável, e que não implica necessariamente numa tomada de posição contrária.

Nos anos do que Aqui chamamos de getulismo, um tempo que vai dos anos 30 aos anos 50, os jornais de Santa Cruz estiveram atrelados ao sistema, que era opressor e antidemocrático. Desde *O Triângulo*, de alcance mais logo, que foi editado do final dos anos 20 aos inícios dos anos 30, um jornal mais lusófono. Até por necessidade de sobrevivência política, os jornais ou louvavam o regime e o ditador ou se omitiam politicamente, com medo da censura, no mínimo. De certa forma, ainda que dos arrolados na nossa pesquisa a maioria são conhecidos apenas por

referência, tais jornais também se encaixam no perfil dos politizados. Dos a favor e dos omissos ao sistema. Sistema esse que cerceou a liberdade de expressão, sobretudo no Estado Novo.

Um marco na trajetória do jornalismo de bairro de Santa Cruz foi o jornal *Imprensa Rural*. Teve a marca de um autor que pensou grande: tamanho *standard* como os do jornalismo sério da imprensa brasileira; artigo de fundo; e objetividade na linha editorial. Um grande diferencial desse jornal é que ele além de ter nascido e circulado para fazer uma "imprensa rural", depois mudou o subtítulo para "informativo e cultural", deu um tratamento historiográfico às matérias, o que o torna uma fonte rica para os historiadores do cotidiano do bairro e do que acontecia de importante na época também fora de Santa Cruz.

Vale ressaltar, como também uma constante no jornalismo de bairro em Santa Cruz, o fim inevitável e melancólico de todos eles: desilusão política ou anacronismo editorial (na *Imprensa Rural* uma das causas foi a derrota do editor nas eleições); fracasso econômico (o *Santacruzense*); término de um movimento ideológico (*O Progressista* e *Comunidade*); e até por esgotamento dos que operaram como jornais de campanhas (*O Santa Cruz* e *O Suburbano*). A morte ou afastamento do editor também é um forte motivo (*O Grito* e *O Motinha*).

A *Imprensa Rural*, o jornal, possui um significado maior na história da imprensa da região, pois foi o jornal do homem que escreveu a primeira história de Santa Cruz em brochura: Benedito de Freitas. Falar de Santa Cruz, em qualquer nível de pesquisa, é ter que obrigatoriamente falar do que fez Benedito de Freitas pela divulgação da história e memória locais.

Dos jornais com finalidades político-ideológicas bem definidas em Santa Cruz podemos destacar, já na década de 60 e, posteriormente, 80, os jornais de Eneas Pereira, Roberto Melo e Antonio Souza. O que os distingue, no caso *O Progressista*, *Comunidade* e *O Suburbano*, é terem sido estruturalmente de esquerda. Destacaram-se pela combatividade em momentos cruciais da história do Brasil, ao representar em um bairro outrora pequeno como Santa Cruz o que de mais ideológico havia na luta política nacional. Num sentido de escala, portanto de valor, diríamos que *O Progressista* de Eneas Pereira foi o que se definiu mais claramente como de esquerda, com uma editoria comunista.

Foi uma espécie de início do "canto do cisne" do jornalismo santacruzense (feito por personalidades locais, idiossincráticas, representantes de segmentos da inteligência do bairro, editores formados) quando em 1986 apareceu o *Globo Zona Oeste*, ávido de conquistar leitores para o jornal-mãe, e de combater um poderoso movimento social hoje inexistente ou descaracterizado, substituído que foram pelas Organizações Não Governamentais-ONG: as associações de moradores. Esse combate do *Globo Zona Oeste*, sob o pretexto de querer divulgar as necessidades do bairro, ser mais uma voz (editorial do n.º 1), fez, a nosso ver, duas vítimas: o próprio jornalismo de bairro em Santa Cruz no que ele tinha de essencial e, claro, as associações de moradores sabe-se que os ideólogos burgueses ou os que de alguma forma os representam na grande imprensa, antes de desmistificar ou ridicularizar, costumam trabalhar seriamente sobre o movimento social a ser combativo: foi assim com as associações de moradores ("seus dirigentes são corruptos") e, nos dias de hoje, com o movimento dos trabalhadores sem terra - MST ("que vendem os lotes ganhados na reforma agrária").

No editorial sonso do *Globo Zona Oeste*, ano 1 n.º 1, há a mesma verbosidade de sempre: divulgar, ser a voz, conviver pacificamente com os jornalinhos locais, etc. Começaram, no entanto, para arrasar os competidores, com mais de 40 páginas (hoje as edições são de 16 pag. em média), farto material sobre o bairro e, pasmem, um enorme encarte amarelo lotado de anúncios por área de serviço, um verdadeiro golpe publicitário para mostrar, de cara, quem é quem no jornalismo de periferia. O jornal desembarcou com estagiários que nada sabiam de Santa Cruz, por exemplo, (fez alguma cooptação entre as personalidades locais, como a do ativista Tadeu de Freitas, que "escrevi três matérias para o **Globo Zona Oeste**"). Trouxe uma infra-estrutura de locomoção com o objetivo claro de liquidar a concorrência, sufocando-a com uma confrontação de resultados de anúncios, em total disparidade com os pequenos jornais de bairro, que suavam para sobreviver convencendo os comerciantes a anunciar, "dando nó em pingo d'água", pretextando inclusive que anunciar no jornal do bairro era uma contribuição importante para a existência de uma imprensa local. O que se viu foi a escancaração da miséria frente ao *Globo Zona Oeste*.

É óbvio que o objetivo do *Globo Zona Oeste* não era liquidar a imprensa local, de resto insignificante frente ao seu poderio, como ficou demonstrado. Os objetivos foram, repetimos, ampliar o seu número de leitores através de lançamento de encartes por regiões, como Zona Oeste, Baixada e Niterói. Por outro lado, cumprir o seu papel de imprensa burguesa para neutralizar, a médio prazo, os movimentos sociais que pululavam junto às associações de moradores. O tiro de chumbo grosso matou três pássaros de uma só vez.

Hoje o jornal *O Dia* também virou filão de leitores em áreas excluídas até então. Mas é ainda o sistema Globo que amplia seus interesses por essas regiões periféricas através de outras mídias, como a rádio e a TV, dando atenção especial periodicamente. Não é nosso objetivo aqui, mas é impossível não dizer: o chamado sistema globo assume claramente o papel de quarto poder, seja pautando assuntos nacionais e regionais, seja assumindo o papel de oráculo para qualquer assunto de seu interesse - isso, claro, também repercute em Santa Cruz, negativamente para uma imprensa local.

Não há, entre os editores que entrevistamos, consenso quanto ao tiro de misericórdia disparado pelo *Globo Zona Oeste* no jornalismo de bairro de Santa Cruz. Em 1986, no entanto, o jornal *O Suburbano* parou estrategicamente de circular por causa da concorrência desleal da grande imprensa contra a imprensa nanica, que já se anunciava, como ficou depreciativamente conhecidos os pequenos jornais de bairro. Essa história de que há outros espaços para resistir, fazer publicidade dirigida a políticos e poderes públicos é real. No entanto, qual o preço a se pagar? É óbvio que foi a perda da liberdade de imprensa para os pequenos jornais de bairro.

Com efeito, o que temos depois da ação predatória do *Globo Zona Oeste*? É jornal como *O Grito*, do saudoso Eneas, que só pode ostentar com orgulho sua longevidade, com quase 700 edições até à morte do editor. Mas e daí? Tirando algumas exceções de articulista mais audacioso, em algum pique de polêmica, o que sobra do conteúdo do *Grito*? Um jornal-diário oficial de Mangaratiba?

Culpabilizar o poder do sistema Globo, ávido de lucro e de submissão ideológica, entretanto, não é suficiente para explicar absolutamente a decadência dos jornais de bairro. Ainda que, a nosso ver, a causa principal tenha sido esta. Se isso reflete uma nova realidade competitiva no universo das mídias no final do século XX isso não anula o fato de que a imprensa de bairro foi a vítima principal no que ela tinha de essencial: o jornal como porta voz da comunidade.

Santa Cruz, há pelo menos vinte anos, começou a se descaracterizar como um bairro pequeno e fechado em si. A população é maior do que uma enormidade de municípios brasileiros. Indústria e comércio, principalmente, estão em franca expansões, gerando muitos empregos. O sistema educacional, que sempre foi de bom nível ao longo da história do bairro, hoje é acrescido com a presença de instituições de nível superior. Enfim, é natural que tenha havido uma evolução no sentido de outras formas de comunicação de massa.

Como disse o editor do *Comunidade* na entrevista reproduzida atrás, privilegia-se a oralidade, em Santa Cruz e no Brasil em geral, na área da comunicação. Lê-se pouco e mal no nosso país. Nessa esteira proporcionada pela tecnologia e abertura da expansão democrática dos meios de comunicação, dois fenômenos surgem para anunciar o dobrar dos sinos da existência dos jornais de Santa Cruz: as rádios comunitárias e, ainda de forma tímida, o jornal eletrônico, via *Internet*.

Quem circula pelo bairro de Santa Cruz, sobretudo nas partes periféricas, onde mora o grosso da população, que é predominantemente constituída pelos segmentos mais pobres da classe operária, não pode deixar de notar o poder das rádios locais, em transmissão AM e FM.

Não fazem o estilo de rádios com programação noticiosa, até mesmo porque não têm repórteres na equipe. São rádios minúsculas, que divulgam músicas da moda, lêem algumas notícias tiradas aleatoriamente do noticiário nacional e internacional, geralmente notícias curtas e de fundo humorístico. Nada sério. O negócio é um bate-papo com as ouvintes, pois o público é bem feminino. Uma mudança para pior em relação aos tablóides de bairro.

Menos sucesso, pois mais exclusiva, é o jornal de bairro com página na *Internet*, com o *Real Notícias*. São iniciativas pioneiras que tem o mérito de permitir ao leitor - internauta - selecionar as matérias que lhes interessa. Inclusive de edições passadas. Não vai ser nunca a mesma coisa que ter o contato manual ou o próprio manejo do jornal. Mas tudo indica ser essa uma tendência entre jovens leitores.

Santa Cruz teve uma trajetória séria de jornalismo, a completar 100 anos em 2008. Seus jornais políticos e ideológicos, literários e culturais têm grande importância histórica. Surpreendem até pela qualidade de jornalismo feita por santacruzenses. Desses que circularam até quando o bairro tinha características de cidadezinha do interior, conforme destacamos, é notável a relação com os acontecimentos políticos contemporâneos.

Nos últimos 20 anos, a total descaracterização em prol de uma imprensa descompromissada com um conteúdo de verdade, fez do jornalismo de Santa Cruz uma espécie de agência de publicidade: para se sobreviver ou fazer sair o jornal vende-se até dois terços das páginas para órgãos públicos ou enche-se o jornal com mais da metade das páginas com anúncios do pequeno comércio e serviços locais. Enfim, incapazes de competir com o encarte do *Globo*, transformam os jornais em encartes publicitário público e privados. Se o jornal do *Globo*, por ser amplo demais, não faz papel de jornal de bairro, os jornais de bairro, por falta de essência, deixaram de o ser.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira – Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. São Paulo: Cia.ed. Nacional, 1944.

- BALZAC, H. *As Ilusões Perdidas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BARBOSA, F. De A. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória – Ensaio sobre a Relação do Corpo com o Espírito*. São Paulo: Martins Fonte, 1970.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. *Questions de Sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. (Série Memória) Secretaria Especial de Comunicação Social. Rio de Janeiro, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEIRO, M. L. T. e KOSSOY, Bóris (Orgs). *Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado*, 2003.
- CARONE, E. *República Velha – Evolução Política*. São Paulo: DIFEL, 1971.
- CAVALCANTI, Nereu. *Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros – discursos e práxis dos seus programas*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1985.
- COSTA, Lúcia. *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 17.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões - Campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS / FGV. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.
- DUARTE, A. L. *A Criação do Estranhamento e a Construção do Espaço Público: Os Japoneses no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Nacional, 1942.
- DURKHEIM, E. *O Suicídio*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FLEISCHEN, D. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Ed. Da UNB, 1981.
- FREITAS, Benedito. *História de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: edição do Autor, 1985.

----- O Matadouro de Santa Cruz – Cem Anos a Serviço de uma Comunidade. Rio de Janeiro: edição do Autor, 1977.

FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1989

FROTA, G. O Rio de Janeiro na Imprensa Periódica. Rio de Janeiro: edição do Autor, 1966.

GOES, H. Baixada de Sepetiba. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

GONDIN DA FONSECA. Biografia do Jornalismo Carioca (1808 – 1908) Rio de Janeiro: Quaresma Editora, 1941.

LEAL, M. C. e PIMENTEL, M. A. L. (orgs) História e Memória da Escola Nova. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

KANT. I. Crítica da Razão Pura. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

MARTINS, W. História da Inteligência Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1977.

MARX, K. O Capital. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

----- O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

----- e ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global, 1981.

MENDES JR., A. e MARANHÃO, R. República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RECENSEAMENTO DO BRASIL. In vol. 2 População do Rio de Janeiro – D.F.: Typographia da Estatística, 1923.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador – Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2000.

SODRÉ, N.W. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA E SILVA, J. N. de Memória Histórica e Documentada das Aldeias dos Índios da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revista do I.H.G.B., 1855.

SOUZA, Sinvaldo do N. Ponte dos Jesuítas: 250 anos de monumento histórico –1752-2002. Rio de Janeiro: Revista do I.H.G.R.J., 2001.

STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil (1557). Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1994.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas, Ed. da Unicamp, 2001.